

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 — Série VII — N.º 774
27 de Outubro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



Álvaro Cunhal no Encontro Nacional da JCP

«A juventude portuguesa precisa que a JCP seja forte, dinâmica audaciosa, criativa e confiante»

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Comunistas tomam posição:

Siderurgia, Câmara da Covilhã região de Chaves, minas de Aljustrel

Págs. 4 e 5/Semana

Amanhã é dia de luta

Professores anunciam greve TEPs desfilam em Lisboa

Págs. 6 e 7/Semana

Em Foco

Em todo o Partido a escala nacional se intensificam os preparativos para o XII Congresso. Contas de Rendimentos e Assembleias plenárias debatem os documentos a submeter ao Congresso — os Projectos de novo Programa do Partido, das Alterações aos Estatutos, as Teses (Relatório da Actividade do Partido desde o X Congresso) — prepara-se activamente a eleição dos delegados. As páginas do «Avante! Congresso em Foco» no «Avante!», são um repertório conciso dessa intensa preparação, das iniciativas concretas e dos debates, mesmo das suas limitações e insuficiências. Centenas de propostas e emendas, de apreciações e de opiniões, chegam diariamente às Comissões de Redacção e constituem uma contribuição de enorme valor do grande colectivo partidário para a definição da linha política e da lei orgânica do Partido. É de fundamental importância melhorar e intensificar.

Nas colunas do «XII Congresso em Foco» do «Avante!», desenvolve-se o enfoque necessário do grande debate colectivo, são publicados os artigos dos leitores e delas se canalizam também para os organismos de preparação do Congresso o acervo de propostas, opiniões e informações para que foi aberto espaço.

As colunas do «Avante!», estão abertas ao enriquecimento do debate interno e da democracia interna do Partido, ao reforço do Partido, à elevação da sua capacidade de intervenção na problemática nacional, à informação útil, à crítica objectiva e serena, mesmo acérrima.

Estão fechadas ao insulto e ao afrontamento pessoal, à inépcia, à insinuação anónima, ao criticismo demolidor.

Nos debates dos plénários e na correspondência para o «Avante!», uma parte — a mais considerável — tem incidido sobre as questões e principais estatutárias. É natural a preocupação dos militantes em reforçar e construir um Partido à altura das suas responsabilidades históricas.

Certamente as propostas programáticas que visam a luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI irão fluir com a mesma preocupação nos debates do Partido e nos artigos de correspondência do «Avante!», na determinação de todo o colectivo partidário para que o XII Congresso saiam as respostas aos desafios da nova época.

Dentro de pouco mais de um mês um vasto e profundo trabalho estará completado, um renovado instrumento de intervenção na batalha política e ideológica em que estamos envolvidos estará ao alcance do Partido, de todos os seus militantes e amigos, de todos os trabalhadores, de todos os portugueses progressistas que ambicionam edificar uma pátria livre, independente, democrática e socialista.

XII
congresso
PCP

Informação



**Reportagens
no Porto
e em Braga**

Cartas do Leitor

**Informação
sobre eleição
de delegados**

Ampliar e dinamizar a luta

Na conjuntura portuguesa actual pesam e confluem problemas políticos, institucionais, económicos, financeiros e sociais que lhe conferem uma agudeza potencial muito particular.

— À frente do Estado, órgãos de soberania dominados pelo maior partido da direita, levam à prática uma política de classe atentatória dos interesses e dos direitos dos trabalhadores e da imensa maioria do povo;

— Está em vias de operar-se uma revisão da Lei fundamental do País que poderá significar a curto prazo a subversão da ordem democrática e constitucional saída do 25 de Abril;

— No plano económico e financeiro uma política de restauração dos monopólios e de reboque da conjuntura cujos indicadores apontam para um agravamento das condições de vida do povo e dos desequilíbrios estruturais da nossa economia, para a crescente alienação dos interesses nacionais e para a inversão de sentido negativo dos factores conjunturais de natureza externa;

— Uma política social caracterizada pela acentuação dos encargos sobre as classes e camadas mais desfavorecidas, pela injusta distribuição do rendimento nacional em benefício de uma minoria de privilegiados e pelo agravamento da prestação de serviços sociais de importância vital para a população como os da Saúde, da Habitação, do Ensino, da Segurança Social.

É uma situação que exige uma enérgica resposta do movimento popular de massas, em primeiro lugar dos trabalhadores, e a acção reflectida, concertada e dinâmica das forças democráticas, da sua capacidade de discernimento do que é fundamental e do que é secundário no momento presente, do seu sentido de responsabilidade que é incompatível com atitudes demagógicas, com a política de chicana e o manobristo político sem princípios, com expedientes de ocasião.

No momento actual a ameaça maior é a que pesa sobre a ordem constitucional em resultado do acordo político de revisão da Constituição assinada na passada semana entre o PS e o PSD.

A gravidade das consequências deste acordo não pode ser iludida com actos e iniciativas de diversão política integrados numa falsa concepção bipolarizadora de alternância e hegemonia dos dois partidos signatários.

O Partido Socialista assumiu com a assinatura daquele acordo político uma pesada responsabilidade, não só perante os seus filiados e adeptos mas, principalmente, perante o povo e a opinião democrática portuguesa.

O preço das concessões do PS ao projecto res-

tauracionista da direita em matéria de revisão constitucional pode tornar-se muito caro, para as suas ambições políticas, se uma séria reflexão e um rebate de consciência não inflectirem a tempo as consequências do desastroso acordo com o partido de Cavaco.

O acordo de 14 de Outubro foi um mau passo impossível de anular-se apenas no plano da contestação à política do Governo do PSD.

E no plano da contestação à política do Governo PSD/Cavaco Silva, o projecto do Orçamento do Estado (OE), actualmente em discussão na Assembleia da República, como expoente da política económica, financeira e social do Governo, impõe-se igualmente às atenções, preocupações e luta prioritárias do movimento popular e democrático, das suas organizações representativas e dos partidos da oposição democrática com assento na Assembleia da República.

O OE e as Grandes Opções do Plano (GOP's) que lhe são adstritas reflectem de maneira palmar os objectivos de classe e de restauração dos monopólios que inspiram e motivam toda a acção do Governo PSD/Cavaco Silva e, simultaneamente, a desorientação de uma política económica e financeira a reboque da conjuntura externa, isto é, a ausência de uma política nacional coerente com os interesses fundamentais do povo português numa perspectiva de desenvolvimento económico e social do País.

O OE submetido à AR e destinado a ser aprovado pela maioria domesticada do PSD, está em debate no momento em que se revelam com maior nitidez os efeitos mais gravosos da política económica e financeira do Governo e as suas incidências sociais neste segundo ano da nova «edição» revista e actualizada da administração cavaquista após as eleições de 19 de Julho de 87.

Torna-se hoje evidente que o falhanço da meta dos 6% para a taxa de inflação prevista pelo Governo para o ano em curso e que tudo aponta para uma efectiva grandeza à volta dos 9,5%, no final do ano, não foi um inocente erro de natureza técnica ou um simples produto das alterações de conjuntura mas principalmente um instrumento deliberado, sancionado pela UGT e compreensivelmente pelos «parceiros» patronais do Conselho de Concertação Social, para a contenção dos salários dos trabalhadores, em especial dos da Função Pública, para a imposição de um tecto salarial injusto encaudado aos interesses do patronato e aos objectivos da aceleração da acumulação capitalista na perspectiva das reprivatizações.

O Governo fez disso uma prioridade absoluta. É significativo que o ministro Cadilhe dê agora o dito por não dito, ao mesmo tempo que referindo o aumento dos salários reais nos últimos 3 anos, agora especifique o aumento do poder de compra em termos do aumento global da massa salarial e não do salário real dos trabalhadores.

Cadilhe vem agora justificar como factor principal da subida dos preços ao consumidor o aumento da procura interna (mais 7% contra os 4% previstos) mas tem o cuidado de silenciar que o aumento do consumo, alimentado essencialmente pelo recurso à importação e à produção estrangeira, ficou a dever-se à compra excepcional de veículos automóveis e bens sumptuários somente ao alcance da bolsa dos sectores mais privilegiados da população.

É significativo que só nos primeiros 7 meses de 1988 o défice comercial com o estrangeiro tenha subido de cerca de 60 milhões de contos em Janeiro para cerca de 400 milhões em Julho.

Sobre as classes não privilegiadas o Governo prepara-se para agravar a sobrecarga fiscal. A subida real dos impostos prevista no OE para 1989 é um facto que o Governo não pode desmentir nos seus planos.

Na celebrada «Reforma Fiscal» a carga dos impostos afectando 500 000 contribuintes dos mais diversos escalões e cerca de 2 milhões de reformados e pensionistas que poderia, mesmo na «Reforma» do Governo, ter sido desagravada nos primeiros 9 meses do ano em cerca de 81 milhões de contos, só o foi numa margem de 4 milhões, quase totalmente «comidos» com o agravamento da taxa de inflação e do índice dos preços ao consumidor.

Um défice que se prevê rondar os 500 milhões de contos é a expressão numérica de um OE que está suscitando as críticas e protestos dos sectores sociais mais afectados pelos cortes do Orçamento.

Quem alguma vez ouviu o ministro Cadilhe em directo ou nas suas perorações televisivas de encomenda, conhece-lhe já a incomensurável arrogância, a prosápia com que aborda as «grandes opções» macroeconómicas ou as «prioridades» do Governo, a infalibilidade das suas previsões financeiras, os «magnos» problemas (de facto, magnos) da «modernidade» e do «desenvolvimento» da economia do País.

Cadilhe assimilou a sobrançeria do seu chefe, Cavaco, a sua forma leviana de «tratar por tu» as questões mais complexas da ciência económica em geral e da economia portuguesa em particular, o tom professoral com que se dirige aos que o

Resumo

19 Quarta-feira

O Concelho Nacional da CGTP revela, em conferência de imprensa, que a inflação em Dezembro deste ano será de 9,5 por cento ■ «Operação demagógica que tenta fazer passar cortes de verbas e a imposição de encargos por um reforço da capacidade financeira das autarquias e uma política de descentralização», é como o PCP qualifica a situação das finanças locais à luz da proposta de Lei do Orçamento de Estado ■ A responsável pelo pelouro social da Câmara Municipal de Lisboa afirma que o programa governamental de combate ao insucesso escolar é «demagógico» e salienta «não ser possível erradicar num ano, ou mesmo em dez, o insucesso escolar» como o Ministério preconiza ■ Portugal e a República Federal da Alemanha «estão a negociar um novo memorando» para o acordo sobre a base de Beja e as negociações «estão bem encaminhadas». Quem afirma é o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da RFA ■ A imprensa norte-americana revela que a central nuclear de Hanford Reservation lançou para a atmosfera, nos últimos 40 anos, quantidades de radioactividade dez vezes superiores às do acidente de Chernobyl ■ Cinco dos 14 membros do Bureau Político da Liga dos Comunistas da Jugoslávia abandonam os seus cargos durante a reunião do comité central deste partido.

20 Quinta-feira

A Federação Nacional dos Médicos acusa o Ministério da tutela de tentar «destruir a carreira de clínica geral» e «desmantelar os Centros de Saúde» ■ A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública anuncia a possibilidade de uma greve nacional caso o Governo não se disponha a negociar com os sindicatos ■ Em entrevista a uma emissora radiofónica, Álvaro Cunhal conta os pormenores da fuga



de Peniche, totalmente organizada e concretizada pelo PCP ■ O Primeiro-Ministro mostra a sua convicção de que «em princípio», o preço dos combustíveis não deverá aumentar nos próximos meses ■ A África do Sul tem resistido ao cumprimento integral dos acordos de Genebra sobre a criação de postos de controlo ao longo da fronteira de Angola com a Namíbia. A acusação é formulada pelo chefe da delegação angolana na Comissão Militar Conjunta de Controlo ■ O número de mísseis nucleares norte-america-

nos estacionados na Grã-Bretanha pode vir a triplicar em meados da década de 90, segundo a afirmação de um semanário inglês.

21 Sexta-feira

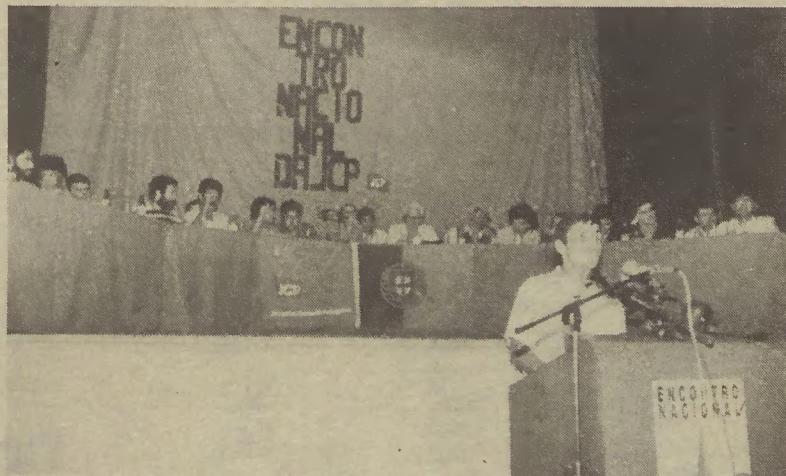
Na reunião do Conselho Nacional de Consertação Social, o dirigente da CGTP, Carvalho da Silva, afirma que o Governo não pode continuar a apresentar «metas utópicas» em relação à inflação ■ Os 45 sindicalistas da Setenave e da Siderurgia Nacional presos no passado dia 6 à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro são absolvidos no Tribunal de Polícia de Lisboa ■ Choque em cadeia na auto-estrada do Sul envolve 16 veículos. Um morto e sete feridos é o seu balanço ■ Aviões israelitas atacam campos de refugiados palestinianos no sul do Líbano provocando a morte a pelo menos 36 pessoas ■ O porta-voz da missão norte-americana em Genebra nega que alguma vez estivesse previsto para este fim-de-semana uma nova ronda de conversações quadripartidas sobre o sudoeste africano.

22 Sábado

Quatro milhões é o número de portugueses habitantes no continente que não têm abastecimento domiciliário de água. O número foi divulgado pelo secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais ■ O desmantelamento do navio porta-automóveis «Reijin», encalhado junto à praia da Madalena, em Gaia, vai prosseguir em terra. Até ao momento, era feito a 40 milhas da costa portuguesa, em flagrante violação da convenção de Oslo ■ Orei Hussein da Jordânia, o presidente egípcio Hosni Mubarak e o líder da OLP, Yasser Arafat, encontram-se de surpresa na Jordânia para debaterem a evolução imediata da questão palestiniana ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirma em Cantão, que um acordo global sobre os problemas do sudoeste africano poderá ser concluído em breve.

23 Domingo

Reúne-se, em Lisboa, o Encontro Nacional da JCP, sob o lema «Reforçar e Intervir». Alguns números do Encontro: jovens, em Portugal, são 1 milhão e 200 mil. Cerca de 300 mil estão no desemprego, 120 mil deles procurando o primeiro emprego; e perto de 400 mil encontram-se numa situação de contrato a prazo ■ Termi-



na a visita privada ao nosso país, do presidente brasileiro José Sarney ■ 300 mil pessoas ficaram desalojadas na Nicarágua, em consequência da passagem do furacão «Joan» ■ Futebol no estádio da Luz. Dois grandes frente a frente num embate nulo. Benfica e Porto empatam a zero e fica tudo na mesma no campeonato nacional de futebol da primeira divisão.

24 Segunda-feira

As Universidades portuguesas iniciam as aulas, depois de os alunos terem recusado a abertura do ano lectivo devido ao corte orçamental a que as instituições de ensino superior foram sujeitas ■ A CGTP considera que o abandono do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária, previsto no acordo PS/PSD sobre a revisão da Constituição, é «gravíssimo e incompreensível à luz dos interesses da democracia» ■ Ligações fluviais entre Lisboa e o Barreiro paralisadas devido à greve dos trabalhadores, em luta pelo regulamento de carreiras ■ São conhecidos mais pormenores sobre a passagem do furacão «Joan» pela Nicarágua. A cidade costeira de Bluefields, cerca de 25 mil habitantes, foi riscada do mapa ■ Em mensagem difundida por ocasião do 43.º aniversário da ONU, Perez de Cuellar apela para o fortalecimento dos passos pela paz.

25 Terça-feira

Torres Pereira, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, critica o Orçamento de Estado para 1989 na parte respeitante às autarquias porque «a razoabilidade» das verbas previstas «é anulada ou pelo menos atenuada pelo aumento de encargos». ■ O «Jornal de Angola» revela que 11 000 ex-membros da UPA-FNLA e populações que os apoiavam foram integrados nas tarefas de reconstrução nacional, no âmbito da política de clemência e harmonização nacional. ■ A União Soviética e a RFA assinam em Moscovo vários acordos económicos e técnicos, durante o segundo dia da visita oficial que o chanceler Helmut Kohl está a efectuar à capital soviética. ■ Um documentário da televisão britânica defende que o presidente norte-americano John Kennedy foi assassinado por um grupo de três pistoleiros franceses contratados pela Mafia dos EUA; um dos três alegados autores do assassinio teria sido Lucien Sarti, morto no México em 1972, e os seus dois cúmplices estão ainda vivos, sendo identificados pelo programa.

ouvem em jeito de quem passa atestados de ignaros.

Agora ao fim de 3 anos de gestão da pasta das Finanças, perante a indistarcável derrocada das suas miríficas previsões deflacionistas e desenvolvimentistas, é ainda com incorrigível enfatamento tecnocrático que tenta eludir as preocupantes realidades da economia portuguesa e as suas perspectivas a curto e a médio prazo, o fracasso das suas previsões cor-de-rosa, a falta de credibilidade das suas profecias económicas e financeiras.

A dupla Cavaco/Cadilhe tentou assentar numa conjuntura externa transitoriamente favorável mas prenhe de incertezas e de factores de instabilidade, utópicos planos de estabilidade económica e prosperidade financeira.

Com fins eleitoralistas o Governo fomentou de forma indiscriminada e irrazoável os aumentos do consumo. Agora pretende com o mesmo desprezo pelos interesses fundamentais do povo e do País, reduzir o poder de compra das massas através do aumento da carga fiscal, da rarefacção do crédito e do encarecimento do dinheiro, da chamada «liberalização das Leis do Trabalho» (leia-se de liberalização dos despedimentos e do trabalho precário).

O povo português vai de novo ser submetido, nos planos do Governo, a uma nova política de austeridade de «aperta-o-cinto» se o seu processo de luta não for ampliado e dinamizado.

Mas o processo de luta amplia-se e fortalece-se no momento actual.

Um novo surto grevista começa a manifestar-se; nas formas mais originais os profissionais dos sectores mais afectados pela política anti-social do Governo exprimem o seu descontentamento e protesto.

O desfile de mela centena de agricultores do Ribatejo com as suas máquinas e tractores até Vila Franca e a sua concentração junto da Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste em protesto contra as restrições do crédito; as acções anunciadas pelos trabalhadores da Função Pública, da Saúde, do Professorado e outros sectores, são significativas manifestações da disposição de luta que cresce nas massas populares.

E só a ampliação e dinamização da luta de massas e de luta institucional pode travar os rasgos da política antipopular e antidemocrática do Governo cavaquista.

Errata: no editorial do último número, por lapso, no quarto parágrafo da última coluna, saiu a expressão Divisão Pública, onde deve ler-se Divida Pública.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Setembro: 24 525 exemplares

Encontro Nacional da JCP

89 começou no domingo

O calendário tem destas coisas: ainda nem cheira a Ano Novo, já 1989 começou para a Juventude Comunista Portuguesa, que realizou no domingo passado um Encontro Nacional para definir as principais orientações e relançar a actividade da organização até Abril, que, além de mês da revolução, vai ser também mês do 3.º Congresso da JCP. O Encontro decorreu na Voz do Operário, em Lisboa, e nele participaram centenas de jovens — filiados ou não na JCP — de praticamente todo o país, desde Bragança ao Algarve e à Madeira.

Na sessão plenária de abertura, iniciada por volta das onze horas, António Filipe e Vítor Martelo — ambos do secretariado da Direcção Nacional da JCP — expuseram algumas ideias fundamentais para a caracterização da política de juventude do PSD, da real situação dos jovens e do movimento juvenil.

PSD: 10 anos de graves responsabilidades

«A análise que hoje fazemos da situação social da juventude não é separável, nos seus aspectos essenciais, da política do PSD no Governo, mas é antes o seu resultado directo» — frisou António Filipe, depois de ter recordado que o PSD «não está no Governo apenas desde 19 de Julho de 1987, integra-o ininterruptamente desde 1979, sempre com pastas importantes, designadamente a educação».

Nos últimos anos a juventude tem surgido como uma das grandes preocupações

dos governos do PSD, que «têm enchido os olhos e os ouvidos de toda a gente com aquilo que chamam a sua política de juventude». Os problemas — no ensino, no emprego, na habitação, no dia-a-dia —, esses ficam, apesar das promessas e da propaganda, e a acção do Governo vem mesmo agravá-los, como o provam algumas medidas recentes.

António Filipe recordou o novo regime de acesso ao ensino superior, aprovado no período das férias e — sem quaisquer consultas aos estudantes, aos professores, ao Conselho Nacional de Educação ou à Comissão para a Reforma do Sistema Educativo — publicado há poucos dias no «Diário da República» para entrar em vigor já neste ano lectivo: «mantém-se o *numerus clausus* e vai-se mais longe — é criado um mecanismo de selectividade no acesso, incomparavelmente mais sofisticado. Com as provas de acesso gerais de âmbito nacional e com as provas específicas, por escola e curso, transfere-se o odioso para a escola,

para os professores, para os próprios estudantes».

Para a JCP, contudo, «a solução para o acesso ao ensino superior não passa por encontrar esquemas melhores ou piores, passa por investimento, pelo alargamento e diversificação decisivos do ensino superior».

Nos outros graus de ensino — disse António Filipe — «a situação também está muito longe de ser brilhante», com «um plano de combate ao insucesso escolar assente sobretudo em medidas de carácter pedagógico e alheio aos principais intervenientes no processo educativo», com o aumento de preço dos manuais escolares, a transferência de competências para as autarquias sem transferências de dinheiro, o desprezo para com o desporto escolar, várias dificuldades aos trabalhadores-estudantes.

No que respeita ao emprego, «a exploração da força de trabalho dos jovens — em muitos casos desde muito jovens — assume no nosso país, quando tanto se fala em modernidade e em desafio europeu, aspectos desumanos, nalguns casos ignóbeis» — denunciou António Filipe, referindo o facto de a esmagadora maioria dos contratos de trabalho serem feitos a prazo ou em piores condições — à peça, à tarefa, por agência, a recibo verde, sem qualquer vínculo nem quaisquer direitos.

O desemprego «em vez de diminuir, aumentou». Além de ter sido revogado o



O salão nobre da Voz do Operário estava assim quando Álvaro Cunhal iniciou a sua intervenção, quase no final do Encontro

subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego, «só 3,5% dos jovens desempregados recebem efectivamente subsídio» e o emprego «precarizou-se radicalmente». E tudo isto se passa — denunciou António Filipe — «sem que algumas das poucas possibilidades de desenvolvimento, designadamente a nível de formação, sejam, por incúria do Governo, aproveitadas».

A suspensão por parte da Caixa Geral de Depósitos, do crédito para aquisição de habitação própria por tempo indeterminado «faz-se em estrita obediência a limites de crédito estabelecidos pelo Governo» e leva a que — como disse aquele dirigente da JCP — «se as dificuldades de acesso dos jovens à habitação já eram tremendas (pelo endividamento, pela brutalidade dos encargos), tornam-se agora completamente inultrapassáveis».

Mobilizar e unir

Vítor Martelo, sublinhando que «as insanáveis contradições entre a política da direita e os interesses e aspirações da jovem geração constituem a base objectiva do desenvolvimento do movimento juvenil e da luta da juventude», abordou alguns aspectos concretos de batalhas recentes dos jovens, algumas das quais se saldaram pelo recuo do Governo e pela não aplicação de medidas muito graves — caso das prescrições, preceções e disciplina académica no superior, da retirada

do chumbo a português, da lei das AE's e da lei do Dia do Estudante no secundário.

Mas «em várias questões essenciais a luta ainda não se decidiu», os problemas mantêm-se e surge como prioridade a mobilização e unidade em torno da defesa dos interesses, direitos e aspirações dos jovens.

«O desemprego, a precariedade de emprego e a dificuldade de acesso à habitação têm sido os grandes pólos de descontentamento dos jovens, embora se mantenham dificuldades (por razões objectivas e subjectivas) em encontrar expressões próprias e autónomas de intervenção e organização juvenis adequadas às novas situações» — disse Vítor Martelo.

Depois de referir o movimento dos trabalhadores-estudantes e o desenvolvimento acentuado de «um associativismo especificamente juvenil, com expressão autónoma e de carácter apartadário, que se distingue já do associativismo em geral», Vítor Martelo falou das comemorações do 28 de Março (Dia da Juventude) e da realização em Setembro do 2.º Encontro Nacional da Juventude como «momentos de particular demonstração de independência e autonomia das associações juvenis e também da sua capacidade criadora e organizativa».

Abordou ainda outras questões que depois foram mais detalhadamente tratadas na discussão em secções (de que falamos numa peça à parte), nomeadamente «o poder local e em especial as autarquias de maioria CDU» como impor-

tantes pólos de apoio e dinamização do associativismo juvenil e de iniciativas que envolvem milhares de jovens.

«Melhorou também significativamente — afirmou Vítor Martelo — a acção da JCP no plano institucional (AR, CNJ, CCJ) e foi grande a evolução no que se refere a imprensa e propaganda, assumindo aqui papel destacado a revista da organização do Ensino Superior *Cader-nos Política*». Entre importantes iniciativas próprias da JCP, Vítor Martelo destacou as assembleias distritais de Lisboa, Évora, Minho, Porto, Setúbal, Coimbra e Leiria, a assembleia concelhia da Covilhã e a IV Conferência Nacional do Ensino Superior.

Ao trabalho

Já no encerramento do Encontro, Paula Coelho — que o considerou «um marco importante no desenvolvimento da acção dos jovens comunistas», recordou as «enormes tarefas políticas do próximo ano»: as lutas sociais e políticas de massas, as batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e as autarquias locais, iniciativas pela paz e de solidariedade (destaque para o festival «Amar o Tejo, Viver a Paz» e o XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes), a participação no XII Congresso do PCP e, sobretudo, a realização do 3.º Congresso da JCP, a 15 e 16 de Abril.

Demagogia não resolve os problemas dos jovens!

JCP exige medidas imediatas

Na segunda sessão plenária, domingo à tarde, foi aprovada uma moção sublinhando que a política do Governo para a juventude, levada a cabo «a coberto de uma intensa acção demagógica fortemente financiada, conduz a um agravamento das condições de vida dos jovens».

Nesse documento, aprovado com uma abstenção, exigem-se medidas imediatas de defesa dos direitos dos jovens, nomeadamente a não concretização do pacote laboral e o respeito pela segurança e condições de dignidade do emprego; a atribuição de verbas ao ensino para o cumprimento em condições razoáveis da escolaridade obrigatória e o funcionamento e alargamento substancial da rede do ensino superior; a não aplicação do novo regime de acesso ao ensino superior, reabrindo nos termos legais o debate sobre esta matéria; um justo apoio social aos estudantes; a regulamentação completa da lei das AEs e do Dia do Estudante; a remoção dos obstáculos administrativos à frequência da escola pelos trabalhadores-estudantes; a concretização de um plano nacional de formação profissional de acordo com as prioridades nacionais e em articulação com o sistema educativo; a reposição imediata do crédito à habitação, com condições especiais e mais favoráveis para os jovens; a melhoria das condições de prestação do serviço militar obrigatório; o respeito pela autonomia e independência do movimento associativo juvenil e o apoio às suas actividades.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

O Militante

A preparação
do Congresso
e as lutas de massas

Uma vergonha

Conforme se sabe, o sr. Jorge Semprun, ex-militante do Partido Comunista de Espanha e actual ministro da Cultura do governo socialista de Felipe Gonzalez, lançou através do diário madrilenho «El Pais» a mentirola de que a fuga de dez dirigentes do PCP da fortaleza de Peniche em 1960 fora planeada pelo PCE em colaboração com o KGB e que de um plano inicial fizera parte o recurso a um submarino soviético. A mentirola era ainda acrescentada pela afirmação de que um ano depois da fuga segundo o sr. Semprun, o secretário-geral do PCP se encontraria em Praga.

A provocatória atoarda foi já desmentida mediante a singela recordação de factos do domínio público. Que o KGB e o PCE soubessem, em pleno fascismo, sequer da existência do determinante guarda da GNR que auxiliou a fuga, que tivessem condições para montar os dispositivos que permitiram o afastamento dos evadidos da zona de Peniche e a sua defesa posterior, etc. são imbecilidades que não passam pela cabeça de ninguém. Tal como ficou esclarecido que a altura em que o sr. Semprun entende que Álvaro Cunhal estava em Praga coincide com a reunião alargada do Comité Central do PCP onde exactamente Álvaro Cunhal foi eleito secretário-geral do Partido — reunião que se realizou, na clandestinidade, em Portugal.

O episódio não deixa contudo de merecer um ou outro reparo.

Em entrevista sobre o assunto ao mesmo «El Pais», Álvaro Cunhal esclareceu porque considerava a insinuação do envolvimento do KGB não apenas uma mentira, mas uma mentira ofensiva: a questão, sublinhou Álvaro Cunhal, é inventar a incrível intromissão de um organismo policial do Estado soviético, insinuar a existência de relações entre o PCP e os organismos de segurança da União Soviética.

O pormenor é importante e situa de forma mais esclarecedora a provocação. Não se está face a uma pura mentirola, mas a um despudorado alinhar com as mais sombrias cabalas anticomunistas do tipo «outro de Moscovo» e semelhantes. O escritor e ministro da Cultura sr. Semprun não desdenha colocar-se ao mesmo nível de um esbirro fascista quanto, pelo menos, à sua concepção da luta e do trabalho dos comunistas.

Aliás, há em toda a história outros pormenores desagradáveis. Na verdade, quem recorde o desvario que há quase trinta anos se apossou da PIDE, desesperada sem sequer conseguir explicar como se dera a fuga, seguramente se lembrará da invenção do «submarino russo» que fez rir meio Portugal e cobriu de ridículo os responsáveis da polícia política mesmo junto dos homens do salazarismo.

O «submarino russo de Peniche» entrou no anedotário nacional, exemplo acabado de uma polícia brutal mas bronca, vítima das suas próprias mentiras e das suas próprias campanhas.

Não passa assim sem inevitável perplexidade ver um indivíduo que se reclama da qualidade de homem de cultura vir repescar quase três décadas decorridas uma parvoíce que fez dos torcionários da Antónia Maria Cardoso objecto de escárnio nacional. A verdade é que se compreendia porque necessitavam eles da invencionice, mas torna-se mais insólito perceber para que necessita o sr. Semprun dela.

Thomas Mann disse um dia que o anticomunismo era a manifestação mais irracional dos tempos modernos e a História se tem encarregado de demonstrar o acerto da afirmação. Só o anticomunismo de facto pode explicar que um homem que se diz intelectual dê de si a indigente imagem que acabou de dar Jorge Semprun. Mesmo dando o desconto de ter ele sido dirigente comunista e ser hoje ministro socialista, transferências que a vida ensina, desencadearem ódios tão irracionais quanto autojustificativos.

Mas convirá acrescentar e não esquecer que este intelectual é membro de um governo de um país com o qual Portugal mantém não só normais relações diplomáticas, como laços de carácter especial ancorados em realidades geográficas e trajectórias históricas particulares. Convirá saber se faz parte das consequências das integrações europeias, da «entrada para a Europa» e outras novas realidades passarmos a estar sujeitos a que um qualquer ministro espanhol insulte impunemente partidos portugueses, os seus dirigentes e, o que é mais grave, a luta do povo português pela liberdade.

Do ponto de vista diplomático, é seguramente um escândalo. Mas, do ponto de vista nacional, é seguramente uma vergonha.

■ R.C.

Juventude

Secções:

24 horas de discussão viva e participada

«A discussão nas secções foi bastante viva, democrática e participada» — disse Carlos Rabaçal, que apresentou ao plenário um balanço do trabalho realizado durante cerca de três horas em cada uma das oito secções do Encontro Nacional da JCP. «Excepção — referiu aquele membro do secretariado da Direcção Nacional da JCP — foram as secções onde se discutiram as questões da paz e solidariedade e da acção institucional da JCP, onde houve grandes dificuldades no aprofundamento do debate». «Uma tónica de todas as discussões» foi a afirmação da necessidade de manter uma grande autonomia do movimento juvenil nas suas diversas formas. O debate nas secções confirmou a caracterização da política de juventude do Governo feita em traços gerais na parte da manhã.

Em relação à **juventude trabalhadora**, concluíram na secção que lhe foi dedicada que continuam na ordem do dia a luta pelos direitos adquiridos e que não estão a ser cumpridos, a luta contra o pacote laboral, o desemprego e a precariedade do emprego, a dinamização da actividade cultural, desportiva e de convívio, a preparação da conferência nacional da juventude trabalhadora, o aprofundamento de formas de intervenção da juventude trabalhadora — nomeadamente no movimento sindical — de acordo com a actual situação social dos jovens; no quadro da actividade da JCP há que dar maior atenção ao debate e ao trabalho nesta frente.

«Hesitámos em abrir uma secção para debate dos problemas dos **trabalhadores-estudantes**, mas temos que aqui saudá-los por esta ter sido uma boa secção e que tirou boas conclusões» — referiu o camarada Rabaçal.

Dessas conclusões referiu a necessidade de continuar a lutar pelo cumprimento do Estatuto do Trabalhador-Estudante, contra o regime de justificação de faltas que não tem em conta a situação de precariedade de emprego de muitos TE's, denunciar a falta de condições de estudo à noite e lutar por melhores apoios aos TE's; criar novas associações de trabalhadores-estudantes e dinamizar a actividade das ATE's e da Federação Nacional (FNA-TE's); estudar formas concretas de a JCP acompanhar melhor o movimento dos TE's (comissões de TE's na JCP, encontro nacional de jovens comunistas trabalhadores-estudantes).

«Registou-se de facto uma grande dificuldade no debate das questões da paz e nas propostas concretas para re-

lançar a actividade», tendo os participantes nesta secção decidido propor a realização (entre outras iniciativas, como um boletim, um autocarro pela paz a nível nacional, debates e acções de divulgação em todo o país) de um encontro nacional da JCP sobre estes problemas. Está em curso o trabalho de preparação do **XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes** (RPD da Coreia, 1989); na secção apontou-se a necessidade de trabalhar para que o comité nacional em formação seja «muito amplo, democrático e representativo».

Na secção do **ensino secundário** a discussão foi «muito larga» e das conclusões Carlos Rabaçal referiu: continuar a lutar pela autonomia relativa do ensino secundário e a trabalhar na dinamização e reforço do movimento associativo, exigir a aplicação das leis das Associações de Estudantes e do Dia do Estudante, combater o novo regime de acesso ao ensino superior (designadamente a manutenção do *numerus clausus*), lutar contra o aumento dos manuais escolares, iniciar «desde já» as comemorações do 24 de Março, realizar em Fevereiro

um encontro nacional do secundário da JCP.

O **associativismo** esteve em debate numa secção que «não teve muita gente, mas teve gente que sabe muito» destas coisas; das suas conclusões, destaque para a constatação do crescimento, em número e em influência, das associações juvenis, que devem ter maior apoio do Governo, respeitando a sua autonomia e iniciativa própria; solidarizando-se com as decisões do II Encontro Nacional da Juventude e chamando a atenção para a necessidade de estudar melhor o associativismo juvenil, os participantes na secção sublinharam que não deve ser subestimado o associativismo informal. Também foi realçada a necessidade de acompanhar melhor as actividades das autarquias neste campo.

O debate das questões do **ensino superior** na secção respectiva do Encontro seguiu-se a uma extensa reunião da Direcção Central da JCP para esta frente; as conclusões realçam a necessidade de conceder mais verbas ao ensino superior público no OE para 1989, assegurando desde já um orçamento de emergência para as necessidades das universidades; os participantes na secção decidiram lutar contra qualquer tentativa de substituir as bolsas de estudo por uma linha de crédito que o Ministério quer abrir, exigindo saídas profissionais dignas e a resolução dos problemas específicos de cada escola. Foi também referida a necessidade de acompanhar as consequências da integração na CEE para os estudantes do superior, nomeadamente no que respeita à atribuição de bolsas (programas como o ERASMUS e o COMET).



**ENCONTRO
NACIONAL**
Reforçar e intervir



**VOZ DO OPERÁRIO
23 DE OUTUBRO**

A **política do Governo e a acção institucional da JCP** estiveram em debate numa das tais secções onde — como Carlos Rabaçal referiu — foi difícil trabalhar; aqui, uma razão avançada foi o deficiente conhecimento da actividade das instituições. O debate mostrou uma reafirmação das linhas da JCP para esta área, denunciando no concreto as acções demagógicas que não resolvem os problemas dos jovens e são utilizadas para os esconder temporariamente. Foram também referidas algumas medidas para o reforço da intervenção dos jovens comunistas na Assembleia da República, no Conselho Nacional da Juventude e no Conselho Consultivo de Juventude.

Na secção onde se discutiu a **Juventude Comunista Portuguesa** foi evidenciada a necessidade de uma «alteração radical» nas formas de intervenção e propaganda da JCP — esta considerada uma «grande lacuna» na actividade; de realizar assembleias distritais e concelhias e outras iniciativas que permitam à JCP um maior conhecimento das realidades e uma maior intervenção; que as estruturas e as formas de organização correspondam às novas actividades da juventude e às novas formas dessa actividade.

Juventude

Encontro Nacional da JCP

Uma delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso e Francisco Lopes, participou no Encontro Nacional da JCP, tanto nas sessões plenárias como no trabalho das secções, como ainda nos momentos de convívio que têm sempre lugar mais que certo nas iniciativas da Juventude. Na sessão plenária de encerramento o secretário-geral do PCP fez uma intervenção de que deixamos aqui os extractos principais.

Intervenção de Álvaro Cunhal

A confraternização

O Encontro Nacional da JCP foi algo mais do que a reflexão, o debate, a definição de objectivos, a indicação de lutas a travar.

Foi **algo mais**, que é também necessário considerar **essencial** tanto na JCP como no movimento da juventude.

Esse algo mais foi o convívio, a confraternização, a **alegria e a força que dá esse acontecimento que a bela palavra Encontro traduz no seu profundo significado**.

Alegria e força que dá o encontrarem-se, ou reencontrarem-se, o conhecerem-se, o conviverem, o confraternizarem.

Aqui com a JCP, o Encontro reveste-se da particular proximidade e entendimento porque é um Encontro de jovens comunistas, e de outros jovens que estão já ao lado dos jovens comunistas, e têm mil e uma razões para viverem com entusiasmo a vida dos seus colectivos.

Mas em qualquer área do movimento juvenil, **ser jovem só por si é uma base sólida e profunda para o convívio e a confraternização que se podem traduzir com facilidade na verificação e na certeza de interesses gerais comuns, de objectivos comuns, de aspirações comuns**.

Ser jovem comunista

Encontro da JCP, Encontro de jovens comunistas, pelo que debateu, pelo que afirmou, pelo que concluiu, o Encontro é uma afirmação **do que é ser jovem comunista**.

É amar a paz e lutar pela paz, pela paz e a felicidade da juventude.

É ter o ideal de uma sociedade libertada da exploração e das injustiças sociais geradas pelo capitalismo.

É ser patriota e internacionalista.

É ter uma visão do mundo contemporâneo considerando factor determinante da evolução **a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos**.

É alegrar-se com a luta anti-imperialista, com as revoluções vitoriosas, com o heroísmo revolucionário dos povos.

É, também no momento mundial que vivemos, saudar a «perestroika» em que a União Soviética está empenhada pelo que representa de superação de atrasos e erros, de aceleração do desenvolvimento, do avanço do socialismo, do aprofundamento da democracia no Estado, no Partido e na sociedade, de confirmação e garantia do poder político do povo, dos trabalhadores, — dos soviets.

É ter, não apenas o pensamento, mas o coração ao lado dos povos de Angola, de Moçambique, do Chile, da Nicarágua, da Palestina, do Afeganistão, da Kampuchea e de tantos outros em luta contra a opressão e a agressão e pelo direito à independência e à opção do seu próprio destino.

É ter uma intervenção empenhada na vida da sociedade e na luta do povo.

Ser jovem comunista é também **ter um partido** e estar **com um partido** — o PCP — não apenas como ponto de referência, mas como força política de vanguarda na luta do nosso povo, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores que é também **o partido da juventude**, como acabais de aprovar na vossa saudação ao nosso Partido.

A ligação com as massas

A JCP é uma importante força na luta da juventude, mas também na luta que os trabalhadores, o povo, o PCP e outros democratas travam na difícil situação actual.

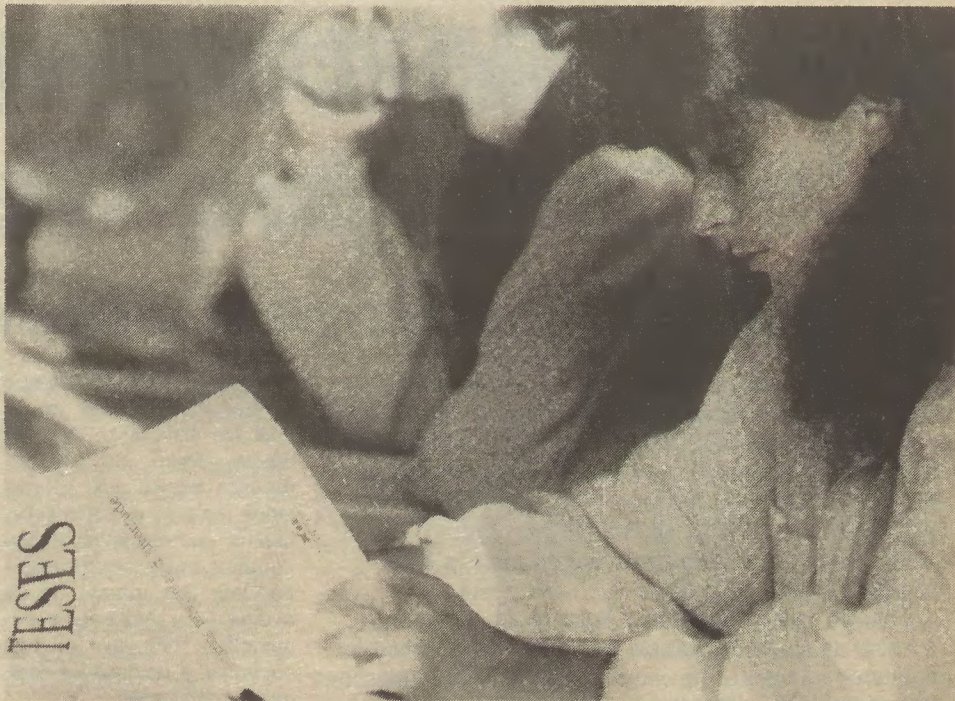
De há muito a experiência mostrou que a JCP, os jovens comunistas, para desempenharem na sociedade e na luta do povo, na vida e no movimento da juventude portuguesa, **o papel esclarecedor, mobilizador e dinamizador** que lhe é justamente exigido, não podem viver e actuar em círculos fechados de jovens comunistas, não podem estar voltados para a vida interna da JCP e nela absorvidos, mas, pelo contrário, **é indispensável que estejam voltados para fora, para as massas juvenis**.

O jovem comunista é comunista e é **jovem**.

E é bom que formas ultrapassadas de acção e a cópia imponderada de formas de intervenção, não roubem na espontaneidade de comportamento o que o ser jovem por si só exige.

Com o pensar e o sentir do jovem que é — o jovem comunista tem de estar constantemente e profundamente ligado à juventude, às massas juvenis, de partilhar da sua maneira de ser e de viver, de intervir e participar nas mais variadas áreas do movimento da juventude, na mais larga aceção deste termo.

O próximo Congresso do Partido esteve também presente no Encontro da JCP: foi distribuído um documento com extractos das Teses referentes à juventude (pontos 2.5, 4.6. e 8.5), e domingo à tarde foi aprovada com duas abstenções uma saudação ao órgão máximo do PCP. O convívio e a alegria marcaram todo o Encontro e não cederam, nem no período a seguir ao almoço qualquer espaço aos fantasmas dos tempos mortos



O movimento da juventude

O Encontro confirmou que entre os aspectos positivos e os importantes passos dados nos últimos tempos na actividade da JCP conta-se uma nova e mais fecunda compreensão **do que é o movimento da juventude**, e da extraordinária importância do movimento da juventude, não apenas no que respeita à vida da juventude e à solução dos seus problemas, mas também como força que intervém na sociedade e influencia a evolução política do País. (...)

Pelos problemas abordados, o Encontro confirmou a positiva viragem que se está a dar na JCP no sentido de se voltar decididamente para um largo trabalho de massas no movimento da juventude e nas suas variadas formas associativas, **definindo tal linha como uma direcção prioritária de acção**. (...)

A unidade da jovem geração

(...) Considerar-se a juventude como uma força social não pretende nem pode apagar **os agudos conflitos de classe que abalam a sociedade** e nos quais os jovens muitas vezes se encontram em campos opostos.

Essas diferenciações de classe não apagam porém uma outra realidade: que a juventude tem interesses, objectivos e aspirações nos quais, em numerosas áreas, coincidem jovens das mais diversas origens sociais e das mais diversas opções políticas. (...)

Quando os jovens, sem preconceitos de opção política, abordam e debatem uns com os outros os seus próprios problemas e problemas sociais e internacionais, com frequência se verifica coincidência de ideias de jovens dos mais variados quadrantes ideológicos e mesmo dos mais variados partidos políticos.

É justa a conclusão acerca da necessidade de aprofundar tanto no movimento associativo, como na actividade institucional, a linha do **diálogo, do exame colectivo de problemas, da busca de conclusões comuns e de intervenção comum para a solução dos problemas sujeitos a exame**. (...)

Há fortes razões para a unidade da jovem geração.

Porque os problemas de fundo da juventude, longe de estarem a ser solucionados, se agravam com o avanço da ofensiva contra as conquistas da Revolução de Abril, contra o regime democrático instaurado pelo povo português e definido em termos de lei fundamental na Constituição da República. (...)

Entretanto, ao mesmo tempo que a sua situação se agrava, a juventude está sujeita à mais intensa, planeada e abrangente campanha de demagogia e de diversão ideológica, que visa iludir a juventude acerca do seu presente e do seu futuro, impedir que a juventude tome consciência dos seus próprios problemas e das causas dos mesmos, que afaste a sua atenção dos mais graves problemas sociais, que perca a capacidade de discernir e formar opinião sobre a sociedade portuguesa em que vive e sobre o mundo em que vivemos.

Através da acção governativa, de medidas espectaculares de carácter aliciante, mas que não resolvem os problemas de fundo, de uma frenética propaganda, da informação tendenciosa, da instilação de falsidades pelos poderosos meios de comunicação social, de um *marketing* difusor de gostos, preferências e necessidades, de uma colossal campanha anticomunista, a reacção interna e o imperialismo externo procuram criar na juventude (e têm conseguido criar em vastos sectores) novas mentalidades dominadas pelo egoísmo, a indiferença pelos males sociais, o consumismo, a violência e o cinismo como virtudes, a concorrência como lei de selecção natural (sobrevive o mais forte!) na sociedade humana.

A jovem geração tem interesses vitais a defender, objectivos a alcançar.

Promover, organizar, impulsionar a luta da jovem geração e subtrair a jovem geração à influência ideológica do grande capital, do imperialismo e das forças políticas que os servem são tarefas primaciais da JCP.

A JCP

A JCP desempenha no movimento juvenil um papel que nenhuma outra organização pode desempenhar.

Porque examina a situação e os problemas da juventude, tendo como critério superior a defesa dos seus interesses, a satisfação das suas justas reivindicações, a resposta às suas aspirações.

A juventude portuguesa precisa que a JCP seja forte, dinâmica, audaciosa, criativa e confiante.

É importante que o Encontro tenha abordado problemas relativos ao desenvolvimento e reforço da JCP no domínio da organização, da propaganda, da informação, da intervenção nas áreas mais diversas do movimento da juventude.

Digo tenha **abordado** porque se trata de análises a aprofundar, de ideias e projectos cujo rigor é indispensável aferir em debate na JCP com vistas à realização do vosso próximo Congresso. (...)

Muitos jovens comunistas estão inseridos no movimento da juventude como incontestáveis dirigentes e dinamizadores.

Tudo isto é certo e é positivo.

Mas **é indispensável que a JCP não se dilua organicamente no quadro unitário**.

Não só para conservar, mas para desenvolver o trabalho unitário e o movimento da juventude é indispensável que os jovens comunistas, dirigentes ou activistas de movimentos e organizações unitárias, das mais variadas expressões do movimento juvenil, **reforcem a sua identidade de comunistas e a sua organização de jovens comunistas**.

É indispensável que os jovens comunistas, ao mesmo tempo que se empenham no desenvolvimento de movimentos e organizações unitárias de massas, **desenvolvam e reforcem a sua própria organização — a JCP**.

É problema que necessita de uma exame aprofundado por todos vós, também na perspectiva do vosso próximo Congresso.

Creio entretanto que desde já se pode afirmar que a tarefa não é constituir grupos ou colectivos de jovens comunistas para se voltarem para dentro e passarem a viver nos círculos fechados do seu grupo ou colectivo comunista. Mas sim definir a melhor forma de estreitar e reforçar as estruturas, reforçar os colectivos de militantes, procurar atrair mais jovens à JCP, ao mesmo tempo que a JCP insere o fundamental da sua actividade no movimento juvenil e designadamente nas organizações de massas.

Actuando nas mais diversas áreas do movimento da juventude e tendo como tarefa contribuir para a correcta orientação e dinamizar as organizações e movimentos respectivos **os jovens comunistas têm também como tarefa ganhar os jovens para os ideais libertadores da classe operária, para os ideais e os objectivos da juventude comunista, da JCP, para os ideais e os objectivos de luta do Partido Comunista Português**. (...)

Ganhar a juventude

Uma grande tarefa que se coloca à JCP e ao Partido é **ganhar** a juventude para os nossos ideais e para a nossa luta — com objectivos imediatos e com a mais larga perspectiva.

Não digo **arrastar** a juventude. Não digo **dirigir** a juventude. Digo **ganhar** a juventude, como há pouco um de vós disse nesta tribuna.

Ganhar a juventude para os nossos ideais e a nossa luta significa explicar, informar e convencer.

Significa fazer constante apelo ao pensar próprio de cada jovem, à sua ideia própria, à sua opinião própria, à sua livre participação, à sua imaginação e à sua criatividade.

Significa estimular nos jovens o sentimento e o ideal de liberdade.

Significa por parte do Partido e da JCP apreciar e estimular a iniciativa dos jovens, respeitar gostos, hábitos e a maneira, em mutação social constante, de estar na vida e na sociedade.

Significa encontrar formas de abordagem de problemas, de propaganda, de diálogo, de debate, de organização e de luta que correspondam ao sentir e às disposições dos jovens activistas, que tornem atraentes e exaltantes as formas de participação.

O Encontro é um passo importante para que estes objectivos possam ser alcançados.

PCP

Os comunistas defendem uma Siderurgia ao serviço do País

• **5.ª Assembleia (ext.) da célula do PCP da fábrica do Seixal a 12 de Novembro**

Actualizar a compreensão e organizar respostas colectivas face à incidência da política de direita e às imposições da CEE na empresa são os objectivos essenciais da 5.ª Assembleia (extraordinária) da célula do PCP na Siderurgia Nacional (SN) — EP, fábrica do Seixal, marcada para 12 de Novembro próximo. «Com o PCP, defender a Siderurgia nacionalizada, ao serviço do Povo e do País» é o lema desta Assembleia, que decorrerá na Torre da Marinha, no concelho do Seixal. O debate preparatório em torno da importante reunião conta com um instrumento precioso, «fruto do trabalho colectivo do secretariado da célula e de outros quadros»: trata-se do documento «A SN porque lutamos» («não é um trabalho acabado»), cuja nota introdutória justifica assim a convocação da Assembleia extraordinária: «Desde a realização da 4.ª Assembleia da célula da SN-EP, em 21 de Fevereiro de 1987, que se alterou substancialmente o quadro da situação social e política onde intervinham a nossa célula, os trabalhadores e o Partido». A realização da Assembleia pode enquadrar-se também nas acções preparatórias do XII Congresso do Partido. No decorrer dos seus trabalhos serão eleitos os delegados da célula do Partido na fábrica do Seixal ao grande encontro do Palácio de Cristal em Dezembro. Dos seis capítulos que constituem o documento a que já aludimos, deixamos à apreciação dos nossos leitores os que abordam «a integração de Portugal na CEE e suas consequências na indústria siderúrgica portuguesa», «Portugal precisa da Siderurgia nacionalizada» (a qual «deve contribuir para o desenvolvimento da nossa economia e do bem-estar do Povo português») e ainda «a SN porque lutam os comunistas».

• CEE contra o interesse nacional

Decorridos quase três anos desde a integração de Portugal na CEE, as consequências deste acto manifestam-se contraditoriamente no sector siderúrgico.

À data da adesão, o que fica determinado no protocolo 20 referente ao sector siderúrgico liquida o Projecto de Expansão de produtos longos do Seixal (PEPLS), Projecto que se traduzia es-

sencialmente pelo consumo de minério de ferro nacional e o aumento da capacidade de produção em um milhão de toneladas, construindo-se uma fábrica constituída por um novo alto forno (justamente de capacidade de um milhão de toneladas), uma nova aciaria, com concertidores a oxigénio e trens de laminagem para elaboração do produto acabado. Liquidado este projecto, passa-se a dar lugar por receita da CEE dos monopólios, a um plano de

reestruturação da Siderurgia Nacional, o PRSN, ainda hoje em elaboração. Na sua última versão, sob o ponto de vista técnico, não se pretende mais do que aproveitar alguns equipamentos encaixotados para modificações parciais das instalações da aciaria e da laminagem seguindo o linha guia de não aumentar a produção e liquidando instalações.

Em síntese: à conta da «modernidade» diminui-se a produção e estreita-se a gama de produtos que se pode oferecer no mercado. Pior ainda é que a limitação criada pela limitação física do alto forno existente (e que produz hoje a sua máxima capacidade), não deixa outra via de saída que não seja a do aumento do consumo de sucata, produto mais caro do que o minério, que o país não produz, situação típica decorrente do seu estado de desenvolvimento.

A CEE encontrou um processo de estrangular a capacidade de produção do seu mais pequeno produtor de aço, ao qual não permite a exploração dos seus recursos naturais em minério de ferro e de obrigar a participar no consumo da sucata excedentária de que dispuser aos preços que nos quiser fixar.

A CEE fez, neste aspecto, um bom negócio.

No quadro do aludido PRSN pretende-se, ao que se diz, otimizar a força de trabalho de Siderurgia Nacional com o despedimento de 2000 trabalhadores.

Escamoteiam, no entanto, que a SN-EP trabalha e bate recordes de produção tendo necessidade de recorrer massivamente a mão-de-obra alugada a empreiteiros e que uma diminuição do horário de trabalho que se pratica em Portugal para o que se pratica hoje na CEE atenuaria ainda mais o alegado défice.

Se a ideia tão propagandeada pela CEE da formação de uma Europa sem fronteiras viesse a ser possível, Portugal ver-se-ia confrontado com o facto de ter de engolir como bom para as linhas mestras do desenvolvimento da sua economia, a opinião maioritária dos Países mandantes na CEE tal como consta do n.º 1 do artigo 148 do tratado CEE, e uma deliberação sobre a política portuguesa poderia ter de ser adoptada contra a vontade de Portugal que tem 5 votos desde que por exemplo a RFA, a França, a Itália, o Reino Unido, a Espanha, a Bélgica e a Dinamarca se pusessem de acordo dado que somam 54 votos requeridos para a maioria simples.

É isto claramente o fim daquilo a que se chama «Soberania Nacional».

E se uma destas medidas fosse a liquidação, mesmo que parcial, de um sector siderúrgico, por exemplo, deixar de produzir perfis pesados (caso do carril) ou chapa galvanizada ou passar a importar billetes porque absor-

via excedentes comunitários e não «precisaria» de investir num novo alto forno, num quadro destes, quando o País o quisesse retomar porque a CEE tinha decidido revitalizá-lo, a SN e por extensão o País teria abatido as suas únicas instalações onde trabalham aqueles que fabricam o produto e conduzir as instalações recuando, no mínimo, 30 anos.

• SN-EP é viável!

Apesar das nacionalizações serem parte integrante do regime democrático, os sucessivos governos de direita tudo têm feito para restaurar o poder económico dos capitalistas nacionais e estrangeiros. É disso exemplo, concreto a situação que se vive hoje na Siderurgia Nacional (nacionalizada), onde é executada uma política reaccionária de amputação e inviabilização sistemática dos projectos de modernização e expansão da empresa, a par da repressão sobre os trabalhadores da violação dos seus direitos, definidos no AE, visando criar um clima de instabilidade, insegurança e de expectativa quanto ao futuro.

Esta ofensiva foi acelerada com o resultado eleitoral de 19 de Julho de 1987, em que as forças do grande capital através de seu Governo PSD/Cavaco Silva tentam a todo o transe, com leis ordinárias, dado que não tem 2/3 dos deputados, rever ilegal e antecipadamente a constituição; pondo em prática o pacote de privatizações que visa desnacionalizar as empresas e entregá-las ao capital privado, «nas melhores condições».

Para além disso é preocupante as cedências feitas pelo PS à direita no processo de revisão constitucional. A materializarem-se tais cedências, as nacionalizações sofreriam um rude golpe e o próprio regime democrático seria profundamente descaracterizado.

A SN-EP é uma empresa economicamente viável. Provam-no claramente os resultados económicos dos últimos 5 anos em que são batidos recordes de produção e de vendas, apesar das condições adversas impostas pela política vergonhosa de submissão, do Governo Cavaco Silva, aos interesses da CEE.

Portugal, ao contrário dos restantes Países da CEE, não tem excedentes de aço, mas sim aço a menos. A SN-EP apenas produz 50% do aço que o País consome, daí os trabalhadores defenderem e lutarem pelo aumento de capacidade de produção que permita abastecer o mercado interno.

Para tal, é necessário a renegociação do protocolo 20 da adesão à CEE.

A SN nacionalizada deve estar ao serviço do País e contribuir para o seu desenvolvimento económico e in-

dependente, numa perspectiva da melhoria das condições de vida do Povo português.

A luta dos trabalhadores da SN-EP, inserida na luta mais geral dos trabalhadores portugueses; a acção das forças democráticas fundamentalmente do PCP, nomeadamente pela sua intervenção na luta de massas e na acção institucional; a força do regime democrático e a atracção dos ideais do 25 de Abril permitirão que prosiga, nas novas condições geradas pela ofensiva do Governo PSD/Cavaco Silva, a luta em defesa das nacionalizações e do SEE e do regime democrático saído do 25 de Abril.

• É por esta SN que os comunistas lutam

Com a integração de Portugal na CEE e as imposições desta, a SN-EP está a ser impedida de realizar um verdadeiro projecto de desenvolvimento.

As nossas produções e emprego representam, respectivamente, apenas 0,67% e 1,3% do total da CEE. Entretanto, pretende-se vender os equipamentos adquiridos por apenas 5 milhões de contos (preço de sucata), encerrar algumas das actuais instalações e despedir 2000 trabalhadores. Governo e CEE mentem ao Povo Português quando dizem que querem reestruturar a Siderurgia portuguesa.

Com o projecto de «reestruturação» que falam, o país gastaria mais de 50 milhões de contos para ficar com a mesma capacidade produtiva, deixar de fabricar alguns produtos e aumentar o de-

semprego existente sobretudo na já flagelada região de Setúbal.

E isto, quando nós produzimos menos de 1 milhão de toneladas/ano — cerca de metade do que o País consome — e a crise siderúrgica da Europa se deve à existência de uma capacidade de produção excedentária estimada em 30 milhões de toneladas/ano.

Por isso os comunistas patrioticamente defendem:

1 — Uma Siderurgia Empresa Pública que seja um motor de desenvolvimento e geradora de emprego, com a manutenção dos actuais e criação de novos postos de trabalho.

2 — Renegociação do tratado de adesão à CEE — Protocolo n.º 20, actividade Siderúrgica.

3 — Concretização de um verdadeiro Projecto de Modernização e Ampliação da Siderurgia Nacional — Empresa Pública — o que é inseparável duma política de desenvolvimento económico independente que aproveite e não aliene os recursos nacionais (humanos e materiais), que cumpra os princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa.

4 — O estabelecimento de relações comerciais com todos os países na base da igualdade, respeito e vantagens mútuas.

A melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, o respeito pelos direitos e garantia de estabilidade no emprego.

5 — Garanta uma política salarial justa, não discriminativa, que tenha em conta a evolução do custo de vida e o crescimento da produtividade do trabalho por forma a aumentar a parte dos salários no rendimento nacional.

Nota da SIP do PCP

A propósito da inflação

1. Os valores relativos à taxa de inflação referente a Setembro (9,2 por cento, contra 9,0 por cento, em Julho e Agosto) vêm confirmar o fracasso da política do Governo na sua principal variável estratégica que terá em 1988 um desvio em relação à meta governamental superior a 50 por cento.

2. Pode-se desde já afirmar que a taxa de inflação em 1988 não será inferior à de 1987 (mesmo que os preços em Outubro, Novembro e Dezembro só crescessem 0,5 por cento anualmente, a taxa de inflação seria de 9,3 por cento) o que é uma total inversão do que foi prometido e reiterado pelo Governo.

3. Em face da derrapagem inflacionista, com pesadas consequências em relação aos detentores de rendimentos fixos — reformados e assalariados — torna-se cada vez mais imperiosa a reposição do poder de compra, nomeadamente em relação às camadas mais desfavorecidas, sendo ainda mais evidente o desajustamento da medida governamental — pagamento em certificados de aforro relativo aos trabalhadores da Função Pública.

O PCP exige que o Governo tome medidas efectivas e não pseudomedidas compensatórias da diminuição dos salários reais. Em caso de omissão do Governo, o PCP apresentará propostas e actuará em sede de debate do Orçamento de Estado, para corrigir a degradação do poder de compra.

20.10.1988
A SIP do PCP

Nacional



As mulheres e a Informação foram questões em debate numa mesa-redonda organizada pela direcção distrital de Setúbal do Movimento Democrático de Mulheres no âmbito do 3.º Congresso do MDM, marcado para este fim-de-semana e de que falamos mais pormenorizadamente na agenda. A mesa-redonda realizou-se no sábado passado e contou com a participação de Helena Neves, dirigente do MDM e directora da revista **Mulheres**. No debate foi sublinhado que a comunicação social pode ser um instrumento importante na abordagem de questões ainda cheias de preconceito e que, afinal, sujeitam a mulher a uma situação de discriminação.

PCP

Três exemplos levados à comunicação social

Chaves, um concelho prejudicado!

Quem cala consente, diz o nosso povo.

Os comunistas de Chaves não se calam face aos problemas, à incompetência e ao abandono a que a população e os agricultores do concelho continuam a estar votados. Em *telex* dirigido há dias aos órgãos de comunicação social, a Comissão Concelhia do PCP acusa o Governo Cavaco de prejudicar Chaves e o Alto Tâmega, apontando três exemplos: o que se passa na linha ferroviária do Corgo, a desactivação pela RTP e autoridades policiais da antena parabólica e retransmissores instalados pela CM e a insensibilidade do Governo também em relação aos graves prejuízos na lavoura. São três exemplos de características e abordagens diferentes, ligados entre si por um traço comum — para o Governo PSD as populações estão em segundo lugar...

Um só comboio!...

Entre Vila Pouca e Chaves a linha do Corgo está reduzida a uma única composição diária. Como noutras regiões do País, o objectivo é claro: encerramento definitivo da linha, pondo de lado necessidades sociais e económicas, de numerosas localidades.

O comentário da Concelhia do PCP de Chaves:

O Governo, por intermédio do conselho de administração da CP, põe em prática o seu programa, o chamado PCEDED (Plano para Correção do Déficit Externo e do Desemprego) e antecipa o seu projecto de lei sobre transportes terrestres, aliás, na continuação da política de anteriores governos do PS, PSD e CDS sobre os transportes ferroviários.

Começaram por dividir a linha do Corgo em dois troços: um onde os comboios,

para já, vão continuar como antes; e outro, Vila Pouca-Chaves, onde passa a haver uma única composição diária nos dois sentidos. Mas a ausência de investimentos para melhorar e renovar a linha e as conhecidas posições da CP e do Governo não podem deixar dúvidas de que sem a oposição popular e a intervenção das autarquias locais, a linha do Corgo encerrará de vez e em todo o seu percurso.

Será de referir aqui a posição displicente da Câmara de Chaves face a este problema. Com efeito, e até à data da última sessão da Assembleia Municipal, o sr. presidente da Câmara falava do pouco interesse do comboio para Chaves, esquecendo-se que Oura, Vidago, Arcosso, Vilarinho das Paranhos, Curialha e Vilela do Tâmega, também são Chaves. Quando viu a circulação na linha reduzida a um só comboio, o

sr. presidente acordou. Esperamos que essa disposição se mantenha.

Flavienses condenados à TV espanhola

A recente desactivação e retirada da antena parabólica e retransmissores instalados pela Câmara Municipal de Chaves suscita a seguinte posição da Concelhia do PCP:

A RTP, apesar dos seus gabados e comemorados 30 anos, nunca tomou medidas para que os transmontanos em geral, e a região do Alto Tâmega em Particular, tivessem acesso às emissões do 1.º e 2.º canais em boas condições.

Pode dizer-se com toda a verdade que o único serviço eficaz que a RTP instalou rapidamente foi o... paga a taxa!, mesmo para aqueles que não viam (e continuam a não ver) uma única imagem da televisão portuguesa.

É, portanto, lamentável e ofensivo que, sem resolver o problema de uma cobertura capaz da região, a RTP, com o lógico apadrinhamento do Governo PSD, tenha tido o desprazo e a prepotência de retirar o que a autarquia (embora assunto discutível) tenha montado.

Pretenderá a RTP/Governo que os flavienses continuem apenas com o direito a ver televisão espanhola?

Os prejuízos na agricultura

Finalmente o terceiro aspecto levantado pelos comunistas de Chaves: os graves prejuízos que atingiram a lavoura e a «insensibilidade do Governo PSD/Cavaco». Lembra a Concelhia do PCP:

Face à situação de calamidade que atingiu os agricultores do concelho (e de todo o País), com as chuvas de Maio/Junho/Julho, é deveras lamentável a passividade do Governo e serviços oficiais da Agricultura.

Muita «letra» nos jornais, rádio e televisão, mas de concreto nada. Não fizeram um levantamento dos prejuízos, nem se vê intenção de o fazer.

Demora a implementação da linha de crédito, anunciada em Agosto. Afirmam que não dão subsídios a fundo perdido, única forma de minorar os prejuízos, sobretudo dos mais pequenos.

Para os agricultores das freguesias rurais do concelho, cujos prejuízos rondarão os 80 a 100% para o vinho, 70% para a batata e 50% para o cereal, vive-se uma situação desastrosa e triste. Para lá da perda dos frutos do seu trabalho, verificam que o Governo os continua a tratar como portugueses de segunda.

O PCP, na Assembleia da República, pretendeu que fosse aprovada uma proposta para dar solução a este problema. Infelizmente, e até hoje (21/10) os outros partidos não compreenderam a importância de dar solução às aflições dos agricultores.

A terminar, a Comissão Concelhia de Chaves do PCP protesta contra todas

estas arbitrariedades dos serviços públicos e a ausência de medidas que prejudica gravemente a população de Chaves, e cuja responsabilidade é do Governo Cavaco Silva.

«Aprovamos os esforços feitos na Assembleia Municipal de Chaves para resolver estes problemas.

«Na Assembleia da República continuaremos a lutar em defesa das populações e dos agricultores», sublinha aquele organismo do Partido.

Linha do Dão

Entretanto, de Viseu chegamos um comentário dos comunistas também relativo à circulação ferroviária. A Comissão Distrital do PCP acusa o conselho de gerência da CP de manifestar desprezo pelas populações ser-

vidas pela linha do Dão e manter suspensas há cerca de um mês as circulações ferroviárias nesta linha.

Acrescenta a nota da CDV:

«Ignorando a luta das populações e das suas autarquias, a CP pretende, através de adiamentos sucessivos, criar um facto consumado e uma situação irreversível.

«Impõe-se que a luta prossiga, não só através de contactos e reuniões com os órgãos de soberania (Governo e Assembleia da República) e com o conselho de gerência da CP, mas assumindo outras formas em que as populações mostrem a sua vontade de defender a linha.

«O PCP manifesta a sua preocupação pelo facto de o processo iniciado pela comis-

são de representantes autárquicos ser extremamente moroso, sem informação às populações, o que, em cada dia que passa, contribui para consumir os objectivos da CP e do Governo.

«Ao mesmo tempo que exige a reposição urgente da circulação ferroviária na linha do Dão, o PCP chama mais uma vez a atenção para a grave responsabilidade que o Governo assume com esta medida anti-social.

«A Comissão Distrital de Viseu do PCP deseja também — desta forma — alertar as populações servidas pela linha do Vale do Vouga para os perigos que existem de encerramento desta linha», conclui a breve nota divulgada pela SIP da Comissão Distrital do PCP no passado dia 19.

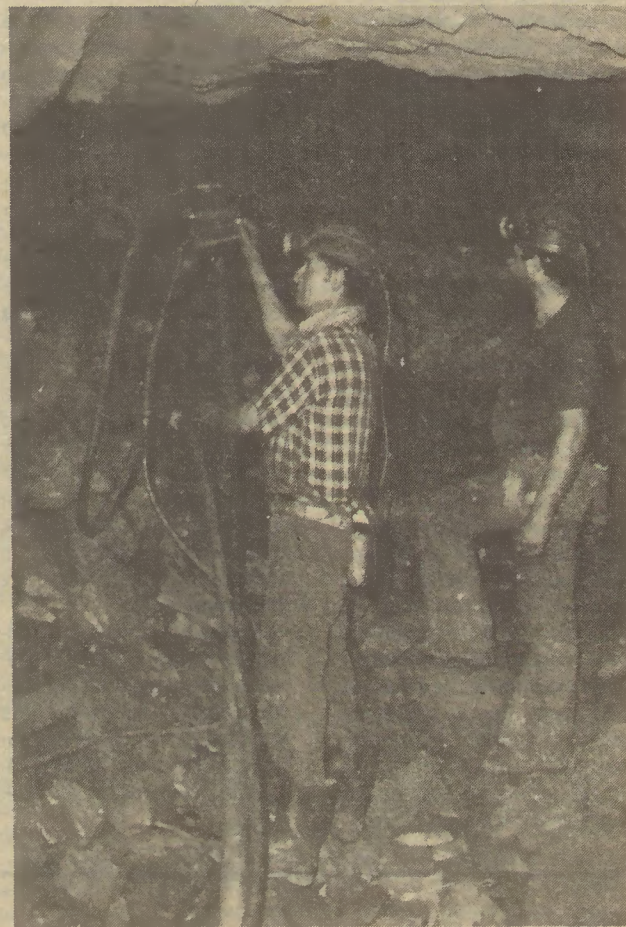
Aljustrel

Alguém lembra os direitos dos trabalhadores mineiros

Um forte apelo à unidade de todos os trabalhadores e técnicos da Empresa Pirites Alentejana, à luta em defesa dos seus justos direitos e à luta para que as mais-valias resultantes das riquezas do Alentejo não sejam como até agora «exportadas» para outras regiões e/ou para o estrangeiro, sobressai no recente documento tornado público pela Comissão Concelhia de Aljustrel do PCP, especialmente dirigido aos trabalhadores das pirites e à população em geral.

«As riquezas e potencialidades do Alentejo devem ser aproveitadas, em primeiro lugar, para criar postos de trabalho, elevar o nível de vida dos trabalhadores da região e seus familiares e promover o desenvolvimento integrado económico e social», sublinham os comunistas de Aljustrel, que referem a dado passo:

«É tendo em conta um desenvolvimento económico e social integrado que a Comissão Concelhia de Aljustrel do Partido Comunista Português apoia as justas reivindicações dos trabalhadores da mina, que reclamam a continuação da garantia de atribuição de habitação aos trabalhadores, mesmo depois de reformados e às viúvas, sem qualquer perda ou redução dos direitos adquiridos; a reconversão profissional adequada aos trabalhadores parcialmente incapacitados por acidente de trabalho ou doença profissional, designadamente através de tarefas como guarda, serviço de limpeza, estafeta, manutenção de propriedade e bombeiros entre outras; que reclamam que seja dada prioridade, na admissão de pessoal, aos trabalhadores da região, dada a elevada taxa de desemprego na mesma, bem como aos filhos e viúvas dos mineiros; e que reclamam, finalmente, a manutenção das mulheres de



limpeza contratadas a prazo há 3 anos e que a administração não pretende integrar no quadro».

Defender os direitos

Noutra passagem, o documento divulgado pela Concelhia do PCP destaca:

«O desenvolvimento económico do Alentejo, como de todo o País, não pode ser separado do desenvolvimento social. Isto é: pouco interessa haver grandes empresas nacionais, estrangeiras ou de capital misto, se elas só pretendem explorar os trabalhadores e saquear as riquezas de uma região ou País, ao mesmo tempo que o desemprego se mantém, os salários e as pensões de reforma são baixos (e baixíssimos se comparados com os da CEE! — por exemplo: quanto ganha um mineiro numa mina alemã ou ingle-

sa?), as regalias conquistadas pelos trabalhadores e seus familiares não são garantidas e a segurança social e segurança no trabalho (acidentes, doenças profissionais, etc.) não são eficientes.

«A formação profissional adequada dos trabalhadores das regiões onde estão instaladas empresas como as Minas de Aljustrel e de Neves Corvo é um direito de elemental justiça que assiste aos trabalhadores e um dever das respectivas empresas e do Estado».

A concluir, aquele organismo do PCP salienta:

«Estamos certos de que unidos em torno das suas organizações de classe — o Sindicato e a Comissão de Trabalhadores — e com o apoio das populações, os trabalhadores saberão defender os seus interesses e os da região».

Covilhã

Município não serve a população

Reunida recentemente nesta cidade serrana, a Comissão Municipal Concelhia do PCP analisou a grave situação existente na Câmara Municipal da Covilhã «e os seus reflexos a nível do Município, que ainda hoje continua a enfrentar carências que seriam inconcebíveis com uma gestão diferente».

Concluiu aquele organismo do PCP que o PSD, através do presidente da Câmara e do seu vereador a tempo inteiro, é um obstáculo à melhoria das condições de vida das populações e ao desenvolvimento do concelho, lê-se na nota de conclusões.

A Concelhia avança alguns argumentos de peso:

A desorganização persistente dos serviços camarários em contradição flagrante com a reestruturação e reorganização dos mesmos aprovada há já algum tempo; a obstrução sistemática à acção dos vereadores, nomeadamente da CDU que vêem a sua actividade a nível de pelouros entravada e as suas propostas, aprovadas por unanimidade na sua maioria, raramente levadas à prática pelo presidente que assim viola as disposições legais; as promessas não cumpridas feitas às Juntas de Freguesia que continuam ainda com orçamentos reduzidos; a não transferência para estes órgãos dos meios

previstos no Plano de Actividades, no âmbito da política de transferências de algumas competências da Câmara para as Juntas na realização de obras que os vereadores da CDU têm vindo coerentemente a propor; o não cumprimento do Plano de Actividades, expressão e instrumento de uma política, estando por lançar e realizar importantes obras, nomeadamente de infra-estruturas fundamentais.

Noutra passagem, os comunistas dizem que a Câmara está em estado caótico, descredida e ao serviço do PSD e agora mais do que nunca dos seus objectivos eleitoralistas.

A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP constatou ainda que os responsáveis máximos da gestão da Câmara não estão à altura da situação; a inquietação dos cidadãos é grande e o seu descontentamento justificado. «A população do nosso concelho merece e necessita de uma Câmara dinâmica e eficaz, o que exige uma gestão honesta, empenhada e competente. A CDU é a força política que está em condições para assumir a alternativa ao PSD na Câmara da Covilhã e acabar de vez com a gestão ruínoza dos últimos mandatos», conclui o PCP na breve nota divulgada aos órgãos de Informação no passado dia 17.

Trabalhadores

Professores

Confirmada a greve de amanhã

Num serviço de Imprensa distribuído anteontem o Secretariado Nacional da Fenprof confirmava a realização da greve marcada para amanhã. A informação foi tornada pública depois de uma reunião no dia anterior com o secretário de Estado adjunto «em representação do ministro da Educação». A Fenprof (Federação Nacional dos Professores) lamenta que o Ministério continue «a não apresentar qualquer contraposta ao conteúdo da plataforma reivindicativa imediata (PRI)», que a Fenprof submeteu à apreciação do titular da pasta da Educação.

Entre as principais reivindicações apresentadas pelos sindicatos e pela Federação respeita às «questões remuneratórias relativas a uma

efectiva revalorização material da carreira docente».

Segundo a direcção da Fenprof, o secretário de Estado, em representação do ministro Roberto Carneiro, limitou-se a justificar a posição do Ministério, ou melhor a ausência dela perante as reivindicações dos professores, alegando que não possui «orientação global nesta matéria».

Essa atitude do Ministério «força» a Fenprof «a recorrer a formas de acção».

Pagamento de Setembro

Na reunião de segunda-feira passada o Ministério da Educação, o secretário de

Estado adjunto comunicou entretanto à direcção da Fenprof que estava resolvido «o problema relativo ao pagamento do mês de Setembro aos professores contratados dos ensinos preparatório e secundário» — assunto para o qual em devido tempo o «Avante!» chamou a atenção.

Disse ainda o secretário de Estado que seriam desbloqueadas das nomeações de professores efectivos que tiveram acesso aos quadros daqueles sectores do ensino. No entanto, a Fenprof diz que «é lamentável que só o recurso dos professores a formas de acção obrigue o ministro a resolver questões como estas».

Afirma ainda o Secretariado Nacional da Fenprof que se trata, neste caso, de «di-

reitos elementares que a Administração deveria garantir com normalidade e eficácia e não com inadmissíveis atrasos que chegam a atingir vários anos».

A Fenprof apela à participação na greve, pois os professores estão «certos da sua razão». Terminando o seu comunicado de anteontem com as consignas «é preciso passar das palavras aos actos» e «Força professores!», o Secretariado Nacional da Fenprof está seguro de que, «**Independente das suas posições políticas, filosóficas ou sindicais**», os professores irão fazer do dia de amanhã «uma grande jornada nacional em defesa da sua dignificação e valorização profissional e social».

Reformados agrícolas

Uma situação insuportável

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora (STADE), que organizou recentemente o II Encontro de reformados agrícolas do distrito, estes últimos vivem em «situação degradada, difícil e insuportável». Foi revelado nomeadamente que «os valores da pensão de reforma na Dinamarca, RFA e França aproximam-se dos 60 a 70 mil escudos», enquanto que «em Portugal cerca de um milhão e duzentos mil reformados recebem entre 8600 e 13000 escudos por mês, e cerca da 250 mil pensionistas entre os 5500 e os 10000 escudos».

Das conclusões do Encontro efectuado em Montemor-o-Novo em 17 do corrente, com a participação de 1033 delegados e 85 convidados, destaque-se ainda que o STADE, citando o deputado comunista ao Parlamento Europeu, Barros Moura, acrescenta que «se em Portugal fosse aplicado o princípio da igualização da orientação, estabelecida no artigo 117 do Tratado de Roma (CEE), os trabalhadores portugueses, os reformados e pensionistas, em matéria de segurança social, subsídio de desemprego, organização judicial, idade de reforma, horários de trabalho e salários, iriam ser beneficiados».

O Governo foi responsabilizado pela situação insuportável em que vivem os reformados da agricultura. Dos vários aspectos focados nas 16 intervenções no Encontro de Montemor-o-Novo sobre os assuntos em debate, destaque-se a unanimidade sobre o papel do Governo PSD/Cavaco Silva que foi asperamente criticado, designadamente pela sua política de destruição da reforma agrária, pelas sua actuação contra «as mais belas conquistas do 25 de Abril» e pelo acordo PSD-PS para a revisão constitucional.

No final, o II Encontro de Reformados Agrícolas do Distrito de Évora, Governador Civil do mesmo distrito Presidente do Conselho Re-

«1 — Que todos os pensionistas que exerçam actividades e porque lhe é descontado do seu salário a contribuição para a segurança social, quando estão doentes recebam subsídio de doença, visto que a retribuição auferida pela actividade lhes é imprescindível face à pequena reforma.

Que a legislação em vigor

de 50% no preço de todos os transportes colectivos, públicos ou privados, sem quaisquer limitações de percursos, horários ou dias, desde que identificados como reformados ou pensionistas.

«5 — Que os reformados da agricultura, tenham acesso aos lares, centros de dia e de convívio, e sempre que



Quem de direito responderá?

gional da Segurança Social de Évora, Secretária de Estado da Segurança Social, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comissão Parlamentar da Segurança Social e Presidente da Assembleia da República as propostas seguintes:

a partir de 30/9/87, que aumentou o tempo de contribuições de 60 para 120 meses para poder adquirir a pensão de velhice, seja revogada com base no decreto anterior e a idade de reforma seja para ambos os sexos 60 anos, sem que para tal seja necessário mais de 5 anos de contribuições na segurança social.

«2 — Que as pensões do regime especial dos rurais, do regime geral, pensão social e invalidez, seja defendido com base no salário mínimo nacional, e não inferior a 80% deste.

«3 — Que sejam actualizadas, de acordo com a inflação sofrida nos últimos anos, todos os restantes subsídios em matéria de protecção social.

«4 — Que os reformados tenham descontos no mínimo

necessitados possam integrar os mesmos.

«6 — Que todos os reformados da agricultura, tenham direito à assistência médica e medicamentos gratuitos, e os que vivam em casas no campo com maiores deficiências sejam vigiados e apoiados pelos centros sociais existentes em cada zona.

«7 — O Encontro reivindicava cobertura integral através do orçamento de estado, para os encargos acima mencionados e outros, ligados à protecção social.

«8 — Que o Estado ponha a funcionar mecanismos para que as dívidas do patronato à segurança social, a tempo útil sejam pagas, e que não seja permitido nas empresas agrícolas privadas, a fuga constante às contribuições na segurança social».

Constituição
Iniciativa nos Seguros

O Movimento Alternativa do Sindicato dos Seguros do Sul marcou para 5 de Novembro próximo (sábado), um Debate sobre a Revisão Constitucional. Foram convidados representantes dos grupos e agrupamentos parlamentares, informa o Movimento, que emitiu sobre o assunto um comunicado. Nele se sublinha que, «com a entrada em funções da As-

sembleia da República, a revisão constitucional assume-se como um dos aspectos próximos mais significativos da vida política nacional». Depois de assinalar que «os trabalhadores não têm intervenção directa no processo de revisão» e de adiantar várias considerações sobre a importância nacional da Constituição, o Movimento recorda a questão do regime

1,5 por cento é insuficiente

TFP's manifestam-se amanhã

Com o objectivo de apoiar reivindicações sindicais, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, marcou para amanhã, com início às 18 horas, uma manifestação de rua dos TFPs (trabalhadores da Função Pública). Embora refira o aumento de 1,5 por cento nos salários deste ano como «uma importante vitória» (também a CGTP se referiu nesses termos ao assunto) o STFPSA classifica essa «cedência governamental» como «insuficiente».

O mesmo Sindicato considera «já praticamente garantido que, para fazer face à inflação, é necessário um aumento de 2,5 por cento».

A manifestação, que constará de um desfile da Praça Marquês de Pombal até à residência oficial do Primeiro-Ministro, destina-se a apoiar principalmente a negociação da alteração do aumento intercalar de 1,5 por cento fixado pelo Governo.

Depois de registar «como determinante para a luta dos trabalhadores o precedente aberto com esta vitória sindical» (recorde-se que os sindicatos dos TFPs reivindicaram 2,5 por cento), o STFPSA exige o início das negociações da proposta reivindicativa para 1989».

Exige também o Sindicato «a garantia de inscrição de verbas no Orçamento do Estado para a reforma dos sistemas remuneratórios e de carreiras».

Entretanto, a direcção do STFPSA verificou que existe «nas novas condições criadas pela greve geral (28 de Março), um profundo sentimento de unidade nos locais de trabalho».

Acrescenta a direcção que isso «cria condições para juntar todos os TFPs — sindicalizados, não sindicalizados e até os inscritos noutras organizações — na luta por uma efectiva melhoria do seu poder de compra e pela reforma da administração».

No que respeita à posição da UGT, o STFPSA decidiu «criticar a precipitação e a ânsia» com que essa organização «se prepara para, mais uma vez, fazer acordo com o Governo». No entender da direcção do STFPSA, esse acordo UGT-Governo não salvaguardaria «as legítimas aspirações dos TFPs quanto à revisão intercalar de 1988, à negociação dos salários de 89 e à reforma

dos sistemas remuneratório e de carreiras da Função Pública».

A Federação (FSFP), além de organizar uma quinzena nacional de esclarecimento e mobilização (17 a 28/10), decide participar no Encontro Nacional de Sindicatos da Frente Comum da Função Pública, anunciado para a próxima quinta-feira, dia 3.

Em plenário do passado dia 15, os dirigentes dos sindicatos da FP decidiram ain-

da preparar outras formas de luta que «se justifiquem em defesa da PR/89» (proposta reivindicativa para o ano que vem), «incluindo a realização de uma greve nacional».

Por outro lado e sem abandonar a via do diálogo, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte tornava públicas no passado dia 12 as principais conclusões de uma reunião de «dirigentes e téc-

nicos da Federação» com a dr.ª Isabel Corte-Real subsecretária de Estado para a modernização administrativa e, entre outras considerações, nomeadamente relacionadas com o relatório Sousa Franco, adiantava que «quanto à reforma do sistema remuneratório a Federação considera que ela é indispensável à reforma do sistema de carreiras, devendo a sua aplicação iniciar-se já em 1989».

Sumário sindical

FSSP — A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca acaba de divulgar um comunicado conjunto que assinou com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Pescas e Derivados da República Popular de Angola. A delegação deste último Sindicato, que esteve no nosso país entre 17 e 21 do corrente, efectuou vários contactos, visitas e conversações. O comunicado conjunto, datado de 21 do corrente, é assinado por Albino André, membro do Conselho Nacional do Sindicato angolano e por Belmiro Alves, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da FSSP.

CGTP-IN — A Central adiou para 12 de Novembro próximo a Conferência Nacional sobre Emprego Precário, Direitos dos Trabalhadores e Revisão da Constituição. A marcação foi feita inicialmente para 22 do corrente.

CES-SUL — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, com sede em Setúbal, que abrange os distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal, reúne a sua direcção depois de amanhã em Évora. Dos importantes assuntos em agenda aquela direcção destaca «a análise da situação social e as implicações no sector; a preparação no Sul da Conferência do Comércio Retalhista, iniciativa de âmbito nacional e da responsabilidade da Federação sindical do sector; o 3.º Encontro dos Trabalhadores da EPAC/Sul; a preparação do Encontro dos Trabalhadores de Escritórios e Comércio do Sul a laborarem nas cooperativas agrícolas na zona da Reforma Agrária». Por outro lado, o CES-SUL revelou recentemente que o presidente da Associação Comercial de Beja impediu as comissões negociadoras (sindical e patronal) de efectuarem uma reunião de negociações de revisão do CCT para o comércio retalhista, com o alegado motivo de se encontrarem na sala para assistir às negociações «três trabalhadores devidamente credenciados pelo Sindicato para aquele efeito». Em sinal de protesto, a comissão negociadora sindical abandonou as instalações da Associação Comercial de Beja.

FEPDES — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços apresentou publicamente o documento-base e objectivos da Conferência Nacional dos Trabalhadores do Comércio Retalhista, que se efectua em 12 de Novembro próximo, tendo por tema «Conhecer para responder ao desafio do comércio retalhista em Portugal no futuro e na CEE». Voltaremos ao assunto em próxima oportunidade.

FSIA — A Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, ao protestar contra as «expectativas» no campo económico abertas pelo acordo PSD/PS para a revisão da Constituição, pergunta se as empresas públicas daquele sector (Tabaqueira, Unicer e Centralcer) «não estão também a ser alvo da cobiça e da rapina».

CES-SUL — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, com sede em Setúbal, revelou no passado dia 20 que detectara «a abertura de estabelecimentos comerciais fora do horário regulamentar e contra o que se encontra estabelecido no contrato colectivo de trabalho subscrito pela Associação Comercial do Distrito de Évora. O CES-SUL, que efectuou diversas diligências para repor a legalidade, apresentou queixa à Inspeção-Geral do Trabalho, que levantou «trinta e quatro autos no valor global de 138 contos» e elaborou «mapas de reposições salariais referentes a empresas que tinham trabalhadores ao seu serviço».

FESHOT — A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal protestou recentemente contra a falta de resposta do Governo a algumas reivindicações que apresentou no âmbito da Segurança Social. Há seis meses sem resposta, a FESHOT chama a atenção para a circunstância de o Governo ter entretanto em agenda «a aprovação de um diploma que aumentará a idade de reforma das mulheres para os 65 anos, igualando desta forma a idade de reforma de homens e mulheres». Entretanto a FESHOT «iniciou o processo de mobilização dos trabalhadores do sector de refeitórios e cantinas para a luta pela revisão das respectivas convenções colectivas de trabalho». A Comissão Executiva da FESHOT, reunida entretanto em Lisboa com dirigentes de todo o País, aprovou uma série de «linhas de orientação e os parâmetros que orientarão o exercício próximo futuro da acção reivindicativa no sector turístico-hoteleiro». Os dirigentes sindicais da FESHOT decidiram apoiar a proposta da CGTP reivindicando uma nova política de rendimentos.

SBSI — O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas acaba de distribuir, com data de Setembro, o seu boletim «O Bancário», que inclui vasta matéria de interesse para o sector. Juntamente com os sindicatos congêneres do Norte e Centro e com a Coordenadora das CTs da banca, o SBSI marcou para 11 e 12 de Novembro próximo o Encontro Nacional das ERTs (estruturas representativas dos trabalhadores) do Sector Bancário. Entre outros temas, o Encontro abordará as «Repercussões da modernização da banca nas funções e direitos dos bancários».

FENPROF — A Federação Nacional dos Professores editou o número de Outubro do seu «Jornal». A acção reivindicativa e a greve nacional marcada para o próximo dia 28 (amanhã) são dois dos temas relevantes do boletim sindical dos professores.

USS — A União dos Sindicatos de Setúbal numa intervenção pública recente sobre trabalho precário afirma a dada altura que «sectores como a construção civil, onde mais de 85 por cento dos trabalhadores não são efectivos, como a hotelaria e restaurantes, onde apenas cerca de 10 por cento terão um contrato de trabalho efectivo, e mesmo na Administração Pública, onde mais de dois terços dos trabalhadores da Saúde, escolas, Instituições particulares de solidariedade social, etc., estão já como trabalhadores e sem um vínculo laboral permanente, a situação é escandalosa».

Médicos

Diálogo sem resolução

Ao anunciar a realização amanhã, na Figueira da Foz, de uma reunião com a Ordem dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos, a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Médicos revela que o Ministério, apesar de ter sentido «a necessidade de alterar substancialmente a sua conduta política», depois das «adesões esmagadoras» às greves a nível nacional, vários meses após essas greves aquele Ministério e o Governo continuam a não adoptar «qualquer medida de resolução dos graves problemas existentes».

Os dirigentes da Federação recordam que as greves do primeiro semestre deste ano levaram o Ministério a «dar junto da opinião pública uma imagem dialogante e de disponibilidade negociadora», mas agora, depois de ter recebido «diversas estruturas médicas», o Ministério da Saúde «decidiu retomar a sua anterior linha de confrontação».

to e de provocação aos médicos».

A Comissão Executiva da Federação Nacional, concretizando alguns aspectos do que afirma, lembra que recentemente veio a público um documento que «pretende destruir a carreira de clínica geral (médicos de família), propondo a saída destes médicos dos quadros e a sua contratação por prazos de um ano, renováveis ou não».

Os dirigentes sindicais dos médicos manifestam «a sua profunda preocupação» por o Ministério da Saúde não ter ainda cumprido compromissos assumidos e não ter dado resposta às «questões fundamentais» que lhe foram colocadas na reunião de 2 de Agosto findo.

O mesmo Ministério escolheu também o silêncio perante um pedido de audiência que os representantes sindicais dos médicos lhe solicitaram há cerca de três semanas, refere ainda a Federação.

«Precários» aprovam carta reivindicativa

Uma «regulamentação restritiva e selectiva das empresas de colocação de mão-de-obra», também conhecidas por aluguer de mão-de-obra, é uma das reivindicações constantes de uma carta em 12 pontos que os trabalhadores do comércio, escritórios e serviços, no âmbito da respectiva Federação sindical (FEPDES), acabam de aprovar e que consta de um serviço de imprensa divulgado em 19 do corrente pelo Secretariado da FEPDES. Depois de lembrar e reclamar o cumprimento dos direitos constitucionais que lhes assistem, os trabalhadores com vínculo contratual precário reclamam o seguinte:

«1 — Passagem ao quadro de pessoal efectivo de todos os trabalhadores em regime

precário que ocupam postos de trabalho permanentes, com manutenção da antiguidade.

«2 — Efectividade da igualdade de direitos e tratamento (remuneração, direitos, etc.) entre trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários.

«3 — Que os trabalhadores com contrato de prestação de serviços (recibo verde), cujas profissões não constem da lista anexa ao Código de Imposto Profissional e aquelas que, embora incluídas, desempenham as suas funções e tarefas profissionais sujeitos ao horário, disciplina e hierarquia da empresa, devem passar ao quadro efectivo. A alteração da lista e das normas que definem as profissões com acesso ao modelo 2, (recibo ver-

de) no sentido de assegurar com controlo rigoroso da requisição e da sua utilização.

«4 — Exigência da actualização da Inspeção-Geral do Trabalho nas empresas que utilizavam abusiva e ilegalmente o recurso ao contrato a prazo, recibo verde e aluguer de mão-de-obra.

«5 — Exigência de actualização da Inspeção-Geral de Finanças nas empresas que se eximem fraudulentamente ao pagamento de impostos e contribuições.

«6 — Exigência de actualização da Inspeção de Segurança Social para impedir que as empresas fujam ao pagamento de contribuições.

«7 — Controlo e regulamentação estrita dos casos em que é socialmente justificável o recurso ao trabalho temporário.

«8 — Alteração da actual lei dos contratos a prazo, no sentido da limitação da contratação a prazo aos casos de comprovada necessidade temporária de trabalho e introdução dos mecanismos permissivos dos prevaricadores.

«9 — Regulamentação restritiva e selectiva das empresas de colocação de mão-de-obra.

«10 — Interdição do funcionamento de agências de aluguer de mão-de-obra com fins lucrativos, de acordo com a Convenção 96 da OIT.

«11 — Regulamentação legal do trabalho domiciliário.

«12 — Revisão do regime de aprendizagem, por forma a aumentar as possibilidades de contratação permanente dos jovens».

Carta da Inspeção
sobre trabalho infantil

A propósito de uma caixa do «Avante!» da semana passada, com o título «Alastra no Porto o trabalho infantil», que faz parte da peça de abertura do caderno «Semana», recebemos da Inspeção-Geral do Trabalho um ofício assinado pelo inspector geral, Leonardo Luis de Matos, que passamos a transcrever:

«1. Em referência à notícia sobre o assunto em epígrafe (é transcrito o título já referido), na data mencionada (20/10/88), publicada no jornal que V. Ex. dirige, e de que nos aprobeu tomar conhecimento, torno a liberdade de informar que o conteúdo da mesma vai, de imediato, ser transmitido aos competentes Serviços desta Inspeção-Geral com vista a eventual acompanhamento da situação e sua evolução, averiguações que se mostrem necessárias, e adequado procedimento que deva ter lugar.

«2. Esta Inspeção-Geral considera do maior interesse toda a informação que lhe seja prestada sobre situações críticas concretas sujeitas à acção e que, desde já, muito agradece, sendo certo que a mesma se caracteriza por uma atitude pedagógica de orientação e informação, sem prejuízo de advertência formal, ou de eventual procedimento sancionatório que a lei imponha.

«Com os melhores cumprimentos. Ass. Leonardo Luis de Matos».

N.R. Apraz-nos verificar que o grave problema do trabalho infantil merece atenção e algum empenho da parte da Inspeção-Geral do Trabalho, organismo dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social. Agradecemos o ofício e, naturalmente, não deixaremos passar em claro qualquer parcela de informação sobre o alastramento do trabalho infantil.

Assembleia da República

O ultraliberalismo e a integração europeia

O deputado comunista Carlos Carvalhas acusou o Governo de em matérias relativas à integração do nosso país na Comunidade Europeia continuar a não prestar contas da sua acção à Assembleia da República e de ignorar o papel fiscalizador deste órgão de soberania.

No centro do debate estava precisamente um projecto de lei da autoria do PSD visando o acompanhamento pela Assembleia em questões respeitantes à participação de Portugal nas Comunidades, diploma este que vem revogar um outro de Junho de 1987. Aprovado com as abstenções do PCP e do PRD, o projecto agora submetido à apreciação dos deputados restringe todavia alguns dos poderes conferidos à AR pelo anterior.

Para o PCP, as orientações seguidas pelo Governo neste domínio levaram a que Portugal perdesse um

ano, tempo mais que preciso se atendermos a que com a integração na CEE e com a efectivação do Mercado Único, segundo as palavras do deputado comunista, o País está numa das «**mais complexas e graves encruzilhadas da sua história**», perante um desafio que «**não se vence com dispendiosas campanhas publicitárias**», antes sim, com o «**debate sério, a informação isenta, a fiscalização rigorosa e a preparação da economia portuguesa para o embate do "grande mercado"**».

O deputado comunista alertou ainda o hemisfério para a «dinâmica» assente na «**ideologia ultraliberal do reaganismo e tatcherismo do início dos anos 80**» que alguns pretendem desencadear com o «Acto Único» e sublinhou que a liberalização total do movimento de capitais decidida a 13 de

Junho pelos 12 ministros das Finanças «**é bem o símbolo e o nó duro duma ideologia triunfante na CEE**», expressa na trilogia «**desregulamentação, darwinismo económico e "défice democrático"**».

Socorrendo-se de uma publicação distribuída gratuitamente nos meios de negócios, a «Revue International Management», Carlos Carvalhas citou algumas passagens do seu último número, designadamente aquelas que sob o sugestivo título de «**1992: as más notícias**» apontam aos leitores previsíveis «**fortes abalos nos negócios**», «**agravamento do desemprego**», «**défices comerciais acrescentados**» e «**transferências de poderes para Bruxelas**».

Considerando esta opinião um sério aviso para os que «**substituíram o que está para vir**», o deputado comu-

nista afirmou a seguir que Portugal só tem a ganhar com a correcção desta trajectória e com um Governo — basta que defenda os interesses nacionais — que a queira cumprir.

«**Não basta a duplicação dos fundos. É necessário ver como estão a ser aplicados e a quem servem, é urgente traduzir em acções práticas a coesão económica e a dimensão social**», asseverou Carlos Carvalhas para logo acrescentar que as «**300 medidas preparadas pela Comissão têm de ser acompanhadas de cláusulas sociais que no mínimo garantam o respeito e nível por cima as normas internacionais do trabalho: salário mínimo, horários, liberdade sindical, condições de higiene e segurança, bem como uma mais justa repartição do Produto da CEE e do Rendimento Nacional**».



PSD impede eleição da Mesa à primeira

O Plenário da Assembleia da República deverá proceder durante os trabalhos da sessão de hoje a um novo sufrágio com vista à designação dos dois elementos (um secretário e um vice-secretário) que falta apurar para a Mesa da Assembleia da República.

Este processo eleitoral resulta do facto de após um segundo escrutínio — a que houve necessidade de recorrer em virtude de à primeira sete dos candidatos, todos nomeados pelos partidos da oposição, não terem obtido o necessário número de votos — apenas cinco deputados terem visto assegurada a sua eleição, mantendo-se todavia com insuficiente número de votos, e consequentemente por eleger, os deputados do PCP, Cláudio Percheiro (secretário) e Apolónia Teixeira (vice-secretário).

No decorrer da primeira votação, realizada faz hoje oito dias, apenas foram eleitos para a Mesa da Assembleia os deputados do PSD, Vítor Crespo, Manuela Aguiar, Reinaldo Gomes, Daniel Bastos, e João Salgado e o deputado comunista José Manuel Maia.

Só com o recurso a uma segunda votação nesse mesmo dia foi possível eleger depois cinco dos sete candidatos apresentados, a saber:

Ferraz de Abreu (PS), Marques Júnior (PRD), Mota Torres (PS), Caio Roque (PS) e Rui Silva (PRD).

Num gesto que contrariando a *praxis* poderá no mínimo ser interpretado como um sinal de intolerância por parte dos deputados da maioria, ficaram deste modo por eleger os deputados comunistas Cláudio Percheiro e Apolónia Teixeira cujas candidaturas, como foi já referido, deverão entretanto durante a sessão de hoje ser submetidas de novo a sufrágio por forma a que a totalidade dos lugares da Mesa da presidência da Assembleia sejam preenchidos.

Comentando este episódio, o líder parlamentar comunista Carlos Brito lamentou que na sessão realizada sexta-feira que da parte da maioria não tivesse havido a adequada sensibilidade para corresponder em votos ao bom trabalho anteriormente efectuado pelo conjunto da Mesa na qual se integravam de novo os deputados Cláudio Percheiro e Apolónia Teixeira.

Para presidente da Assembleia da República foi reeleito o deputado do PSD Vítor Crespo, com 132 votos favoráveis, contra 78 de Lopes Cardoso, candidato apresentado pelo PS.

Atribuição de frequências só dentro de dois anos

A atribuição de várias frequências regionais e uma nacional só deverá ocorrer dentro de um ou dois anos após aturados estudos técnicos e de acordos a estabelecer com Espanha e Marrocos, afirmou na semana passada no Parlamento o ministro da Juventude.

Couto dos Santos respondeu a uma pergunta do deputado comunista José Manuel Mendes sobre a posição governamental quanto aos critérios e âmbito da atribuição de frequências e do regime de licenciamento das estações emisoras de radiodifusão.

Para o representante do Governo o espectro radioelétrico encontra-se num completo caos que no seu entender a prioridade deve dirigir-se para a sua regularização.

Por responder ficaram no entanto algumas questões concretas colocadas por José Manuel Mendes como sejam os critérios de atribuição das frequências nacionais e regionais ou o período de encerramento das estações actualmente a emitir, circunstância que levaria o deputado comunista na réplica a acusar o ministro de produzir o mesmo «estafado e demagógico discurso».

No decorrer desta sessão de perguntas ao Governo foram ainda abordadas por deputados de diferentes bancadas questões relacionadas com o alargamento do campo de tiro de Alcochete (Herculano Pombo), a regulamentação do Estatuto Social dos Bombeiros (Narana Coissoró), a abertura da caça (Rui Silva), a Reforma

do Sistema Educativo (Carlos Coelho) e a política de Acção Social Universitária (José Sócrates).

Por terem sido excluídas pelo Governo, de acordo com um critério que só a si compete definir e que naturalmente lhe permite responder apenas às perguntas que lhe interessam, ficaram entretanto sem resposta questões de grande importância e actualidade relativas à política de rendimentos e preços, à evolução da inflação e à aplicação da Reforma Fiscal.

Acordo de Transporte Marítimo

Uma proposta de resolução que aprova o Acordo de Transporte Marítimo entre a

República Portuguesa e a República do Zaire foi igualmente apreciada pelos deputados na sessão da passada sexta-feira, acolhendo posteriormente o voto unânime da Câmara.

Explicitando os principais pontos do Acordo que justificaram o voto favorável da bancada comunista, Luís Roque lembrou entre outros aspectos a intenção nele contida de encorajar a participação das empresas de navegação dos dois países no transporte de mercadorias e passageiros, o incentivo aos carregadores no sentido de adoptar uma política promocional em relação às taxas de fretes e ainda as perspectivas de cooperação na formação de pessoal em trabalhos marítimos como dragagens e balizagens.

«Promemória» de Lisboa

— de boas intenções está o P.E. cheio

No sentido das medidas de apoio à preservação do património arquitectónico da cidade de Lisboa por parte da Comunidade Económica Europeia, o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento da Comunidade, cujo debate está a decorrer em Estrasburgo.

A alteração visa a inscrição de uma verba no Orçamento para o fim em causa que permita um apoio comunitário imediato à recuperação dos bairros de Alfama e Mouraria, no centro histórico de Lisboa, distribuída por três anos consecutivos, sendo um milhão de ECU's para 1989 e dois milhões de ECU's para cada um dos anos seguintes.

Esta proposta de alteração não foi aceite na Comissão, mas em virtude de ter recolhido cinco votos favoráveis pode voltar a ser apresentada em plenário. Esta intenção foi manifestada por Joaquim Miranda.

Entretanto, este deputado comunista no primeiro dia do debate sobre o Orçamento Geral das Comunidades Europeias, na intervenção que proferiu, salientou ainda sobre o mesmo assunto:

«**Quero sublinhar que consideramos desajustada e insuficiente a forma meramente insólita como na Comissão dos Orçamentos se considerou a solidariedade para com a cidade de Lisboa e o seu património arquitectónico, para mais na sequência do incêndio que a marcou de forma indelével.**»

«**O reconhecimento da necessidade de um apoio efectivo a Lisboa e ao seu património — acrescentou Joaquim Miranda — a não ser verdadeiro, não poderá resumir-se às verbas insignificantes para estudos que se pretendem reservar — cerca de 17 000 contos — e à abertura de uma linha de "promemória" ao nível do FEDER.**»

Ora sucede que uma linha «promemória» é uma linha que é agendada sem verba, para que seja recordada. E a sua recordação pode ser infinita no tempo, sem que as verbas sejam agendadas e a recuperação do património arquitectónico de Lisboa se efectue.

A intenção do deputado comunista no Parlamento Europeu é precisamente essa — passar à prática essa «promemória».

Ex-regentes escolares lesados nos seus direitos

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua discordância frontal quanto à decisão do Governo que lesa direitos e interesses dos ex-regentes escolares e tornou pública a sua intenção de junto da Comissão Parlamentar de Educação propor medidas concretas que gozem a pretensão governamental.

Na origem desta situação está a suspensão da aplicação da lei n.º 103/88 que aprovou medidas tendentes a resolver a situação das ex-regentes escolares e dos professores habilitados com o curso especial, suspensão apresentada sem qualquer justificação pelo Governo e incluída no Orçamento de Estado para 1989.

Esta lei, recorde-se, aprovada por unanimidade pelo Parlamento na anterior sessão legislativa, deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro próximo, facto que o Governo pretende agora contrariar servindo-se para o efeito da proposta de Orçamento de Estado.

Importa entretanto referir

que ao aprovar esta lei, conforme salienta uma nota do Gabinete de Imprensa do Grupo Parlamentar do PCP, a Assembleia da República «fez justiça» a pessoas que durante anos e anos «serviram» o ensino em Portugal dando aulas sem um mínimo de condições materiais e com remunerações miseráveis.

Com a referida lei o legislador procurou igualmente equiparar em termos de vencimento as ex-regentes escolares com o curso especial às professoras do curso normal e resolver a situação das regentes reformadas, cerca de 800, que actualmente recebem uma parca pensão de 12 mil escudos mensais.

Acusando o Governo de ter «dois pesos e duas medidas» para encerrar o mesmo problema e de assumir uma postura «inexplicável», o Grupo Parlamentar do PCP alerta por último para a circunstância de com este procedimento estar-se simultaneamente a pretender a «manutenção da actual e grave situação».

Assembleia da República

Interpelação comprova: Descalabro governamental na inflação

Foi sob o signo de fortes críticas à política económica do Governo que decorreu a sessão plenária de terça-feira, ocupada integralmente com uma interpelação da iniciativa do PS incidindo sobre a inflação. No centro do debate, outras questões como a dupla tributação fiscal ou a política de rendimentos e preços acabariam por ocupar as atenções gerais, por força naturalmente dos partidos da oposição apostados em não

Isso esteve bem patente nos discursos do ministro do Emprego e Segurança Social e no do deputado Guido Rodrigues, «esquecendo-se» o primeiro de fazer qualquer referência à concertação social, enquanto que o segundo conseguiu a proeza de produzir uma longa intervenção da tribuna sem que a inflação tivesse vindo uma única vez que fosse à baila.

Confrontado com as críticas da bancada socialista,

mara as posições anteriormente assumidas pelo PCP quanto às projecções governamentais em relação à inflação, sublinhando que a vida veio dar-lhe razão e confirmar que os objectivos prosseguidos pelo Governo com o estabelecimento de uma meta inflacionista irrealista tinham apenas em vista «subordinar as negociações salariais» e não os preços, a fiscalidade ou os lucros.

«A inflação não desacelerou! Bem pelo contrário, a taxa de inflação é superior à do ano passado e, ainda por cima, apresenta uma tendência crescente. Falhanço? Incompetência? Não! Opção política!», garantiu Jerónimo de Sousa.

Alguns dos argumentos entretanto aduzidos pelo Governo para tentar justificar os actuais valores da inflação — a chamada «inflação importada» e as chuvas de Maio e Junho — foram também amplamente desmontados por Jerónimo de Sousa que, no primeiro caso, sublinharia ser o próprio Governo, no documento das GOP's, a admitir que o crescimento dos preços dos bens importados é inferior à taxa de inflação interna, enquanto no segundo caso, disse, a verdade é que já antes dessas chuvas e bastante antes de se fazerem sentir os seus efeitos, «as metas do Governo estavam completa e irremediavelmente ultrapassadas».

«Em Fevereiro já era certo que a meta de 6 por cento não passava de uma ilusão e em Março ficou a certeza que o limite dos 6,5 por cento era já inatingível», observou o deputado comunista, para logo acrescentar que «pelo menos de Janeiro a Agosto nem sequer foi a classe de «alimentação e bebidas» aquela cujos preços mais aumentaram». «Foram-lhes superiores o crescimento dos preços das classes

«conforto de habitação», «transportes e comunicações» e «saúde» e a classe de «outros bens e serviços» não lhe fica atrás», concluiu.

Convidando o Executivo a deixar-se de «sofismas», o deputado comunista ocupou-se depois a explicar as causas que na óptica do Partido estão na evolução recente da inflação, destacando de entre elas o aumento da carga fiscal no âmbito dos impostos indirectos, a ausência de qualquer controlo na formação e evolução dos preços e o «impressionante» crescimento da massa e da taxa de lucro.

«É inaceitável que Portugal seja hoje muito provavelmente — frisou — o país da CEE com maiores taxas de lucro, ao mesmo tempo que apresenta os mais baixos níveis salariais».

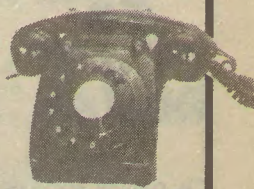
Mas se importa analisar a questão das causas do descalabro governamental na inflação, no entender do PCP mais importante ainda é discutir e analisar as suas consequências e «propor e tomar as medidas compensatórias daqueles que mais lhe sentiram os efeitos negativos», designadamente os trabalhadores e os reformados.

Nesse sentido vai, pois, a reclamação adiantada por Jerónimo de Sousa de que urge proceder a «um acerto de contas correspondente às justas reclamações e reivindicações dos trabalhadores e das suas organizações sindicais».

Corrigir as desigualdades e as injustiças sociais provocadas por esta política, dando «prevalência à reposição da justiça social e a uma mais justa distribui-

603165

Telefone de atendimento



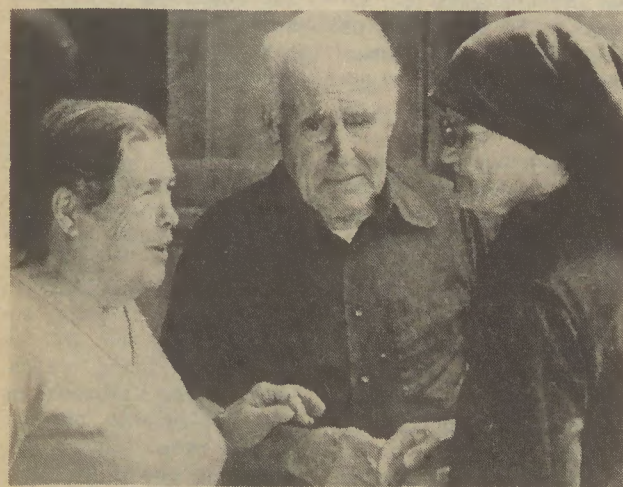
Os cidadãos continuam a ter ao seu dispor o telefone de atendimento criado pelo Grupo Parlamentar do PCP com vista a acolher opiniões, sugestões e propostas e, bem assim, a prestar todos os esclarecimentos considerados úteis sobre a revisão da Constituição.

Criada no início do corrente mês, esta original iniciativa dos parlamentares comunistas pretende incentivar o interesse dos portugueses pelas questões constitucionais, tornando-se assim um importante instrumento de esclarecimento numa altura em que após a celebração do acordo PSD/PS, feito à margem da Assembleia, surge quem pretenda inculcar a ideia na opinião pública de que a revisão está feita e é assunto encerrado.

Recusando liminarmente esta ideia, o Grupo Parlamentar do PCP entende pelo contrário que o debate está longe de estar concluído, não sendo por tal motivo admissível do seu ponto de vista a pretensão de impor uma revisão a «toque de caixa, em marchas forçadas, com o silenciamento da voz dos que não renunciam defender a Constituição».

Para os deputados comunistas, conforme foi salientado no decorrer das suas mais recentes Jornadas Parlamentares, é essencial colocar o PS e o PSD perante as suas responsabilidades e levá-los a explicar o que ganha o País com a entrega do rico património das empresas nacionalizadas aos grandes grupos económicos, com a reconstituição do latifúndio, com a entorse da representação eleitoral decorrente da redução do número de deputados ou com o ataque a grandes conquistas sociais como o Serviço Nacional de Saúde.

Para colocar problemas e dúvidas ou apresentar opiniões e propostas os interessados dispõem, pois, a partir de agora, do telefone 60 61 35, rede de Lisboa. Um convite à participação livre e consciente dos cidadãos numa matéria que a todos diz respeito de decisiva importância para o futuro da nossa vida colectiva.



Os trabalhadores e os reformados foram indiscutivelmente os mais atingidos pelo descalabro governamental em matéria de inflação. Urge tomar medidas compensatórias que reparem os prejuízos sofridos a nível salarial, e actualizar as pensões e prestações de segurança social.

dar tréguas em matérias onde avultam os sinais indicadores da falência da política governamental.

Tal não obstuo todavia a que o Governo e a bancada que o apoia se apresentassem de novo perante a Assembleia com o seu habitual discurso de auto-satisfação — «o funcionamento da economia foi muito acima do que muitos esperariam», diria por exemplo Guido Rodrigues — discurso este claramente orientado para iludir alguns traços da realidade, como de resto se tornou visível na forma como algumas das questões mais importantes suscitadas pela oposição seriam pura e simplesmente lateralizadas.

Miguel Cadilhe optaria na resposta por se refugiar numa comparação entre os triénios de 83/85 (bloco central) e o de 86/88, desenvolvendo um a um, do seu ponto de vista, aspectos com a inflação, salários ou desemprego, para concluir que tudo vai no melhor dos mundos. Por explicar ficaram no entanto os contextos em que se situaram estes dois períodos, designadamente no plano da conjuntura externa, facto que levaria Vítor Constâncio, na réplica, a classificar de «demagógico» o discurso do ministro das Finanças.

Em nome da bancada comunista Jerónimo de Sousa recordou por sua vez à Câ-

ção da riqueza nacional», é também o sentido das quatro medidas propostas pelo PCP, dadas a conhecer pelo deputado comunista.

Actualização dos salários, pensões e prestações da Segurança Social face aos prejuízos verificados em 1988 constitui sumariamente o conteúdo da primeira medida, enquanto que a segunda

prevê o abandono das orientações que têm conduzido à situação de impasse na contratação colectiva das empresas públicas e a terceira a liberdade de negociação. Quanto à quarta ela tem por objectivo repor algumas das injustiças sociais mais gritantes aproveitando para o efeito o debate em curso das GOP's e do Orçamento.

Por iniciativa dos comunistas Orçamento Comunitário reforçado

As conservas, as pescas e a formação profissional foram algumas das áreas cujas verbas previstas no Orçamento da Comunidade Europeia foram reforçadas na sequência de quatro propostas de alteração apresentadas pelos deputados comunistas no Parlamento Europeu.

Tendo com seu primeiro subscritor o deputado Joaquim Miranda da Silva, as referidas propostas cujo valor global atinge os 3,5 milhões de ecus incidem sobre a indústria de conservas de sardinha, a formação profissional dos agricultores, o controlo e vigilância das águas territoriais de determinados Estados membros e ainda

sobre a acção comunitária no âmbito das operações integradas.

De acordo com as alterações aprovadas pela Comissão de Orçamentos, a reestruturação da indústria de transformação de sardinha viu assim as suas verbas aumentadas em mais de dois milhões de ecus (passou de 4 para 6 milhões) enquanto que a modernização dos meios materiais de controlo das pescas nas águas portuguesas e a ultrapassagem de outras deficiências de equipamento de informatização foi contemplada com mais um milhão e meio de ecus do que previa o projecto inicial.

Reforço de verbas, segundo uma nota do gabinete de apoio aos deputados do PCP ao Parlamento Europeu, tiveram ainda as acções comunitárias no domínio da formação profissional dos agricultores e no âmbito das operações integradas.

Recusada foi entretanto uma outra proposta da iniciativa dos deputados do PCP de atribuição de um milhão de ecus para a recuperação das zonas de Alfama e Mouraria, tendo sido apenas aprovada uma verba de 200 mil ecus destinada à elaboração de estudos de recuperação destas áreas.

Comunistas no PE apresentam 10 propostas pelo ambiente

A aprovação de um documento contendo 10 propostas pelo ambiente constituiu o aspecto mais importante de uma recente reunião do Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu (PCI, PCF, PCP, PCE, PC Grego, Partido Socialista Popular da Dinamarca e Esquerda Grega) realizada em Odense, Dinamarca.

Neste documento — cuja importância, para além do seu valor próprio, se situa no facto de corresponder à definição de bases programáticas comuns aos comunistas representados no PE — os seus subscritores alertam para as consequências do Mercado Único sobre o ambiente provocadas por uma competitividade acelerada e não controlada e estabelecem um quadro de propostas e medidas tendentes à defesa do meio ambiente, à luta

contra a poluição e contra a degradação da natureza.

Convidado a participar na qualidade de perito, André Espenica procedeu a um diagnóstico da situação no nosso país em matéria de ambiente tendo a dado passo observado que os maiores problemas que surgem com a protecção resultam de um quadro institucional pouco claro com sobreposições de competências entre variados organismos, da inexistência de uma política nacional de ordenamento do território e da fraca ou inexistente articulação da política de ambiente com outras políticas sectoriais, nomeadamente a industrial e a agrícola.

Ao intervir no mesmo Encontro o deputado Barros Moura referiu por seu turno que uma política efectiva de defesa do ambiente exige que se «altere a lógica eco-

nómica dominante nas nossas sociedades assente na busca do maior lucro».

Aludindo às incidências do próprio projecto de mercado interno de 1992 no meio ambiente, Barros Moura levantou depois a questão de se saber até que ponto «a lógica puramente mercantilista e de procura do maior lucro que inspira o projecto de 92 não virá a traduzir-se em maiores agressões ao meio ambiente?»

A este respeito preconizou um «projecto alternativo» que do seu ponto de vista «faça da defesa do ambiente um elemento indispensável de uma política de crescimento económico», projecto que no entanto, asseverou, «implica uma alternativa ao modelo económico dominante na CEE e uma luta em comum por objectivos democráticos na CEE».

Internacional

A crise da dívida diz respeito a todos

Os países socialistas fizeram na passada semana uma declaração conjunta — no segundo comité da Assembleia Geral das Nações Unidas (assuntos económicos e financeiros) — sobre a situação no domínio das relações monetário-financeiras internacionais.

Na declaração assinala-se que um dos problemas mais graves hoje enfrentados pela economia mundial é a crise provocada pela dívida e que da forma mais brutal atinge os povos dos países em vias de desenvolvimento.

Actualmente, o volume da dívida externa ultrapassou um bilião de dólares. Os países em vias de desenvolvimento gastam cerca de um terço das suas receitas globais de capital provenientes da exportação com a amortização da dívida.

Neste quadro, os países socialistas consideram que é necessário criar uma situação económica mais estável e previsível, pôr travão ao refluxo dos recursos dos paí-

ses em vias de desenvolvimento, elaborar condições para a negociação da dívida, diminuir em termos gerais as taxas de juro sobre os créditos bancários de pagamento atrasado e adoptar medidas adicionais em benefício dos países menos desenvolvidos.

A declaração indica ainda a necessidade de transformar o sistema monetário-financeiro internacional e intensificar a coordenação internacional da política mone-

tária.

Nos primeiros dias de Julho deste ano, em comunicado da 44.ª sessão do Conselho de Assistência Mútua Económica (CAME), os países socialistas integrados nesta estrutura económica haviam igualmente sublinhado a gravidade deste problema.

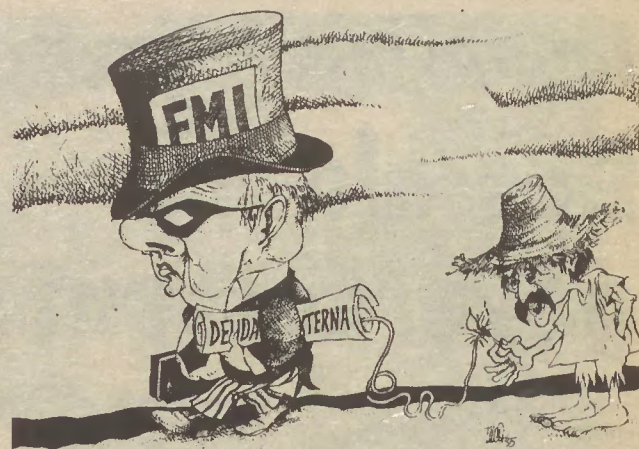
«O agravamento da situação económica dos países em vias de desenvolvimento devido à desigualdade das condições de troca no quadro da economia capitalista mundial e ao seu crescente endividamento externo suscita particular inquietação — diz-se no comunicado então aprovado. — Os países do CAME reafirmam o seu ponto de vista relativamente a uma transformação radical do sistema global das relações económicas mun-

diais numa base equitativa e democrática, da instauração de uma nova ordem económica e da garantia da segurança económica internacional para todos os Estados».

No mesmo documento se defende «a utilização, para as exigências do desenvolvimento económico e social, incluindo para o apoio aos países em vias de desenvolvimento, dos fundos libertados graças ao desarmamento». Tese que não encontra particular acolhimento entre os países da NATO, antes empenhados em colmatar as «perdas» resultantes dos acordos de liquidação de mísseis nucleares na Europa.

Dívida o alerta é geral

A 2 de Setembro é divulgado o «Relatório sobre o



Comércio e o Desenvolvimento, 1988». Uma das conclusões principais do documento dizia que o risco de «falência» dos países devedores em vias de desenvolvimento é hoje maior do que durante a crise de endividamento de 1982. Se as obrigações emanantes da dívida não forem reduzidas num mínimo de 30 por cento, os países em vias de desenvolvimento endividados não poderão sair do abismo da dívida.

Sublinhemos aqui que os países não vão propriamente à falência. Ou melhor dizendo, os custos da situação assim engendrada medem-se em vidas humanas. Se nenhuma medida for tomada entretanto, 150 milhões de seres humanos vão morrer de fome e miséria até 1990.

Tal como há um quarto de século a situação dos países do terceiro mundo na economia mundial é da mais profunda desigualdade. Com crescentes efeitos negativos.

Degradam-se as condições de comércio. E não só no que respeita às matérias-primas. Também os produtos acabados encontram pela frente as barreiras do protecçãoismo comercial nos mercados do Ocidente. E ainda a concorrência estranguladora das multinacionais.

A verdade é que as condições de comércio mundial capitalista processam-se de acordo com a lei do mais forte. Ou seja, são ditadas pelos mais desenvolvidos países capitalistas e pelas multinacionais.

A transferência de riquezas dos países subdesenvolvidos para os países capitalistas desenvolvidos assume dimensões escandalosas (se é que nesta óptica do lucro se pode falar de escândalos...). Basta referir que, em 1986-87, o continente africa-

no pagou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), três vezes e meia mais que o montante recebido.

Assim se vê de onde o mundo rico do capitalismo desenvolvido vai também buscar as suas riquezas. E de onde nomeadamente provêm essas verbas monstruosas destinadas a novas e mais sofisticadas armas, novas e mais sofisticadas formas de liquidar o planeta... e de arrecadar fabulosos lucros.

Também a Conferência sobre os sindicatos e a segurança económica, realizada em Fevereiro deste ano em Bagnolet chamava a atenção para a degradação da situação económica, sublinhando que «em grandes regiões do mundo, praticamente parou o processo de desenvolvimento, os mercados reduziram-se, milhões de postos de trabalho desapareceram, o poder de compra diminuiu».

Na Conferência sindical chamou-se também a atenção para outros interessantes aspectos da realidade económica de hoje.

Concretamente que a segurança económica necessita que os legítimos interesses dos trabalhadores sejam plenamente tomados em conta e ainda que «as potencialidades oferecidas pelo desenvolvimento da investigação e das novas tecnologias só se podem realizar na segurança económica».

Assim objectivamente influem os interesses dos trabalhadores e dos povos. E se impõe com crescente premissa a transformação das relações internacionais no domínio fulcral da economia.

Contra a política do grande capital, das multinacionais, dos complexos militar-industriais.

Jugoslávia

Uma solução democrática para sair da crise

«Encontrar uma solução democrática para sair da crise actual», é um objectivo central para a presidência de Estado, nas palavras do presidente da direcção colegial da República jugoslava, Raif Dizdarevic, na mensagem transmitida pela televisão, quando dezenas de milhar de pessoas se manifestaram, a 8 e 9 de Outubro, nas ruas de Titograd, em Montenegro, a mais pequena República jugoslava.

Nessa mesma mensagem, Dizdarevic diria que «a inquietação da população é grande e o descontentamento justificado», acrescentando a exigência ao governo de «medidas de urgência para fazer face à inflação galopante e à baixa real dos salários e do custo de vida».

Dia 17, reuniu em Belgrado uma reunião plenária do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, concentrando a sua atenção nas reformas económicas, política e partidária.

Reforçar a unidade de acção na própria Liga dos Comunistas (LCJ) e dar resposta às questões levantadas pelo movimento de massas nestes dias e pelo agravamento da situação na esfera das relações entre as nacionalidades — foram temas centrais do debate.

Esta importante reunião do CC da LCJ, foi precedida de reunião dos comunistas jugoslavos ao nível de República e na região autónoma de Kosovo.

Diferentes concepções se defrontam, quanto às próprias modificações na Constituição.

Os comunistas sérvios reivindicam uma maior coesão da federação jugoslava e da sua República, a Sérvia, cuja autoridade sobre as suas duas regiões autónomas, a Vivodina e o Kosovo, ficou enfraquecida com a Constituição de 1974. A população eslava das Repúblicas meridionais é, em grande medida, solidária com os sérvios.

Por outro lado, no Norte, na Eslovénia e na Croácia, aposta-se antes num reforço da autonomia das diferentes Repúblicas.

Na reunião do CC da LCJ, procedeu-se a uma remodelação dos cargos directivos, em que 5 dos 14 membros do Bureau Político saíram deste órgão de direcção partidária.

Ao debruçar-se sobre a realidade socioeconómica do país, a direcção da Liga dos Comunistas da Jugoslávia aprovou um projecto de emendas à Constituição, igualmente aprovado, dias depois, pelo Parlamento Federal da Jugoslávia.

As alterações deverão ainda ser submetidas aos parlamentos das seis Repúblicas e duas províncias autónomas, antes de serem definitivamente adoptadas, provavelmente em 29 de Novembro.

O projecto corresponde à reivindicação sérvia no sentido de esta República retomar o controlo sobre as duas províncias autónomas — Kosovo e Vivodina.

No plano socioeconómico, o projecto reafirma o papel central do sector autogerido, salienta o papel do mercado, adopta normas de apoio à iniciativa de carácter individual e cooperativo, restringe a intervenção directa do Estado, reconhece o direito à greve.

O Parlamento jugoslavo revogou, nestes últimos dias, os limites salariais decretados em Maio.

Para o último trimestre deste ano, o Parlamento levanta o tecto salarial de 119 para 140 por cento, em relação aos números de igual período do ano passado.

As raízes

A vaga de descontentamento popular, expressa nas manifestações e greves que se têm registado na Jugoslávia, tem origem no agravamento da situação social e económica, em que a dívida de 20 mil milhões de dólares, pesa particularmente. Tal como as desproporções regionais no desenvolvimento — um facto que directamente conduz ao agravamento de tensões e ao agitar das bandeiras dos nacionalismos.

Recordemos aqui que a República Socialista Federativa da Jugoslávia é composta de seis Repúblicas Federadas, com larga autonomia: a Sérvia, a Croácia, a Eslovénia, a Bósnia-Herzegovina, o Montenegro e a Macedónia.

Montenegro — e não são ocasionais as lutas aí centradas — é a mais pequena e a menos desenvolvida República da Federação.

A Sérvia, com 9 313 000 habitantes, de entre os 22 400 000 que conta a Jugoslávia, é de longe a República mais importante. O seu território abarca duas regiões autónomas: a Vivodina, a Nordeste, habitada fundamentalmente por sérvios e húngaros, e o Kosovo, no Sul, cuja população é predominantemente de origem albanesa. Nesta região, a mais pobre do país, são frequentes tensões entre a maioria albanesa e a minoria eslava.

A crise socioeconómica desencadeada no país, desenvolve-se em simultâneo com sérios esforços no sentido de uma reorientação da política económica.

A taxa de crescimento médio do produto social passou, na Jugoslávia, de 5,7% no período de 1976 a 1980 para 0,7% no período de 1981 a 1985. De um período de planificação a outro, mantinha-se uma mesma orientação do desenvolvimento, baseada na promoção da indústria energética, matérias-primas, transportes e agro-industrial (exigindo grandes investimentos — 60% no período de 81 a 85), o que significa também pouca atenção com a produção de produtos acabados. A acumulação dos défices na balança de pagamentos levou à acumulação de uma grave dívida externa. Simultaneamente assiste-se a crescentes desproporções regionais e mesmo à polarização do desenvolvimento.

Hoje aposta-se numa outra orientação económica. Nas palavras de Mile Njegovan, do Instituto Federal para a planificação social, «a nova política de transformações estruturais da economia jugoslava baseia-se num funcionamento global e consistente do mercado em todos os seus sectores. Trata-se portanto de afirmar o mercado de produtos e bens de consumo, o mercado de meios financeiros, o mercado do trabalho e do saber. Isto, bem entendido, não significa a introdução de elementos do capitalismo no nosso sistema económico, mas adaptar de forma consequente e em tempo útil a economia autogestionária de mercado às novas condições e em vésperas do ano 2000, dominado pelo princípio da eficácia».

Difícil será prever hoje dos resultados concretos das orientações socioeconómicas e políticas que estão a ser ensaiadas. Mas sem dúvida a «solução democrática» será o único caminho possível.

Grupo de estudo na URSS

De 18 a 24 de Outubro, visitou a União Soviética, a convite do PCUS, um grupo de estudo do PCP sobre o papel e intervenção da comunicação social no contexto da perestroika, dirigido por Vítor Dias, membro do Comité Central.

O grupo de estudo do PCP foi recebido pelo responsável do Departamento de Propaganda do Comité Central do PCUS, camarada Y. Skliarov, e realizou encontros com responsáveis do jornal «Pravda», da Rádio e da Televisão, das agências Tass e Novosti, do jornal «Novidades de Moscovo» e da revista «Kommunist».

Durante a sua estadia na URSS, o grupo de estudo do PCP teve também um encontro em Moscovo com responsáveis do Instituto do Direito e do Estado e visitou a República da Bielorrússia, onde contactou com responsáveis de diversos órgãos de informação.

A visita do grupo de estudo do PCP permitiu recolher uma valiosa informação directa sobre a actividade dos órgãos de comunicação social soviéticos no quadro do processo de reestruturação em curso na União Soviética e decorreu no clima de cordialidade, fraternal amizade e solidariedade recíproca que caracteriza as relações entre o PCP e o PCUS.

Internacional

América Central

Diálogo para a paz boicotado pelos EUA

Os presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela participam num encontro, de 27 a 29 de Outubro, em Punta del Este, no Uruguai, em que um dos temas em debate é a situação na América Central.

Segundo o anúncio feito recentemente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o referido encontro terá como tema geral o evoluir da conjuntura no mundo e na América Latina no ano passado, para além de analisar questões específicas como a dívida externa, o tráfico de drogas e a protecção do meio ambiente.

Espera-se que no final do encontro os chefes de Estado aprovem uma declaração e um programa de acção determinando as principais orientações para a procura de soluções dos problemas enfrentados pelos países da região. Recorda-se que este é o segundo encontro do género, tendo o primeiro sido efectuado em 1987, na cidade mexicana de Acapulco.

A região de Punta del Este reveste-se de particular importância, já que ocorre numa altura em que mais uma vez foi adiada a cimeira dos presidentes dos países da América Central, inicialmente prevista para Novembro na capital de El Salvador, e da qual se esperava um novo impulso no processo de regularização política da situação na região.

O adiamento desta cimeira, da responsabilidade das autoridades salvadorenhas, motivou os mais vivos protestos da Nicarágua.

Na semana passada, em Manágua, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Jose Leon Talavera, declarou que a decisão de adiar a reunião comprova a falta de vontade política do governo salvadorenho no processo de paz para a América Central.

Leon Talavera acusou os governantes salvadorenhas de actuarem às ordens da administração norte-americana, tendo destacado o facto de o adiamento do encontro ter sido anunciado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de El Salvador, Ricardo Azevedo, logo após a visita àquele país de Morris

Basbyn, representante especial de Ronald Reagan para a América Central.

O pretexto invocado por El Salvador — a coincidência do encontro com a realização da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que obriga a grandes despesas — foi considerada por Talavera como «bastante duvidoso».

Mais duvidoso ainda quando a decisão salvadorenha foi acompanhada por um crescendo de acusações à Nicarágua, que objectivamente visam minar as já frágeis relações existentes entre os países da região. Segundo Talavera, são «provocatórias» e «gratuitas» as afirmações de Azevedo sobre uma pretensa escalada armamentista da Nicarágua, que representaria não só uma ameaça à segurança dos restantes países centro-americanos, como ainda uma ameaça directa a El Salvador devido ao pretenso fornecimento de armas à guerrilha salvadorenha.

A propósito, o dirigente nicaraguense referiu as conclusões da comissão internacional para a verificação e controlo do cumprimento dos acordos de Guatemala, que

ilibam a Nicarágua de semelhantes propósitos.

Cabe sublinhar, neste contexto, o facto daquela comissão — que constatou que o governo da Nicarágua foi o que melhor cumpriu os compromissos assumidos, ao contrário dos governos das Honduras, El Salvador e Guatemala — ter sido entretanto dissolvida, passando a sua missão para os próprios dirigentes centro-americanos.

Os governos centro-americanos, assim convertidos em juiz e parte da verificação dos acordos de paz, não só não têm vindo a verificar nada como em boa medida se transformaram em cúmplices dos que se opõem aos acordos firmados, a começar evidentemente pelos EUA.

Recorde-se que, há uns meses atrás, no final de uma visita de George Shultz à América Central, este afirmou que para os EUA a Revolução Popular Sandinista «continua a ser o cancro que é preciso extirpar para que o mal não se propague».

Uma atitude bem contrastante com a da Nicarágua, cujo governo se afirma disposto a reiniciar a qualquer momento o diálogo centro-americano.

Mortalidade infantil na Bolívia

A Bolívia é o país da América Latina onde é mais elevado o nível de mortalidade infantil, afirma-se num relatório do Instituto Nacional de Alimentação daquele país, agora tornado público.

Segundo o documento, esta situação dramática — morrem sete crianças por hora na Bolívia — deve-se à situação de fome e pobreza crónica em que vive a maioria dos bolivianos.

De cada mil recém-nascidos bolivianos, diz o relatório, 200 não atingem um ano de idade e 300 morrem até aos cinco anos, o que significa que num país com seis milhões de habitantes morrem diariamente 165 crianças. Cerca de 50 por cento do total das crianças bolivianas passam fome, o que acaba por lhes provocar a morte.

A Bolívia, onde 80 por cento da população vive em condições de extrema pobreza, é actualmente o país da América Latina com maior índice de desemprego: mais de 20 por cento da população activa.

Comunistas colombianos apoiam greve geral

O Partido Comunista da Colômbia anunciou publicamente o seu apoio à greve nacional de 24 horas convocada para hoje, 27 de Outubro, pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT). A greve conta igualmente com o apoio de importantes sectores populares, camponeses, estudantes e organizações cívicas, que têm vindo a reivindicar a solução dos seus problemas.

A greve geral convocada pela CUT tem como principais objectivos o aumento de salários, a contenção do aumento do custo de vida e o fim da «guerra suja» do militarismo contra o povo colombiano.

Segundo informações recentes da CUT, nos 23 meses de existência da Central foram já vítimas da «guerra suja» mais de duzentos sindicalistas e receberam ameaças de morte mais de mil activistas ou simples apoiantes sindicais.

No plano sindical, destaca-se o facto de continuarem sem resposta as reivindicações económicas, sociais e políticas apresentadas ao governo colombiano em 18 de Maio último, o que, para a CUT, testemunha a falta de vontade das autoridades para a resolução dos problemas que cada vez mais afectam a população. Assim, a CUT considera que o único caminho a seguir é o desenvolvimento da luta de massas, para o que apela para a mobilização da solidariedade internacional para com o povo colombiano.

Família Sisulo distinguida pela luta pelos direitos humanos

A família de Walter Sisulo, dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, foi distinguida com o prémio outorgado anualmente nos EUA aos lutadores pelos direitos humanos. A iniciativa é da responsabilidade de um movimento não governamental em que participam, entre outros, o ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter e Dominic de Menil.

Recorda-se que Walter Sisulo está preso desde 1964, altura em que foi condenado a prisão perpétua por um tribunal sul-africano; a esposa, Albertina Sisulo, é presidente da Frente Democrática Unida (UDF), organização proibida desde Fevereiro passado, e tem sido impedida pelas autoridades racistas de desenvolver quaisquer actividades políticas. Os filhos do casal têm igualmente sido alvo da repressão sul-africana, encontrando-se um deles, Zwelakhe, preso sem culpa formada nem julgamento.

Ao anunciar o prémio, Jimmy Carter sublinhou que «a coragem e a abnegação dos Sisulo simboliza a invencibilidade do espírito humano na luta contra a crueldade», enquanto Dominic de Menil fez notar que a atribuição do prémio exprimia «a solidariedade para com aqueles que se manifestam contra o *apartheid*».

Desmond Tutu em Angola

O arcebispo Desmond Tutu está a efectuar uma visita a Angola, a primeira desde que este país se tornou independente, em 1975.

A visita de três dias, iniciada anteontem, insere-se, segundo as palavras do reverendo angolano José Chipenda, na solidariedade para com o povo angolano vítima da agressividade do regime de Pretória, visando o encorajamento das iniciativas construtivas destinadas a garantir a segurança, a estabilidade em Angola e a implementação da Resolução 435/78 da ONU sobre a independência da Namíbia.

A visita a Angola inscreve-se no quadro de uma digressão que inclui ainda o Zimbabwé e o Zaire, decidida pelo Conselho das Igrejas de toda a África, organização que reúne 139 igrejas e conselhos cristãos em 38 países africanos.

A URSS em notícias

• O 71.º aniversário da Revolução de Outubro

Na lista de palavras de ordem do CC do PCUS para o 71.º aniversário da Revolução de Outubro, divulgada pelo «Pravda», o marxismo-leninismo é caracterizado como «doutrina criadora e base ideológica da renovação da sociedade soviética».

As palavras de ordem aprovadas incluem apelos à fraternidade dos povos da URSS, «grande conquista da política leninista na questão das nacionalidades», e exortam os soviéticos a participar na reforma — em curso — do sistema político.

Nestes últimos dias foram divulgados os projectos de alteração à Constituição da URSS e ao sistema eleitoral, de acordo com as resoluções da 19.ª Conferência Nacional do PCUS, realizada em Julho passado.

Os projectos — em debate público nas próximas 4-5 semanas, até ao seu exame no Soviete Supremo — visam o reforço do papel dos Sovietes.

As alterações à Constituição prevêem a criação de um novo órgão máximo do poder estatal, o Congresso

de Deputados do Povo. Do seu seio sairá o Soviete Supremo da URSS.

O projecto prevê igualmente a instituição do novo cargo estatal de presidente do Soviete Supremo da URSS.

Será também criado um Comité Constitucional da URSS, eleito pelo Congresso de Deputados e composto por políticos e juristas, com a atribuição de verificar a constitucionalidade das leis da URSS e das Repúblicas federadas, e das resoluções dos governos central e das Repúblicas federadas.

O princípio básico do novo sistema eleitoral é a existência de firmes garantias do carácter democrático das eleições e da competição na escolha dos candidatos, que compreende o direito de apresentar um número ilimitado de candidaturas, uma discussão ampla e livre destas candidaturas, a inscrição nos boletins de votação de um número de candidatos superior ao de mandatos, a rigorosa observância de todo o processo de votação, a prestação regular de contas pelo deputado e a possibilidade de lhe retirar o mandato.

• Crescimento da produção de artigos de consumo

Nos últimos 9 meses a produção de artigos de consumo cresceu de 5,4%, taxa claramente superior à de 3,9% registada na produção de meios de produção — mas não se conseguiu ainda assim satisfazer a procura.

Em conferência de imprensa, o vice-presidente do Comité Estatal para as estatísticas, Nicolai Belov, apresentou alguns dados estatísticos sobre os resultados económicos alcançados na URSS nos primeiros 9 meses deste ano.

Entre os dados divulgados — o rendimento nacional soviético aumentou de 4,7%, contra apenas 2,4% em igual período do ano passado.

Um outro indicador sublinhado é o do crescimento da produtividade do trabalho que aumentou 5,2% contra 2,5% em idêntico período do ano passado. Concretamente, a partir deste segundo ano do actual quinquénio (1986-1990) todo o acréscimo da produção industrial e agrícola, assim como do rendimento nacional, foi obtido através da elevação da produtividade do trabalho. Resultados para que, em parte

considerável, contribuíram as empresas em regime de autonomia económica.

• Congresso de médicos

Cinco mil delegados participaram no Congresso dos médicos da URSS, em debates abertos sobre os problemas de desenvolvimento do sistema de assistência médica. O Congresso contou também com a presença de representantes de organizações do Partido e dos soviets agrícolas.

No congresso foram simultaneamente sublinhados os êxitos da medicina soviética e em particular que a URSS foi o primeiro país do mundo a criar um sistema de assistência médica destinada a prestar serviços gratuitos a todo o povo, e os factores negativos — o esquecimento, nos anos 30, dos princípios leninistas da prioridade da esfera social, métodos administrativos e de comando de gestão.

Actualmente estão a ser adoptadas medidas importantes para alterar a situação. O Estado aumentou, em particular, as verbas destinadas à saúde. Foi elaborada uma série de grandes projectos.

Internacional

África Austral

Independência da Namíbia ameaçada pela A. Sul e EUA

A escassos dias da data admitida como possível para o início da implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU para a independência da Namíbia — 1 de Novembro —, tudo parece conjugar-se para que seja protelada essa solução, internacionalmente reconhecida como factor chave para a concretização do processo de paz na África Austral. Após uma série de manobras tendentes a imputar a Angola e a Cuba a responsabilidade pelo impasse criado nas conversações de paz, a África do Sul e os Estados Unidos, ao aproximar-se a hora da verdade, deixaram cair a máscara e puseram a nu as suas reais intenções.

A África do Sul, chegado o momento de aplicar pontos essenciais dos princípios de Nova Iorque e dos acordos de Genebra, não hesitou em violá-los, ameaçando mesmo Angola com nova invasão militar.

O Senado dos EUA, que no passado fim-de-semana encerrou a sua actual legislação, rejeitou o pedido da administração para o financiamento das forças de manutenção de paz da ONU que deveriam supervisionar o processo de independência da Namíbia.

Em ambos os casos, as razões que presidiram aos comportamentos assumidos prendem-se com a sobrevivência da Unita.

Vejamos mais em pormenor como se tem vindo a desenvolver este processo.

Recentemente, numa reportagem do semanário «The Sunday Telegraph», o jornalista Simon O'Dwyer-Russel relatava como se tinha deslocado ao quartel-general da Unita, na Jamba, via Pretória, num avião «Twee Beech» tripulado por dois ex-pilotos da Força Aérea sul-africana. De acordo com esse relato, o aparelho que o transportou para o interior do território angolano levava um outro jornalista britânico e foi reabastecido na base aérea sul-africana de Mpacha, na faixa de Caprivi, no nordeste da Namíbia.

Esta atitude constitui uma clara violação dos princípios acordados em Julho em Nova Iorque, designadamente a alínea que consagra «o respeito pela soberania, igualdade soberana e inde-



pendência dos Estados e pela integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras».

Mas a violação do acordo de 14 pontos não se fica por aqui. No momento actual, o facto de as autoridades sul-africanas estarem a adiar a instalação de alguns postos de controlo de vital importância ao longo da fronteira angolano-namibiana, através da criação da totalidade dos postos fronteiriços antes do início do processo de independência.

objectivo é manter o canal de apoio aos seus amigos da Unita.

Não é difícil concluir que com este comportamento a África do Sul põe em causa os objectivos para que foi criada a Comissão Militar Conjunta de Controlo, em particular no respeitante à criação de condições na fronteira angolano-namibiana que facilitem a tarefa das forças da ONU na Namíbia, através da criação da totalidade dos postos fronteiriços antes do início do processo de independência.

Com este procedimento, a África do Sul mostra-se disposta a violar a alínea dos acordos para a paz que estabelece a «responsabilidade dos Estados para não permitir que os seus territórios sejam usados para actos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados».

Acresce ainda que a inclusão, pela África do Sul, de militares namibianos na Comissão Militar Conjunta de Controlo é reveladora da intenção de impedir o início da implementação da resolução 435/78 sobre a Namíbia em 1 de Novembro próximo, como o acordado em Genebra.

Finalmente, as ameaças sul-africanas de agressão a Angola, na sequência de confrontos entre as FAPLA e a Unita em território angolano, evidenciam o espírito pouco sério com que o regime de Pretória continua a encarar os acordos de Nova Iorque e de Genebra para a paz na África Austral.

A posição norte-americana

É sabido que os EUA têm participado em todo este processo na qualidade de parte mediadora. Embora havendo sobejas razões para pôr em causa a imparcialidade norte-americana, conhecidas que são as suas estreitas ligações com a África do Sul e o apoio assumido face à Unita, o reconhecimento da necessidade de encontrar

uma solução política para os problemas da região abriu caminho às conversações.

As dificuldades do processo nunca foram escamoteadas pelas partes envolvidas, nomeadamente em torno das questões que se prendem directamente com o exercício da soberania, das questões do forum interno de cada país. Como é o caso da presença cubana em Angola. Mesmo assim, passos importantes foram dados neste domínio, tendo-se chegado muito próximo de um acordo de calendário para a sua retirada.

Eis contudo que, com a aproximação de 1 de Novembro, as questões internas — ou melhor dizendo de ingerência interna — saltam para cima da mesa e se apresentam como obstáculo sério à concretização dos acordos.

Foi o que sucedeu no último fim-de-semana, com a rejeição pelo Senado do pedido para financiamento da força de manutenção de paz da ONU para a Namíbia, devido, como foi dito, ao receio de que as verbas fossem atribuídas sem a garantia de que a Unita continuasse a receber a ajuda americana até que as autoridades angolanas aceitem negociar com Savimbi um processo de «reconciliação nacional».

Este claro acto de ingerência interna bloqueou o processo em curso, apesar da Casa Branca ter chegado ao ponto de enviar uma carta ao Senado garantindo que não faltaria ajuda à Unita.

Ao rejeitar o apoio às forças da ONU, cuja tarefa seria assegurar o processo de independência da Namíbia e observar a retirada das tropas cubanas de Angola, o Senado dos EUA assume a responsabilidade de impedir um processo em vias de resolução, o que significa — ou pode significar — uma nova escalada dos conflitos na região.

Poder-se-á pensar que nada obsta à instalação das forças da ONU, mesmo sem os EUA, mas isso não é assim tão simples. Por um lado, o destacamento dos sete mil e quinhentos homens da ONU para a Namíbia envolve um custo estimado em setecentos milhões de dólares, dos quais duzentos e dezasseis milhões deveriam ser financiados pelos EUA; por outro lado, a ausência política dos EUA, dada a sua reconhecida influência em relação à África do Sul, põe em causa todo o projecto.

O não cumprimento da data prevista para o início da implementação da independência da Namíbia, sendo um retrocesso, não significa necessariamente o fim das esperanças de um acordo de paz na África Austral. Mas está longe de ser um bom sinal para os tempos que se avizinham.

«Em pleno período de férias e violentando da forma mais grosseira os direitos fundamentais dos estudantes (...), um comunicado do ministro da Educação suspende temporariamente as actividades da Associação Académica de Coimbra, destitui os seus corpos gerentes e nomeia uma comissão de inquérito à situação financeira da Associação. Dias antes outro comunicado havia anunciado medidas semelhantes contra a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina e os seus dirigentes.

A arbitrariedade de tais medidas revela nitidamente os propósitos que o governo de Marcelo Caetano nunca deixou de acalentar sob a sua capa "liberalizante": a ilegalização do Movimento Associativo. (...)»

(«Por uma "Universidade nova" em Portugal» — «Avante!», VI Série, n.º 407, 1.ª Quinzena Outubro 1969)

«A Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra vai ser julgada no Tribunal Pleno do Porto por, segundo a acusação, ter ofendido o "Conselho Superior de Segurança" em comunicado por ela publicado e subscrito.

O recentemente desenterrado "Conselho Superior de Segurança" — constituído pelo ministro do Interior, director da PIDE, comandante da GNR, comandante da PSP e comandante da Legião —, estado-maior da repressão, em síntese, (...) tudo indica estar destinado a desempenhar um importante papel na tática repressiva de Caetano: unifica legalmente o comando de todas as forças repressivas e torna-as comumente solidárias na repressão, dá uma cobertura "superior" às actividades criminosas da PIDE, visa dar a ideia de uma maior distância entre o governo e a repressão.

É também novidade o julgamento em Tribunal Pleno da Direcção de uma Associação de Estudantes por afirmações produzidas num documento seu. Ao fazê-lo, o governo de Marcelo Caetano (...) reafirma o seu encarniçamento contra os estudantes e as suas organizações democráticas, expresso no encerramento da Associação de Coimbra, das Associações dos Estudantes de Ciências de Lisboa, do Instituto Industrial de Lisboa, de Medicina do Porto, nas numerosas prisões de estudantes e nos próximos julgamentos de estudantes (...).

(«A AAC ré no plenário» — «Avante!», VI Série, n.º 434, Outubro 1971)

«No princípio de Setembro o movimento estudantil obteve uma nova e importante vitória: a reabertura sem qualquer nova limitação legal da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), a homologação da direcção eleita, a paralisação do andamento dos processos-crime que ameaçavam vários estudantes.

O fascismo havia lançado uma brutal ofensiva repressiva contra os estudantes do ISCEF, com o cerco e invasão banditesca desta escola em 16 de Maio acompanhado do encerramento da AE, perseguições a dirigentes eleitos, ameaças várias a estudantes e professores. Os estudantes não se deixaram intimidar nem enganar, revelaram grande espírito unitário, decidiram os aspectos essenciais da sua luta em numerosas reuniões gerais com a presença entre 500 a 1500 estudantes. A forma principal de luta que adoptaram foi a greve às aulas, que foi cumprida a 100% durante dois meses e meio (...).

(«Nova vitória estudantil» — «Avante!», VI Série, n.º 446, Outubro 1972)

Médio Oriente

Eleições em Israel

Os eleitores israelitas vão às urnas na próxima terça-feira, dia 1 de Novembro, em eleições gerais, que têm como pano de fundo, mais do que a situação interna, o debate sobre o futuro dos territórios árabes ocupados.

No essencial, duas posições antagónicas estão em jogo: a do partido Likud, de Isaac Shamir, que defende a ocupação e anexação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, recusando todas as iniciativas de paz para o Médio Oriente; e a do Partido Trabalhista, de Shimon Peres, que embora não reconhecendo o direito do povo palestino à independência se afirma disposto a participar numa conferência internacional sobre o Médio Oriente cujo tema central seria evidentemente a questão palestina.

Outras 28 organizações políticas se apresentam ao eleitorado israelita, metade das quais, segundo as sondagens, com possibilidades de recolher o número suficiente de votos para se fazer representar no parlamento; no entanto, na opinião generalizada dos observadores,

são os extremos quem mais possibilidades apresenta de ter voz activa no futuro de Israel. Na extrema direita, os defensores da expulsão dos palestinos e população árabe dos territórios ocupados poderão vir a aliar-se com o Likud; à esquerda, a Frente Progressista para a Democracia e a Paz e a Frente Rakah (coligação em que a força principal é o Partido Comunista de Israel) poderão pressionar o Partido Trabalhista no sentido de vir a negociar a independência da Palestina.

De acordo com as sondagens, a correlação de forças em Israel é, uma semana antes das eleições, bastante equilibrada, pelo que o futuro do país e da região dependerá bastante da expressão que vierem a conseguir os pequenos partidos, à direita e à esquerda, e das previsíveis alianças que tais resultados favorecerem.

Não é pois de espantar que a Organização de Libertação da Palestina tenha há dias, e pela primeira vez, apelado directamente ao eleitorado israelita para que vote de forma a permitir uma

solução negociada para os territórios árabes ocupados.

O referido apelo segue-se a um encontro histórico entre o dirigente palestino Yasser Arafat, o rei Hussein da Jordânia e o presidente egípcio Hosni Mubarak, na sequência do qual a OLP e a Jordânia acordaram na formação futura de uma «união confederada» da Palestina e da Jordânia. Aqueles responsáveis manifestaram-se ainda favoráveis à realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, acordo esse que levou já o rei Hussein a rejeitar um convite de Shimon Peres, do Partido Trabalhista, para visitar Israel, remetendo a aproximação dos dois países para negociações sobre a paz no Médio Oriente.

O resultado das eleições israelitas deverá, entretanto, influenciar as deliberações do Conselho Nacional Palestino, a realizar a partir de 12 de Novembro em Argel, e onde se prevê o anúncio da formação de um governo palestino no exílio, para além da definição das linhas mestras da actuação dos palestinos nos territórios ocupados.

Em Foco

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 774

27 de Outubro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Em todo o Partido à escala nacional se intensificam os preparativos para o XII Congresso.

Centenas de Reuniões e Assembleias plenárias debatem os documentos a submeter ao Congresso — os Projectos de novo Programa do Partido, das Alterações aos Estatutos, as Teses (Relatório da Actividade do Partido desde o X Congresso) — prepara-se activamente a eleição dos delegados.

As páginas do «XII Congresso em Foco» no «Avante!» são um repositório concludente dessa intensa preparação, das iniciativas conexas e dos debates, mesmo das suas limitações e insuficiências.

Centenas de propostas de emendas, de apreciações e de opiniões chegam diariamente às Comissões de Redacção e constituem uma contribuição de enorme valor do grande colectivo partidário para a definição da linha política e da lei orgânica do Partido. É de fundamental importância melhorá-la e intensificá-la.

Nas colunas do «XII Congresso em Foco» do «Avante!» desenvolve-se o enfoque acessório do grande debate colectivo, são publicadas as cartas dos leitores e delas se canalizam também para os organismos de preparação do Congresso o acervo de propostas, opiniões e informações para que foi aberto espaço.

As colunas do «Avante!» estão abertas ao enriquecimento do debate interno e da democracia interna do Partido, ao reforço do Partido, à elevação

da sua capacidade de intervenção na problemática nacional, à informação útil, à crítica objectiva e serena, mesmo actuante.

Estão fechadas ao insulto e ao afrontamento pessoal, à insídia, à insinuação anónima, ao criticismo demolidor.

Nos debates dos plenários e na correspondência para o «Avante!» uma parte — a mais considerável — tem incidido sobre as questões e princípios estatutários. É natural a preocupação dos militantes em reforçar e construir um Partido à altura das suas responsabilidades históricas.

Certamente as propostas programáticas que visam a luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI irão fluir com a mesma preocupação nos debates do Partido e nos artigos de correspondência do «Avante!» na determinação de todo o colectivo partidário para que do XII Congresso saiam as respostas aos rudes desafios da nossa época.

Dentro de pouco mais de um mês um vasto e profundo trabalho estará completado, um renovado instrumento de intervenção na batalha política e ideológica em que estamos envolvidos estará ao alcance do Partido, de todos os seus militantes e amigos, de todos os trabalhadores, de todos os portugueses progressistas que ambicionam edificar uma pátria livre, independente, democrática e socialista.



O 9.º, o 10.º e o 11.º



Concluimos neste número a nossa breve abordagem dos 12 Congressos da vida do PCP.

Nos dias 31 de Maio, 1, 2 e 3 de Junho de 1979 realizou-se no Pavilhão da Quimigal, no Barreiro, o IX Congresso do Partido Comunista Português, o terceiro realizado nas condições de legalidade democrática, após a madrugada libertadora de 25 de Abril.

Este Congresso constituiu um marcante acontecimento na vida política nacional, com significado, consequências e projecção que perduraram muito para além da data em que decorreu.

Convocado para fazer o balanço de três anos de intensa, áspera e complexa luta da classe operária, dos trabalhadores e dos democratas portugueses em defesa do regime constitucional e das conquistas de Abril e para definir as grandes linhas de orientação e intervenção do PCP, o IX Congresso procedeu a uma análise detalhada, séria e rigorosa de um perigoso e acidentado período da democracia portuguesa, realizando um exame profundo e objectivo dos principais problemas nacionais, apresentando um conjunto coerente de propostas e linhas de acção indispensáveis para defender a democracia, melhorar as condições de vida do povo, promover a recuperação económica e o desen-

volvimento de Portugal e salvaguardar a independência nacional.

Participaram neste Congresso 1749 delegados, 1642 dos quais foram eleitos através da realização de 2997 reuniões e assembleias. Mais números significativos: o projecto de Teses foi largamente divulgado como separata do «Avante!» com uma tiragem de 120 000 exemplares, a juntar a uma outra edição de 20 000.

Chegaram à Comissão de Redacção 5298 propostas de emendas, das quais foram acolhidas 2692 (51%), dando lugar a significativas alterações, rectificações e reformulações de texto.

Continuando a responder ao crescente reforço e aumento do Partido, o Comité Central foi alargado para 133 membros, tendo sido chamados 46 novos membros.

No Porto, pela 1.ª vez

Quatro anos e meio depois — concretamente de 15 a 18 de Dezembro de 1983 — realizou-se no Palácio de Cristal do Porto o X Congresso do PCP. Estava-se em pleno Governo do «bloco central», da coligação PS/PSD, que prosseguia e agravava a política da defunta «AD». É sobejamente conhecida a importância deste

Congresso, quando se avolumavam no horizonte novos perigos para a democracia portuguesa, com o PS mais uma vez a reboque das pretensões restauracionistas da direita e esta a gizar uma estratégia de médio prazo que varresse, de uma penada, o Portugal de Abril.

É também sobejamente conhecida a importância que o X Congresso teve para o evoluir da situação política nacional e o gorar — ainda que parcial — dos objectivos restauracionistas imediatos da direita. No quadro da intensa batalha política e social desde então travada contra a política de destruição, de miséria e de ataque à democracia, as decisões do X Congresso deram um contributo determinante nessa luta.

Para a eleição dos 2114 delegados e para a discussão das Teses foram realizadas 3054 assembleias e reuniões plenárias, tendo sido enviadas à Comissão de Redacção 3551 propostas

de emendas, das quais foram consideradas 2043 (57%). O Comité Central foi de novo alargado, passando dos 133 membros eleitos em 1983 para 165 membros, o que correspondeu a um aumento global de 32 membros.

Finalmente em 2 de Fevereiro de 1986 realizou-se na Amadora o XI Congresso (Extraordinário) do PCP, convocado a 28 de Janeiro pelo Comité Central para definir a atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais, onde ficaram a disputar o acto Mário Soares e Freitas do Amaral. Tratou-se de um Congresso realizado em condições de grande complexidade política e que deu uma nova demonstração da profunda identificação dos comunistas com os superiores interesses da defesa da liberdade e do regime democrático. É conhecida a decisão de voto em Mário Soares para derrotar o candidato reaccionário, o que foi decisivo para o desfecho dessas eleições. ■

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Vila
Franca
de Xira



Discutir Teses e fazer campanha!

No Centro de Trabalho de Alhandra, no Concelho de Vila Franca de Xira, realizou-se uma sessão no passado fim-de-semana para a discussão dos documentos ao XII Congresso que contou a participação do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Entretanto está anunciada para os próximos dias 4, 5 e 6 Novembro, também em Vila Franca de Xira, uma «Jornada Concelhia de recebimento de quotização» com o lema «No XII Congresso com a quota em dia por um PCP mais forte».

O objectivo central desta iniciativa é contactar 60% dos camaradas que ainda não pagaram quotas em 1988, contribuindo-se assim e também para a dinamização e mobilização em torno do XII Congresso. No dia 4 de Novembro abordar-se-ão células de empresa e nos dias 5 e 6 os locais de residência.

Sobre a eleição dos delegados ao XII Congresso

Alguns camaradas têm-se dirigido ao «Avante!» com interrogações relativas às formas de eleição dos delegados ao XII Congresso. O «Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XII Congresso» estabelece que as votações «deverão como regra realizar-se de braço no ar, podendo entretanto, cada assembleia plenária, se o entender, adotar por maioria simples o sistema de voto secreto».

As interrogações de camaradas dizem respeito à forma concreta de realizar a eleição dos delegados seja por voto de braço levantado seja por voto secreto, nas variadas situações que pode verificar-se.

O «Regulamento» aprovado pelo Comité Central não estabelece a forma concreta de realização da eleição. Não se podem pois fixar regras para o efeito, e muito menos caberá ao «Avante!» fazê-lo.

Os organismos que convoquem as assembleias plenárias poderão propor os candidatos a delegados, mas também, nos termos do «Regulamento», qualquer participante nas assembleias plenárias não só pode pronunciar-se sobre tal proposta como pode apresentar uma proposta própria.

Para facilitar o trabalho nas assembleias plenárias podem indicar-se alguns processos possíveis de realizar as eleições.

No caso de voto de braço no ar podem colocar-se três hipóteses.

Se há uma só proposta ela é posta à votação. Os candidatos propostos serão eleitos se tiverem mais votos a favor que contra. Havendo mais votos contra terão de considerar-se logo a seguir novas propostas.

Havendo mais que uma proposta poderão ser votadas pela ordem de entrada na mesa. Podem considerar-se eleitos os que obtiverem mais votos e no caso de empate os que tiverem menos votos contra.

Havendo propostas de participantes relativas apenas a uma parte da proposta do organismo que convocar a assembleia plenária pode desdobrar-se a votação como se fossem duas propostas diferentes.

No caso de a assembleia decidir proceder à eleição por voto secreto, a votação normal será por listas e pode ser feita por diversos processos.

Havendo uma só lista poderão, por exemplo, os participantes escrever um papel, depois dobrado em quatro, um S desde que vote por, um N desde que vote contra, e o papel em branco desde que se queira abster. Se a lista não obtiver maioria simples será necessária a elaboração de nova lista.

Sendo apresentadas mais que uma lista, poderão ser-lhes atribuídas letras pela ordem de entrada na mesa. Em tal caso cada participante nas assembleias plenárias inscreveria no papel a letra da lista em que vota e considerar-se-ia eleita a lista que tiver mais votos.

No caso de haver propostas relativas apenas a uma parte da lista, o sistema seria colocar numa mesma lista todos os nomes propostos e cada participante na assembleia inscrever uma cruz à frente dos nomes em que vota, não excedendo o número dos delegados a eleger.

Estas indicações poderão ser úteis às mesas das assembleias plenárias, salientando-se que, perante as situações concretas, serão certamente encontradas as soluções mais correctas e operativas.

Aveiro

Começou a eleição dos delegados

As Teses apresentadas pelo CC começaram a estar no centro do trabalho e da acção preparatória do XII Congresso no distrito de Aveiro, visto que já se iniciaram as Assembleias Plenárias para a discussão daquele documento e para a eleição dos delegados ao Congresso. Damos também nota de que, referindo apenas Assembleias Plenárias, no concelho de Espinho se realizou a última destinada exclusivamente à apreciação dos projectos de Programa e de Alterações aos Estatutos.

Novos camaradas participaram nesta fase dos trabalhos preparatórios fazendo subir os valores globais da participação dos militantes.

Devido ao facto de se ter iniciado a distribuição das Teses apenas na terça-feira, dia 18, a discussão foi algo prejudicada já que apenas um reduzido número de camaradas teve oportunidade de as ler. Daí decorre a decisão do prolongamento de uma das Assembleias (Nogueira de Regedoura) e a realização de outras reuniões em Aveiro. Em qualquer dos casos se concluiu também pelo reforço da apreciação e estudo individuais das Teses com a correspondente produção de propostas de alteração e de aditamento.

Na base das intervenções introdutórias e das opiniões já formadas pelos camaradas mais avançados na leitura foi possível proceder à análise e discussão de alguns aspectos das Teses e da actividade do Partido. Foi apreciada a evolução da situação política desde o X Congresso, alguns aspectos particulares dessa evolução foram pormenorizados sendo reconhecido o conteúdo auto-crítico de algumas Teses. Também o capítulo da luta ideológica mereceu parte do tempo de discussão sendo sublinhada a necessidade «de ao problema dedicar acrescida

atenção, meios e esforços». As questões da unidade do Partido, da «perestroika» na URSS, do trabalho do Partido nas autarquias, foram outros temas abordados na discussão das Teses, documento que, de acordo com o afirmado por um dos camaradas presentes numa Assembleia, «vai ao fundo das questões, que são abordadas com elevado rigor científico, procurando responder às dúvidas que os comunistas hoje têm».

Nas duas Assembleias Plenárias do concelho de Aveiro procedeu-se à eleição dos respectivos delegados — os primeiros dois num total distrital de quarenta e sete. Em ambos os casos as Assembleias concordaram, de forma expressa em intervenções, com o método de eleição por braço no ar proposto pela mesa, tendo sido votados por unanimidade os camaradas propostos pelo organismo de direcção do concelho.

Tal como já se referiu no concelho de Espinho foi efectuada a segunda reunião da Assembleia Plenária destinada à apreciação dos Projectos de Programa e de Alterações aos Estatutos. Discussão animada incidiu desta vez sobre o segundo destes documentos sendo possível concluir o sentimento de que, paralelamente à melhoria e à clarificação das normas partidárias, que se verificam no Projecto, é necessário estimular na prática os mecanismos da informação e da participação dos militantes na vida partidária, surgindo a propósito uma recomendação à Comissão Concelhia de Espinho no sentido de promover com brevidade a realização da Assembleia Concelhia.

A Assembleia terminou com a votação dos documentos verificando-se unanimidade quanto ao Programa e uma abstenção no Projecto de Alterações aos Estatutos. ■

Beira Interior

Intensificam-se os contactos individuais

Além das reuniões e assembleias plenárias, o trabalho preparatório do Congresso na organização regional da Beira Interior (distritos da Guarda e de Castelo Branco) está a passar também por muitos contactos individuais.

Estes fazem-se, nesta fase, sobretudo para distribuir os projectos de Programa e alterações aos Estatutos e as Teses; de lá informam-nos que surgem muito boas referências a estes documentos, mesmo de pessoas que não são militantes, mas a quem tem havido a preocupação de os fazer chegar.

Também as empresas têm merecido da organização certo destaque no esforço de distribuição dos documentos preparatórios do Congresso.

Um levantamento efectuado no fim-de-semana passado dava conta de que se tinham realizado até dia

19 de Outubro 30 reuniões de militantes de diversos organismos, algumas consideradas importantes e que contaram com a participação de 20 e 30 camaradas.

Nas reuniões está a ser feita uma recolha de fundos com o objectivo de custear as despesas de realização do Congresso. No CT de Castelo Branco, por exemplo, foram recolhidos mais de 8 contos numa reunião de 30 camaradas.

Tem sido realçada, entretanto — e nomeadamente na reunião de 2 de Outubro da comissão distrital de Castelo Branco, de que antontem nos chegaram notícias — a necessidade de fomentar ainda mais a distribuição e leitura dos documentos preparatórios do XII Congresso do Partido, marcado para 1, 2, 3 e 4 de Dezembro. ■

Teses, Programa, Estatutos

Ler é preciso

Nunca é de mais repetir: é indispensável a leitura e o estudo dos documentos propostos pelo Comité Central para serem de base à discussão preparatória e para serem em Dezembro levados ao Congresso do Partido para apreciação e votação.

Tanto mais quando em muitas organizações se está a notar, nas primeiras reuniões de discussão, que muitos camaradas ainda não conhecem muito do conteúdo das Teses e dos projectos de alterações aos Estatutos e de Programa.

Esse atraso tem levado algumas organizações — como informa, por exemplo, a secção de informação e propaganda da direcção regional do Alentejo (DORA) — à marcação de novas reuniões para prosseguir e aprofundar o debate.

Uma nota daquela SIP recorda que os documentos em discussão resultam já do

«fecundo e intenso debate realizado ao longo do primeiro semestre de 1988, na sequência das decisões do Comité Central de 10 e 11 de Dezembro de 1988», e têm «contributos valiosíssimos» nos encontros realizados pelo PCP para discutir agricultura, movimento sindical, poder local, revisão constitucional, CEE, sector empresarial do Estado, saúde, ensino, segurança social.

«É no entanto fundamental — sublinha a SIP/DORA — manter o espírito crítico, prosseguir o apuramento em torno de questões mais polémicas, avançar as propostas de alterações que se julguem mais justas para o reforço do Partido e para o êxito da nossa luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI e a construção do Portugal socialista».

A nota refere ainda que nos 43 concelhos do Alentejo já se realizaram 119 iniciativas de preparação do Congresso, com a participação de 4644 militantes. ■

Viseu

2.ª fase arranca no próximo fim-de-semana

55 reuniões abrangendo 19 concelhos foram assinaladas em jeito de rápido balanço pela Comissão Distrital de Viseu do PCP, no tocante à primeira fase da actividade preparatória do XII Congresso do Partido na região. Essas reuniões e plenários envolveram cerca de 300 militantes comunistas e delas resultou como tónica geral um apoio significativo aos documentos propostos para debate nas organizações a nível nacional.

Ao mesmo tempo que preparam o Congresso, os comunistas de Viseu reforçam e melhoram a actividade do Partido e o seu funcionamento, sendo de destacar a campanha de objectivos orgânicos que decorre até 30 de Novembro e que inclui a entrega de mais 593 cartões do Partido e o pagamento de quotas por mais 613 camaradas.

No próximo fim-de-semana inicia-se a segunda fase dos trabalhos preparatórios do Congresso, estando previstas 17 assembleias plenárias.

Como já referimos em anterior edição do «Avante!», a Distrital de Viseu solicitou na região audiências com autoridades de diferentes sectores com vista à apresentação das principais ideias que o Partido — como forma política de relevo na sociedade portuguesa — avança na sua documentação para o XII Congresso. Neste sentido realizaram-se já audiências com a Federação Distrital do PS, Comissão Directiva Distrital do PRD, Bispo da Diocese de Viseu, representante do Bispo da Diocese de Lamego, Comandante Distrital da PSP, Comandante Distrital da GNR e Direcção da Associação Industrial da Região de Viseu. ■

Concelho de Olhão avança com o debate

No concelho de Olhão o debate dos documentos propostos pelo Comité Central para a preparação do XII Congresso do PCP está a decorrer «com vivo interesse e participação» — informou a comissão concelhia.

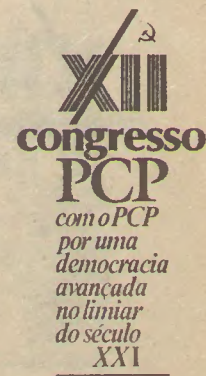
Uma nota difundida na segunda-feira pelo gabinete de imprensa da Direcção da Organização Regional do Algarve do Partido dava conta de que se tinham realizado 5 assembleias plenárias, além de diversas reuniões de comissões dinamizadoras do Congresso.

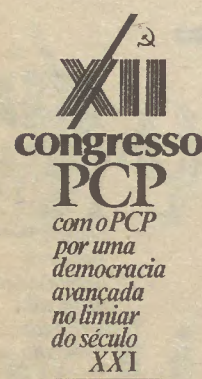
As assembleias tiveram como objectivo a discussão dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos do PCP, documentos que «no final do debate foram votados na generali-

dade, registando-se o voto favorável de todos os participantes, à excepção de uma abstenção na votação do projecto de alteração aos Estatutos» — refere a nota.

Entretanto, a concelhia de Olhão informa que «estão a ser entregues na organização propostas de alteração aos documentos, a enviar às comissões de redacção e à Comissão Política».

Prosseguindo o trabalho preparatório do Congresso estão marcadas novas assembleias no concelho, destacando-se na nota de imprensa as reuniões plenárias marcadas para dias 28 e 30 (ver **Agenda**) ■





Em 3.^a reunião Sector Intelectual da DORP discute Programa e Teses

«Estes documentos têm inexactidões, insuficiências e, eventualmente, erros; surgem também opiniões diferentes e tem de se encontrar um ponto de equilíbrio». Entretanto «fazemos muitos debates, tomam-se muitas notas e ficamos com pilhas delas», pelo que se torna difícil dar-lhes vazão e, sobretudo, transformá-las em propostas. Daí o apelo para que se façam propostas concretas, direccionadas e identificando as questões.

Foi assim que Domingos Abrantes, o membro da Comissão Política e do Secretariado que no passado sábado se deslocou ao Porto para a discussão do Programa e das Teses com o sector intelectual da DORP, iniciou a intervenção onde respondeu a algumas questões postas pelos camaradas. Para trás ficava uma breve apresentação das Teses feita por ele próprio e sugerida pelos presentes, dado o pouco tempo até aí disponível para a sua leitura e estudo.

Se as Teses foram afloradas um pouco ao sabor da leitura imediata e naturalmente apressada, dado o pouco tempo que houve para as estudar, o Programa já mereceu apreciações mais circunstanciadas, nomeadamente por parte do camarada Rui Lima Jorge, que começou por «fazer um reparo de ordem geral: o facto de haver nele incorrecções e timidez na caracterização do processo revolucionário», faltando críticas a erros cometidos. Mais adiante — e identificando com precisão as questões no documento — discordou da expressão «conquistas irreversíveis» pois «acho que não são assim tão irreversíveis, como se vê — a única coisa rigorosamente irreversível foi a resolução da questão colonial», enquanto considerava a referência ao «esquerdismo de algumas organizações do Partido» insuficiente e, logo a seguir (e ainda na caracterização dos «factores negativos do processo revolucionário») queria ver explicitados os «outros factores» que encerravam uma

longa enunciação. No ponto seguinte — «O processo contra-revolucionário» — perguntava como se chegou a esse processo, pois a sua caracterização estava insuficientemente feita, tal como não estava convenientemente analisado o papel reservado à pequena burguesia e aos pequenos e médios empresários e industriais, no quadro das suas oscilações políticas.

Entretanto as Teses foram também abordadas, nomeadamente pelos camaradas Nelson Amador, Ricardo Figueiredo e Vieira Mendes (isto no período da reunião a que estivemos presentes, dado que antes dela terminar tivemos de partir para Braga). A questão agrícola e a CEE, a evolução internacional do capitalismo e do socialismo e a apreciação das eleições de 19 de Julho foram temas em foco. Em relação à questão agrícola recordava-se a contradição entre o falado abandono dos campos e o aumento dos agricultores por conta própria, enquanto a apreciação da evolução do socialis-

mo parecia «exageradamente favorável às forças do progresso», concomitantemente com «uma insuficiente abordagem da evolução do sistema capitalista».

Quanto às eleições de 19 de Julho considerou-se insuficientemente analisado o fenómeno do PRD e que os seus resultados não seriam tão «conjunturais» como isso mas, talvez, o culminar de uma deslocação gradual e contínua do eleitorado para a direita.

Domingos Abrantes, após apelar para que os camaradas convertessem em propostas as suas opiniões, respondeu a algumas coisas. «Quando falamos do sistema capitalista», frisou, «não devemos esquecer que o capitalismo não se confina aos países mais desenvolvidos e que é um sistema muito mais vasto e complexo». Por outro lado a ofensiva anticomunista deixa de ter sentido se não reconhecermos o enfraquecimento do imperialismo. E após recordar que diversas questões precisam de ser mais profundamente analisadas (revolução científico-técnica, oscilações na ocupação agrícola, o fenómeno PRD, etc.), reafirmou que a vitória da direita foi conjuntural. «O 19 de Julho não foi uma opção de direita do eleitorado e pensamos que há condições objectivas que transformam estes resultados eleitorais num fenómeno conjuntural», precisou, concluindo: «temos de ser ofensivos na batalha ideológica, com os nossos meios e o nosso projecto, que é o único que aponta para uma transformação real da sociedade». Entretanto o balanço global «é de avanço e consolidação». ■



Fomos ao Minho e verificámos A discussão já «mexe» no distrito de Braga

Há dois anos e tal — concretamente em Junho de 1986 — deslocámo-nos ao Minho para uma reportagem sobre a exploração da mão-de-obra infantil, no que foi o primeiro trabalho saído na Comunicação Social portuguesa sobre esta dramática ilustração do «desenvolvimento cavaquista». Nessa altura elidimos o nome de **Moreira de Cónegos**, freguesia do Concelho de Guimarães, com o objectivo expresso de não comprometermos as crianças que então entrevistámos no adro da igreja à hora do almoço, sob os olhares desconfiados dos seus patrões que ao longe, dos portões da chafarica «têxtil» situada defronte da igreja, nos espreitavam sem saber o que fazer para impedir a conversa (por sinal há poucos dias os mesmos patrões agrediram uma equipa de televisão da BBC que visitou a sua «empresa familiar», iludida talvez, na abordagem descontrada que tentou fazer ao problema da exploração da mão-de-obra infantil em Portugal, com a propaganda do Governo de Cavaco sobre a «liberdade social-democrata» no nosso País — uma liberdade que, pelos vistos, nem consegue ser «para inglês ver»...).

No domingo passado voltámos a Moreira de Cónegos para assistirmos ao debate dos documentos para o XII Congresso promovido pela Concelhia do PCP de Guimarães para os camaradas da zona e realizado na sede da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos.

Nesse dia, nada ali era clandestino: nem a reunião do Partido, porque estamos no Portugal de Abril, nem a exploração da mão-de-obra infantil, porque era domingo, e a chafarica «têxtil» estava... fechada. Ao lado, no adro da igreja, a população entrava e saía das missas, os jovens ronronavam acelerações motociclistas nas imediações dos cafés, o dia festejava um parêntesis nítido nos problemas da zona — o desemprego, a exploração desenfreada, os salários de miséria, podiam esperar. Como o céu, no filme de Warren Beatty.

A reunião decorreu no salão da Junta de Freguesia e foi orientada pelo camarada **José Antunes**, membro do Comité Central e um dos responsáveis da Organização Regional do Minho do PCP. A sessão, que em princípio deveria ser já para discussão dos documentos preparatórios do Congresso (Teses e projectos de Programa e Estatutos), sofreu da insuficiência comum às que assistimos este fim-de-semana no Norte do País: a falta de leitura dos documentos que, em alguns casos, só nas próprias sessões chegaram às mãos dos camaradas, dada a dispersão dos povoados e a dificuldade das organizações em os distribuir. Mas a dificuldade maior, segundo se apontou, esteve e está no volume dos materiais, que exigem tempo para ser lidos e, em muitos casos, exigem mesmo muito tempo, dada a falta de hábitos de leitura de boa parte da população portuguesa.

Nestas circunstâncias parte da sessão foi utilizada para a apresentação dos documentos, apontando-se logo ali uma outra a realizar em breve, já com leituras feitas.

Todavia a discussão acendeu-se com facilidade após a exposição introdutória feita pelo camarada Antunes, agarrando questões concretas vividas na região: as dificuldades de organização e militância (aparentemente contraditórias com o bom número de militantes inscritos no Concelho), a eleição dos delegados ao Congresso, a dificuldade de unidade prática com o PS, os direitos e deveres de um militante do Partido.

Tarefas do militante

A ausência de diversos camaradas que haviam sido convocados pessoalmente para a reunião (e, por isso, nem podiam invocar desconhecimento ou atraso na chegada do correio) serviu de ponto de partida para algumas apreciações sobre a questão da militância, dos direitos e dos deveres dum mili-

tante do Partido (questão, aliás, também aflorada numa outra reunião em Fafe, de que falaremos mais adiante). «Os militantes devem ter uma tarefa dentro do Partido, como, aliás, está definido tanto nos antigos estatutos como no projecto dos actuais», argumentava o camarada Teixeira, ironizando mais adiante: «na prática andamos aqui com dois tipos de militantes — os que só pagam quotas (quando pagam!) e os que desempenham tarefas». O camarada Fernando, pe-



Pormenor da reunião de Fafe

gando no tema, desenvolveu-o em direcção à eleição dos delegados considerando que «a representação ao Congresso deve reflectir a qualidade e a disponibilidade do militante e não obedecer apenas a zonas geográficas», o que colocou o problema (às vezes «bicudo») de encontrar processos de eleição que permitam a todos intervir activamente (está definido que cada delegado é eleito por 100 militantes, o que não levanta problemas em organizações numerosas mas já se complica nos casos dos organismos com números bastante abaixo desse valor — dificuldade que tem sido e continua a ser resolvida por ini-



Moreira de Cónegos — A discussão de questões concretas da região

ciativa dos próprios camaradas nessas situações, nomeadamente agrupando os militantes por zonas geográficas).

José Antunes, comentando a questão do não cumprimento de tarefas, apontou quer para a necessidade de se ter em conta as dificuldades de múltipla ordem que concorrem para isso, quer para o facto de que «o Partido não é propriamente uma colectividade», o que não deve, igualmente, ser esquecido.

valida para responder às calúnias ou encontrar aquilo que com elas nos procuram esconder». Posto isto (e na crista dum zum-zum aprovativo) viraram-se para a necessidade concreta de se prepararem as eleições do próximo ano, o que chamou à colação a questão da unidade, nomeadamente com os socialistas, o que foi considerada muito difícil.

O camarada Abel ilustraria mesmo essa dificuldade com o relato de um episódio ocorrido em Moreira de Frades: «Foi necessário retirarmos aqui, na Junta de Freguesia, uma proposta nossa, que os socialistas se recusavam a aprovar embora concordassem com ela; fizeram uma igual e fomos nós depois que a apoiámos e a viabilizámos. Em relação aos socialistas, o único caminho que nos resta, aqui, é trazê-los às nossas listas».

A reunião terminou sob a pressão do tempo, com toda a gente a discutir animadamente a eleição dos delegados, a fixar a data da nova reunião para a discussão dos documentos ao Congresso e a levar, até fora de portas da Junta de Freguesia, uma disposição confraternizadora que, infelizmente, não pudemos partilhar, dada a urgência de partirmos em direcção a Fafe.

Fafe

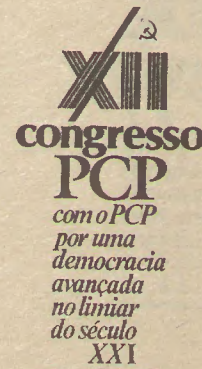
«Por baixo da porta, não»

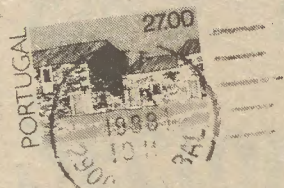
Em Fafe houve também necessidade de se fazer uma introdução aos documentos, a cargo do camarada Vieira e perante um auditório manifestamente mais envelhecido que em Moreira de Frades (Fafe é uma localidade com antigas e profundas tradições antifascistas). Talvez por isso, a crítica à não leitura dos documentos surgiu com muito mais veemência, nomeadamente quando um dos presentes, o camarada Lopes, sublinhou que «não aceito que venham para aqui camaradas sem poderem manifestar-se sobre as alterações ao Programa e aos

Estatutos por não terem ainda lido os documentos, isso não é frutífero» aproveitando para esclarecer que «por mim não tenho propostas de alterações a apresentar pois sei que os documentos se ajustam a uma fase mais avançada da nossa situação política e social», avançando ainda que «esta reunião deve ser o princípio de uma outra, já com conhecimento de causa». Alguém a seu lado temperou o vigor da crítica confessando: «eu não sei ler; tenho de levar para casa para ver se alguém me trata disso». Outro, o camarada Armindo, velho militante com muitas histórias de luta para contar (como, de resto, a generalidade dos camaradas presentes) pôs mais água na fervura afirmando que «sou contra a letra miudinha, não vejo bem».

O tom estava dado e apontava, ao contrário de Moreira de Frades, para a apreciação acalorada da situação interna do Partido. Em diversos tons, cresceram as críticas ao facto de se «andar aí por fora a dizer coisas», quando o que «é útil e necessário é discutirmos internamente, como sempre fizemos». Recordou-se a democracia interna que sempre funcionou no Partido, onde as discussões «sempre foram abertas, frontais, às vezes acaloradas mas leais», onde, como recordava o camarada Saigado, «os que ficavam em minoria não iam lá para fora meter um papel debaixo da porta de um jornal a dar as suas posições». O camarada Vieira, que conduzia a sessão, recordou com bonomia que «sendo criticável levar para fora dos locais próprios a discussão das questões internas do Partido, há que não anatemizar ninguém», recordando inclusivamente que «hoje há gente que diz, pegando nas Teses, que afinal está aqui o que eu queria».

A sessão terminou com a marcação de uma outra para nova discussão e um apelo, ainda do camarada Vieira, sobre «a necessidade de os camaradas dinamizarem as coisas, promoverem iniciativas nas suas próprias zonas». ■





Cartas do leitor

Censura e não censura

Em primeiro lugar devo dizer-vos que tenho dúvidas sobre se penso ser ou não de felicitar a abertura desta secção. E explico. Se por um lado me parece útil haver mais um espaço para troca de ideias e, consequentemente, para fortalecermos os nossos objectivos e a nossa unidade, por outro lado estou certa de que nem todos os camaradas, alguns dos quais muito activos e combativos, terão possibilidades de transpor para o papel as suas ideias ou por não terem tido acesso ao ensino ou porque, mesmo sabendo ler e escrever, têm dificuldade em redigir. A secção só começou a funcionar há dois números e já me sinto na necessidade de escrever para manifestar outras preocupações agora surgidas.

De facto, a primeira edição de cartas do leitor saiu sem que nenhuma das cartas «contestasse» claramente as ideias e ou documentos da direcção do Partido e logo houve camaradas que em conversa, me manifestaram dúvidas quanto à não existência de censura. Era uma possibilidade que se me não tinha colocado e que me causou preocupação e estranheza. Como é que camaradas militantes activos do nosso Partido podem viver e lutar com tais dúvidas? Porque, no que a mim diz respeito, ser-me-ia impossível continuar num Partido que sempre denunciou a censura e a praticasse no seu órgão oficial.

Neste número, que hoje me chegou às mãos, é outro o problema que me leva a escrever. É publicada uma carta que se refere no próprio conteúdo a essa censura que dá como certa. Foi publicada. Mas, para além desse pormenor que demonstra (para quem não for desconfiado sistemático) que as cartas escritas são publicadas, somos agora obrigados a ler cartas que não reflectem o mínimo debate de ideias e antes incomodam pela grosseria e inoportunidade.

Por todas estas razões tenho dúvidas quanto a esta possibilidade que agora o «Avante!» nos permite. Pelo que me diz respeito continuo a preferir o debate oral e colectivo que vem sendo prática nos organismos do Partido a que tenho pertencido e canalizar para os organismos competentes as propostas escritas que considere poderem melhorar a vida e a actividade de um colectivo que cada vez mais necessita de força e coesão para enfrentar a grave situação política, económica e social que vivemos. E, é claro, força e coesão não se obtêm com abdicação de pensar, de debater e de defender consequentemente as ideias que nos parecem justas.

Para terminar, só dizer que se o «Avante!» e a nossa imprensa e informação podem e devem melhorar, me parece elementar começarmos por olhar para o que (não) temos feito nesse sentido. Não é novidade que dizer mal e criticar é, apesar de tudo, o mais cómodo e menos eficaz.

Maria Eduarda Campos Morais e Castro - Porto

Responsabilidade

Numa altura em que «o que está a dar é discordar», quanto mais não seja para ser bajulado por quem sempre nos odiou, permitam-me que também eu discorde.

Discordo da abertura das páginas do «Avante!» a pessoas que de uma forma tão irresponsável e falta de respeito por aqueles, que apesar dos erros (quem lança a primeira pedra?) têm um passado de dedicação à causa dos trabalhadores e por certo não será manchado por quem tem apenas a preocupação de dizer mal e denegrir.

Será que são membros do PCP alguns iluminados que tão manhosamente se referem ao nosso Partido?!

Que tarefas terão no Partido e qual o exame de consciência que fazem da prestação de contas do seu trabalho?!

Será que lêem, pelo menos tão regularmente, a imprensa do Partido como lêem o «Expresso», «O Jornal» e outros insuspeitáveis amigos? (Como diria o poeta com tais amigos não preciso de inimigos).

Ou será que só compram agora o «Avante!» para se reverem como os portadores das propostas mais correctas, dos pontos de vista infalíveis?

Será que pessoas com tão grande sabedoria, que enxergam tão longe, não dão pelo mal que estão a fazer ao partido e aos trabalhadores?

É lícito perguntar portanto se o mal que está a ser feito é por ignorância ou por má-fé. Sim, porque as pessoas são o que são até um dado momento e não venham com falsos argumentos porque discordâncias, deficiências e erros sempre houve no Partido e continuarão a haver.

Mas... será que alguns dos velhos e dos novos críticos não serão daqueles que sabem a história completa do marxismo-leninismo e nunca mexeram uma palha para que o Partido fosse aquilo que agora dizem dever ser?!

Pela minha parte vou continuar a criticar e a discutir o que penso que está mal no Partido, mas não no «Avante!», dentro do organismo a que pertenço e sei que naquilo que tiver razão os meus camaradas que trabalham comigo nos mesmos objectivos me irão apoiar ou discordar como até aqui! Frontalmente! Com lealdade e camaradagem, se for caso disso discutiremos acaloradamente como tantas vezes fizemos.

Vou continuar a votar de braço no ar como sempre o fiz e dizer olhos nos olhos porque concordo ou discordo!

Sem peias e sem problemas de consciência porque quero para todos os portugueses uma sociedade mais humana e mais justa.

António Maria Pereira Mendes — S. João da Madeira

Sete questões

1.º - **Revolução inacabada** — É facto que a Revolução Democrática e Nacional, tal como o programa de 1965 a concebeu, não está acabada. Porém, do ponto de vista histórico, materialista-dialéctico, a Revolução de Abril, enquanto processo, já se extinguiu. Ou seja, os comunistas ainda não concretizaram o seu programa, o que é diferente de dizer que a História ainda não concluiu o programa dos comunistas. Se o gigante não cabe na cama, cortam-se-lhe as pernas ou arranja-se uma cama maior?

2.º - **Democracia avançada** — Lê-se na pág. 52 que a Democracia Avançada é uma forma de capitalismo pois coexiste com a exploração capitalista. Assim sendo, o CC propõe ao Partido uma política reformista, não propõe uma política revolucionária. Nem sequer se diz: Revolução Democrática Avançada. Logo, o PCP passa a ser um partido reformista avançado.

3.º - **Socialismo, futuro de Portugal** — Na pág. 53 afirma-se que o socialismo tem características básicas comuns. Porém, essas características não estão expressas. Quais serão elas? Entretanto, convém reflectir sobre o actual processo de descaracterização do socialismo em curso nos países socialistas. Recomendo Gorbatchev.

4.º - **Ainda o socialismo** — Na pág. 54, a característica do socialismo em Portugal será «no sistema político, o poder dos trabalhadores manuais e intelectuais». Espero que os estudantes, as domésticas, os militares, os reformados, os empresários-trabalhadores, etc., possam continuar a votar e a agir politicamente. Se assim for, serão mais de 99% dos actuais eleitores. Qual será então a diferença em relação ao sistema político actual? A mesma pergunta se faz em relação a todos os aspectos do ponto 2.3.1.

5.º - **Mais socialismo** (pontos 2.3.2. e seguintes) — É fácil verificar que as características apontadas para a organização económica socialista de Portugal são as mesmas do programa de Democracia Avançada. Como é que a organização económica do socialismo pode ser igual à do capitalismo, ainda que este seja avançado? Aliás, o socialismo e a Democracia Avançada só parecem diferenciar-se em três questões: o pleno emprego, o pagamento a cada um segundo o seu trabalho e a ausência de classes antagónicas. Mas a Perestroika diz que na URSS há classes antagónicas, desemprego e remunerações injustas. Em que ficamos?

6.º - **Perspectiva radiosa** (pág. 55) — Não posso acreditar que alguém tenha o despudor de escrever: «É a perspectiva radiosa do socialismo e do comunismo que o PCP indica... a todos os homens, mulheres e jovens progressistas e esclarecidos de Portugal». Porque o socialismo não é só para os progressistas e muito menos para aqueles que já estão «esclarecidos» (CDU = 9% dos portugueses), mas sobretudo porque o que se passa nos países socialistas não tem nada de radioso.

7.º - **Reformismo** — Confesse-se abertamente reformista pois acredito que a actual/futura Constituição é uma razoável base para o socialismo português. Lastimo, no entanto, que ao longo do projecto de programa não se diga como se faz a Democracia Avançada. Mas disso se escreverá nos telegramas sobre as Teses.

Eduardo Moura - Lisboa

NR — Independentemente de posterior comentário às afirmações feitas pelo camarada, consideramos indispensável chamar desde já a atenção para os seguintes aspectos:

a) é inteiramente abusiva a afirmação que se faz no 2.º ponto de que na pág. 52 do Projecto de Programa se escreva que «a democracia avançada é uma forma de capitalismo». Tal afirmação não está contida no texto, poderá, na melhor das hipóteses, ser uma conclusão do autor que não é legítimo apresentar como do Projecto;

b) não conhecemos qualquer texto do camarada M. Gorbatchov onde se afirme que se está a passar na URSS e nos restantes países socialistas «um processo de descaracterização do socialismo» (3.º ponto);

c) é completamente descabida a dúvida insinuada no 4.º ponto quanto ao direito de voto evidentemente defendido e garantido no ponto 2.3.2.;

d) em nenhum ponto do Projecto de Programa se afirma serem as diferenças entre a democracia avançada e o socialismo aquelas que o camarada entende que «parecem diferenciá-los»;

e) que de novo não é admissível é a truncagem de citações. A afirmação que o camarada acha que há o «despudor» de fazer é, na íntegra, a que segue:

«(...) é a perspectiva radiosa do socialismo e do comunismo que o PCP indica à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os homens, mulheres e jovens progressistas e esclarecidos de Portugal.»

Na mesma página (ponto 2.6.) escreve-se: «Eliminadas as classes exploradoras, será criada uma sociedade sem classes antagónicas, de trabalhadores manuais e intelectuais, operários, empregados, camponeses, quadros técnicos, cientistas, artistas — todos igualmente interessados no progresso económico, político, social e cultural e colaborando entre si para o bem comum.»

Na pág. 53 (ponto 2.1.) escreve-se: «É a partir da realidade portuguesa e da experiência revolucionária portuguesa nos seus múltiplos aspectos e assimilando a experiência revolucionária mundial, que o PCP aponta ao povo português, como seu objectivo, a futura construção da sociedade socialista.»

É assim natural que o camarada não possa acreditar que se tenha tido o despudor de escrever uma coisa que ninguém escreveu. ■

«Nem muito ao mar nem muito à terra»

Ao ler «Cartas do Leitor», algumas têm-me provocado a mesma acidez, como sentia antes de ser operado às úlceras no estômago.

As propostas de alteração aos estatutos e outros documentos em discussão com vistas ao XII Congresso do Partido, têm motivado variadas apreciações, críticas violentas recheadas de insinuações, leituras diferentes, a par de outras mais ponderadas e construtivas.

É sabido por todos os membros do Partido, ou devia sê-lo, que os estatutos exigem o seu cumprimento da base ao topo, os mesmos avivam-nos que é importante que as nossas vozes se façam ouvir sempre que julgemos haver qualquer infracção às regras estabelecidas.

Os estatutos são o farol da nossa actuação, iluminando-nos o caminho do respeito, assegurando-nos a marcha segura, educando-nos na fraternidade e no amor à liberdade, democracia e ao socialismo, causa que todos os comunistas abraçaram livre e conscientemente.

Há que segurar bem essa bandeira; que as bocas não se cale e critiquem e se autocritiquem, mas, nada de se jogar com palavras para nos «afirmarmos como cérebros luminosos».

Cá na minha terra também se diz: «nem muito ao mar, nem muito à terra», esse juízo do grande mestre que é o povo, tem que ser entendido por alguns membros da família comunista.

Os estatutos em vigor e as propostas agora apontadas são 71 artigos e 76 alíneas de grande importância. É natural, que cada militante possa demorar mais os olhos no Art.º A ou na Alínea B, depende da sua sensibilidade.

Numa primeira leitura fixei, por exemplo, os Artigos 14 alínea n), o 15 alínea g), o 21, etc. Porém, ao reler o projecto de alterações, ler no «Avante!» a intervenção do camarada Alvaro Cunhal, no Seixal, aprendi muito mais nesta matéria.

É evidente que, documentos importantes como Estatutos, Programa e Teses, têm sido analisados em vários ângulos e com leituras diferentes, logo estas simples linhas serão lidas por alguns camaradas mais impulsivos, que foram escritas por um militante com débil personalidade, a quem falta a coragem de colocar ao partido coisas que sente, etc., etc.

Será, a meu ver, precipitada essa conclusão, pois, sou um modesto militante do Partido há mais de 50 anos e, nesse longo período, sempre — certo ou errado — dirigi reparos e críticas nos lugares próprios, os organismos partidários.

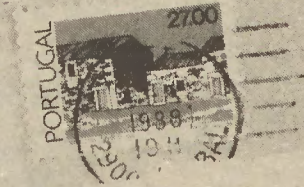
Fi-lo, como era meu dever, com respeito, pois, não esqueço que a minha formação foi edificada pelos princípios elevados do Partido, nos moldes que é proposto no Art.º 14 alínea n) «ter uma elevada conduta moral, ser modesto, sincero, honesto e leal para com o Partido e para com os camaradas, contribuindo para que, nas relações partidárias e pessoais, a verdade e a franqueza sejam valores assumidos naturalmente».

Salvador Amália - Setúbal

Diálogo franco

Começo por saudar a excelente ideia do jornal «Avante!» em abrir um espaço para as «Cartas do Leitor», provando assim aos nossos inimigos políticos que nós comunistas não temos medo do diálogo franco e aberto sobre a vida do nosso Partido.

Eu sou militante do PCP desde Junho de 1974 e, como tal já tenho assistido e participado em imensas reuniões do nosso Partido. Assim sendo estou à vontade para dizer que, apesar de alguns erros nossos, nenhum outro partido nacional tem



Cartas do leitor

XIII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

categoria e moral para nos dar lições de democracia tanto interna como externa. Desde que sou militante do PCP sempre me ensinaram a prática da crítica e da autocritica.

Quanto à tão propagada divisão no seio do nosso Partido eu quero dizer que, nas imensas reuniões em que tenho participado sempre houve diferenças de opinião quanto a esta ou aquela questão, contudo é através do diálogo franco e aberto que quase sempre se chega a um consenso de ideias. É que no seio do PCP o diálogo e o consenso são duas palavras muito queridas, daí o facto de as nossas votações serem quase sempre por unanimidade, o que faz muita confusão na cabeça dos nossos adversários políticos. Além disso convém lembrar que, ao contrário doutros partidos, nós comunistas não andamos na política por uma questão de «tachos». O nosso «tacho» é muitas vezes sermos «prejudicados» e perseguidos na nossa vida particular em virtude da nossa abnegada luta a favor das classes trabalhadoras.

Dito isto e voltando para a nossa vida interna quero dizer que, quanto à tão falada questão de voto, para mim tanto se me dá que o Partido opte pelo voto secreto ou que continue com o voto de braço no ar, isto porque considero ambas as votações democráticas. Portanto nesta matéria eu abstenho-me.

Quanto aos tão propagados sectores «críticos» do Partido eu quero dizer que estes camaradas até são capazes de ter alguma razão nas suas queixas de que as suas ideias não são bem debatidas no seio do Partido. Vamos ter calma camaradas que é na discussão que nasce a luz... não é fugindo-se ao diálogo que as coisas se resolvem, assim como também não é com fugas de informação para os nossos clássicos inimigos que isso contribui para o nosso desenvolvimento partidário. Eu não sou contra o facto dos camaradas fazerem entrevistas para os jornais, contudo também quero dizer que tenho lido e relido artigos de certos camaradas rotulados de «críticos» e, sinceramente, não chego a compreender bem o que eles querem para o Partido. É que criticar por criticar para mim é muito pouco. Por outro lado quero frisar que sou totalmente contra a formação de grupos de tendências no seio do nosso Partido. Para mim o PCP é e deverá continuar a ser um Partido marxista-leninista. Não nos deixemos cair nos tapetes escorregadios que certos jornalistas nos estão a querer pôr debaixo dos pés.

(...)

Carlos Manuel Félix — Carregado

Depois do Congresso

1. Creio, camaradas, que a decisão tomada pela direcção do Partido no sentido de se criar, nas páginas do «Avante!», um espaço aberto à intervenção directa dos leitores, constitui uma importantíssima contribuição para a discussão colectiva dos principais temas e documentos relacionados com a preparação do nosso próximo Congresso, para o reforço da unidade de pensamento e de acção do nosso Partido, para a elevação do nosso nível e preparação política e ideológica.

Claro que, como em praticamente todas as coisas, esta decisão envolve aspectos positivos, negativos e controversos, mas estou absolutamente convencido de que a resultante geral é acentuadamente positiva, e que daqui a algum tempo, quando fizermos o balanço desta experiência, ainda mais clara nos surgirá a sua grande importância e oportunidade.

2. Como é evidente, esta forma de discussão dos problemas não pode constituir a única ou mesmo a principal via de troca de experiências, de confronto fraternal de opiniões e concepções; mas ela desempenha certamente, na nossa época e na nossa sociedade, uma poderosa via que justamente

devemos utilizar para proporcionar e facilitar a participação, na discussão, de todo o colectivo partidário.

E aproveito para sugerir, como uma das várias formas a que o «Avante!» poderá recorrer para alargar, melhorar e incentivar este tipo de discussão, o recurso à entrevista e outras formas de recolha de opiniões de militantes de todas as regiões do País e que, pelas mais diversas razões (inibição, dificuldade de expressão escrita, falta de tempo e oportunidade, etc.) tenham dificuldade em utilizar o «Avante!» para expressar as suas dúvidas, opiniões e críticas.

(...)

4. Vem a propósito dizer que sou dos que consideram insuficiente a forma como a imprensa, outras formas de comunicação pessoal e a actividade editorial do Partido são abordadas no Projecto de Estatutos. Julgo que se justifica um capítulo sobre esta matéria.

Na realidade, não constitui hoje a comunicação social, face às necessidades de uma rápida e eficaz transmissão de informações e orientações, recolha de opiniões, discussão de ideias, etc., uma via privilegiada a utilizar, sem prejuízo evidentemente do recurso à via orgânica, mas quando se sabe que, em muitos casos, esta via está, aqui e ali, emperrada ou, pelo menos, pela sua própria natureza, funciona em baixa velocidade?

5. Poder-se-á dizer (e aliás tem sido dito), com toda a razão, que o recurso ao «Avante!» (e a outras formas de comunicação social) para discussão dos nossos problemas e preocupações, para debate de pontos de vista diferentes, existentes, como é natural, no seio do Partido, transpõe, para a «praça pública», a discussão de questões internas do Partido.

Mas eu interrogo-me se, num Partido como o nosso, com a sua riquíssima tradição de luta em defesa do nosso Povo e da nossa Pátria, com uma fortíssima implantação na classe operária e em todas as outras classes e camadas trabalhadoras, com uma linha política e objectivos fundamentais que visam a elevação material e espiritual da grande maioria do nosso povo, se num Partido como o nosso, dizia eu, muitas das chamadas questões internas e a forma como são discutidas e resolvidas, as diferentes opções em análise, etc., não são afinal questões em que a generalidade dos trabalhadores e do povo português está interessada em acompanhar e conhecer, que a generalidade dos trabalhadores e do povo português deve acompanhar e conhecer, que é do interesse do Partido que a generalidade dos trabalhadores e do povo português acompanhe e conheça?

6. Por isso, camaradas, (...) penso que esta iniciativa se devia alargar em espaço ocupado no jornal e manter para além do Congresso, tornando-se uma secção permanente, desenvolvida e prestigiada do nosso órgão central.

Mário Lino — Lisboa

Protecção da natureza

Acabei uma leitura muito atenta do Projecto do Programa do PCP.

Para mim, trata-se dum documento notável, fruto do trabalho colectivo dum Partido que prova, mais uma vez, a força revolucionária que o anima, a determinação posta na resolução dos problemas nacionais ligando-os, estreitamente, à libertação da classe operária e dos trabalhadores, em geral.

Ao afirmar o seu internacionalismo, o nosso Partido, numa correcta linha marxista-leninista, mostra-se determinado a considerar necessária uma luta que elimine todas as ameaças à vida, fruto da exploração desenfreada dos recursos naturais e dos povos subdesenvolvidos, pelo sistema capitalista.

Essa ameaça, em muitos casos já uma realidade bem concreta, só o sistema socialista a poderá conjurar.

Num mundo socialista a exploração dos recursos naturais terá em atenção tudo o que diga respeito à protecção da Vida, pois trata-se dum sistema que não visa o lucro, a todo o custo, mas, sim, assegurar uma vida harmónica em toda a Terra.

Penso que ficaria bem, no nosso Programa, uma afirmação expressa que desse mais força às intenções de que ele está recheado.

Por exemplo, poderíamos acrescentar, ao Capítulo III, 1-1.4: A exploração desenfreada dos recursos naturais, pelo sistema capitalista, coloca, desde já, ao nosso país e a toda a Humanidade, o problema da sobrevivência de todos os animais e do Homem, de toda a Vida. Só o sistema socialista poderá assegurar essa sobrevivência, pois não visa o lucro mas a formação de sociedades humanas que respeitem e protejam a Vida».

Ernesto Rodrigues
— S. Domingos de Rana

Uma resposta

Alguns reparos sobre a carta do camarada Miguel Portas publicada no último número:

1. É de saudar que ao menos haja um crítico que se debruce sobre o Programa ao invés de se acantonar no debate dos Estatutos...

2. É significativo que, tal como a esmagadora maioria das críticas surgidas, a carta de MP assumia a forma de «perguntas», «questões», etc. Será que os críticos não têm propostas ou respostas, só têm dúvidas e perguntas?

3. MP acha que um País pode ser uma revolução («Portugal é mesmo uma revolução inacabada (...) ou é uma democracia capitalista?»)!!!!

MP acha que isto é uma comparação minimamente possível, que a partir dela qualquer raciocínio seja possível? Onde é que MP foi descobrir no Projecto de Programa o absurdo de que «Portugal é uma revolução inacabada»? MP não reconhece a diferença entre o que lá está («a revolução de Abril é uma revolução inacabada») e o que abusiva e absurdamente «cita»?

4. MP não compreenderá (é académico perguntar, é óbvio que não compreende...) a articulação, que me parece transparente, entre um projecto de programa de partido e teses de análise e proposta para a situação imediata e próxima? MP considerará que a definição estratégica de uma democracia avançada tem de ter uma tradução táctica e circunstancial no Programa do Partido?

5. Politicamente, o que é o «cavaquismo»? É uma maioria absoluta parlamentar inevitavelmente conjuntural? Em que é que o «cavaquismo» se diferencia qualitativamente da política de direita dos últimos doze anos? Há alguma mudança de objectivos entre, por exemplo, a política do bloco central e a do tal «cavaquismo»? Sob o ponto de vista de interesses e objectivos de classe (é assim que se analisam as políticas, não é?...), Cavaco Silva segue uma política diversa da dos governos da AD ou dos de Mário Soares?

6. MP afirma que o PCP deveria ter partido à conquista do espaço politicamente vazio em vez de apoiar o aparecimento de «novas formações pequeno-burguesas». Será que MP considera que o aparecimento ou desaparecimento de formações políticas, seja qual for a sua caracterização, constitui o resultado de decisões subjectivas seja de quem for?! MP considera que a política de alianças do partido da classe operária se deve fazer mediante o abandono de posições de classe atinentes à classe operária em benefício dos interesses de classe das camadas que se pretende conquistar? MP acha que as ditas camadas confiarão muito em semelhante partido que abandonasse a sua base social de apoio ao primeiro safanão da His-

tória?...

7. Quem é que tem «certezas de algibeira»?

8. Dizer que também eu só formulei perguntas, não vale... É que, em matéria de afirmações, subcrevo no essencial as que estão nas Teses e nos projectos e receio que as propostas de emenda que, individual e colectivamente, apresentei sejam inevitavelmente afirmativas...

Paulo Vieira Dantas — Lisboa

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII-Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX.

Laranja cinzento

«O Estado laranja é cinzento feito de pequenos interesses e de grandes negócios» — quem o afirma é o socialista António Guterres, que de uma cajadada consegue manifestar a sua ignorância pessoal e a incoerência do partido a que pertence. Em primeiro lugar, porque Governo e Estado não são a mesma coisa, e se um é «laranja» o mesmo não se poderá dizer do outro. Haja respeito pelo arco-íris! Em segundo lugar, porque de «pequenos interesses» não reza a história governativa, onde ao contrário abundam a miúdo grandes interesses de pequenos tubarões, o que não é propriamente a mesma coisa. Em terceiro lugar, se «o laranja é cinzento» — e não temos razões para duvidar — é de crer que os socialistas deram uma ajudinha na pintura, resta é saber se nos pequenos interesses ou nos grandes negócios.

... Retocado por Constâncio

Já que estamos com a mão na massa, de referir que Vítor Constâncio anda por aí a dar uns retoques na pintura PSD, com a mãozinha socialista a abrilhantar os laranjas, via acordo para a revisão constitucional. Garante o Cónstâncio que não houve acordos secretos

entre o PS e o PSD sobre a matéria em causa e que «o resultado final da revisão da Constituição é claramente mais próximo do projecto inicial do PS do que de qualquer outro partido». É o que se chama sofrer da atracção do abismo. É que se ainda fosse ao contrário, o PS sempre podia tirar dividendos do benefício da dúvida. Ao assumir a paternidade de tal pintura, é caso para dizer que mais valia limpar as mãos à parede.

Uma Beleza de saúde

Leonor Beleza andou há dias por Trás-os-Montes a empossar directores hospitalares e com aquele despudor que a caracteriza não se coibiu de afirmar publicamente que «gostava que todos estivessem tranquilos tal como eu e a minha equipa, que tem trabalhado para melhorar a saúde de todos os portugueses». Ainda os ouvintes não se tinham refeito da surpresa e já Silva Peneda, da Segurança Social, alarmado com semelhante despropósito, garantia que «ao Estado não cabe o papel de se apropriar das responsabilidades de cada família». Ficou tudo esclarecido. Tinha sido afinal um pequeno engano: a ministra não queria dizer «melhorar», mas «tratar», da nossa saúde, é claro. Pelo que, para alívio dos

Pontos Cardeais

governantes, a começar pelo sector da Segurança Social, continuamos todos em Beleza.

As alianças que «não» se fazem

Veio agora Freitas do Amaral garantir que, para as eleições autárquicas, o CDS não fará alianças contra o PS nem contra o PSD. Explicou que não se aliava com um para derrotar o outro. Só se aliava com qualquer um para derrotar... os comunistas. A garantia vale pouco. Não porque se não acredite na palavra do professor. Mas porque, tão amigos que voltam de novo a ser o PS e o PSD, que se mostram de acordo num caso tão grave como é o pacto de desfiguração da Constituição, será difícil pô-los à bulha nas autárquicas por coisa tão pouca como é o interesse das populações. Por isso colhe a proposta de Freitas, mostrando-se disponível para acrescentar as suas curtas votações às dos outros na procura de desalojar os comunistas das câmaras e das freguesias que gerem com honestidade e competência. Juntos contra a Constituição, PS, PSD e CDS, vê-los-

-emos juntos também nas listas para as autarquias?

Jackpot

O pobre do homem estava aflito. Gente para cuidar, situação económica débil. Um dia-a-dia cada vez mais difícil de suportar. Só lhe restava dar o golpe. E se depressa o pensou, mais rapidamente o pôs em prática. Foi só o escolher a ocasião, o esperar por ela. Passadas poucas horas, a notícia corria célere. O bolo ia para quem de direito, ajudava a resolver muito... tudo. Foram os sorrisos de ar compenetrado que a responsabilidade crescia de um momento para o outro e o momento não dava azo a deslizos. Foram as poses em família, o repetir dos gestos para as objectivas dos repórteres. Os abraços e os obrigados pela confiança. A certeza de que o golpe não seria descoberto durou, mas durou pouco... A inflação vai atingir os 9,5 por cento; os sindicatos exigem a actualização salarial face à má condução da economia. E o senhor Cadilhe continua a pedir que o deixem repetir...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Um escândalo chamado IVA

Cadilhe já em charla purgativa normas fiscais conselheiral aponta entre os quais, por escândalo se aponta o imposto do IVA.

O supradito imposto, com regalo, de iva em ira se muda: na bengalinha até a que se ajuda o cego vai pagá-lo!

Eu cá já estou farto de dizer que o País está entregue à filoxera. Agora até os cegos podem ver como o Governo é bera...

Pobres crianças

Pra onde Cavaco vai logo uma câmara sai duas até, que em tais empresas a RTP não olha a despesas.

Meia dúzia de gatos pingados vão esperá-los, fazem eco, batem as palmas, compenetrados, para ficarem no boneco.

São meia dúzia dentro do saco são meia dúzia de galifões. Logo a TV diz que o Cavaco foi aclamado pelas populações...

A mim, o que mais me dói é ver as crianças, pelos caminhos, a receber o «herói» com flores, palmas e beijinhos...

Que o falso, o corrupto, o danado, pois sim, será como for. Mas as crianças, Senhor!

É pecado, é pecado!

Dez projectos?

Tem Cavaco projectos bestiais de que em breve estaremos a dar fé projectos já com o sim da CEE e mil apoios internacionais:

Serão mil caridades sociais pois vêm atenuar esta maré de pobreza infernal que entre nós é a mais alta da Europa, nada mais:

Dar cabo da pobreza nestes cantos? E logo dez projectos? Pra quê tantos? A mim, bastava-me um, bem definido:

Só tirar-se Cavaco recomendo pois enquanto isto for como está sendo nunca o assunto fica resolvido...

As «pazes»

Das coisas mais estranhas são capazes...

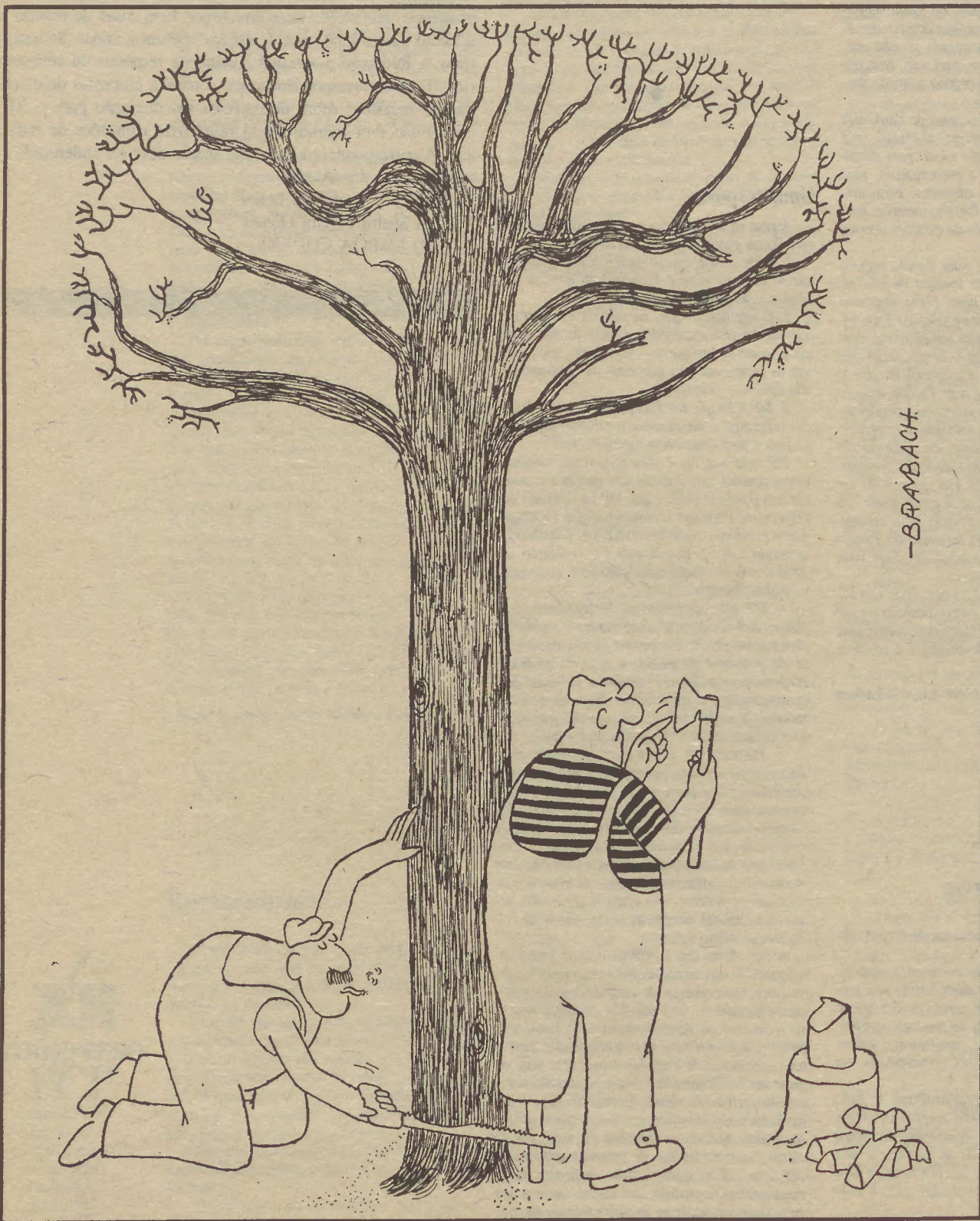
Eles são, na verdade, uns grandes ases. O Torres Couto foi à televisão dizer que em memorável reunião ele e Cavaco tinham feito as pazes.

Simpático derriço! Assim é que é bonito, benciados. Por que motivo iam ficar zangados se entre eles não há razões para isso?

O intragável pacote laboral? Ver-se a Reforma Agrária assim ferida? A palavra jurada e não cumprida? Que é que isso tem de mal...

O Couto está contente. Cá por mim vendo o que no abraço se contém cá por mim acho que ele é que faz bem. Não, não é mal ser coerente assim nos negócios enfim já apazados

...todo o mal é fingir que estão zangados.



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 774

27 de Outubro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

3.º CONGRESSO NACIONAL

movimento democrático
de mulheres



AULA MAGNA - LISBOA 29 e 30 de OUTUBRO/88



**MULHER
FUTURO**

ousar a igualdade, exigir o desenvolvimento, agir pela paz

3.º Congresso do MDM

O Movimento Democrático de Mulheres — que está a comemorar este ano o 20.º aniversário da sua fundação — realiza no fim-de-semana, na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, o seu 3.º Congresso.

Com início marcado para as 10 horas de sábado, o Congresso do MDM terá a participação de 600 delegadas do continente e da emigração e de várias centenas de convidados, num total de mais de 2 mil pessoas — revelaram em conferência de imprensa dirigentes do Movimento. No Congresso será posta à venda uma brochura sobre os 20 anos de história do MDM, considerado «legítimo herdeiro do movimento de mulheres em Portugal».

O programa do Congresso, que poderá ter pequenas alterações de última hora, foi também dado a conhecer aos jornalistas.

Sábado

No sábado, às 10 horas, é apresentado o diaporama «20 anos na defesa dos direitos da mulher»; às 10 e 30 iniciam-se os trabalhos, com uma saudação e intervenções de dirigentes do MDM sobre a carta dos direitos da mulher, o pulsar da vida e da luta das mulheres portuguesas entre 1968 (ano do 2.º Congresso) e 1988, o «MDM, um movimento com a força da vida».

Às 13 horas há intervalo para almoço, restando a sessão depois de um «apontamento cultural» marcado para as 14 e 30; até às 19 horas debate-se «Mulher Futuro — Ousar a Igualdade, Exigir o Desenvolvimento, Agir pela Paz».

A partir das 21 e 30 realiza-se um espectáculo de solidariedade, em que actuarão a cantora cubana Nereida Naranjo, o grupo de música popular portuguesa «Cantares», Celina

Pereira (música cabo-verdiana), lo Apolloni, Maria Guinot e Paulino Vieira. A entrada, naturalmente, é livre.

Domingo

A manhã de domingo é preenchida com 3 «mesas-redondas», que funcionam em simultâneo das 10 às 13 e 30 horas e onde a participação é aberta a todos:

— «As mulheres, cidadãs do mundo» — na Aula Magna, com intervenções de Portugal e de convidadas estrangeiras (na semana passada estava já confirmada a presença no Congresso de 30 delegações estrangeiras, nomeadamente da FDIM — Federação Democrática Internacional de Mulheres —, do ANC, da OLP, de Angola, Moçambique e Timor-Leste, da Espanha, da França, da Holanda e de Cuba).

— «Educação, informação — fermento da mudança» — no Salão Nobre, virada para o debate de questões ligadas à educação, informação e juventude.

— «Modernidade — versus e reversus» — na Sala de Conferências, com discussão de temas como as novas tecnologias do mundo do trabalho, as novas tecnologias de reprodução, a manipulação genética, a SIDA.

A partir das 14 e 30 horas os trabalhos do Congresso decorrem novamente apenas na Aula Magna, onde as delegadas vão discutir e votar o balanço dos últimos 4 anos na vida do MDM e das mulheres, a carta dos direitos da mulher e uma «análise política» do período 1984-1988; serão ainda propostas para ratificação pequenas alterações aos Estatutos do Movimento.

Depois será eleito o Conselho Nacional do MDM; segue-se um «espaço cultural» de 15 minutos e a apresentação da Direcção Nacional e do Secretariado Nacional do MDM.

Quinta 27

• **BEJA**
Reunião plenária da organização de Peroguarda/Ferreira do Alentejo — Casa do Sindicato, 20.00.

• **COIMBRA**
Reunião conjunta do sector metalúrgico e célula da CP do concelho da Figueira da Foz — CT, 18.30; células sindicais do concelho de Coimbra — CT, 18.30; organização da freguesia de Santa Cruz/Coimbra — CT, 21.30; enfermeiros de Coimbra — CT, 21.00; quadros técnicos de Coimbra — CT, 21.30.

• **ÉVORA**
Plenário de reformados de Mora — CT de Mora, 20.00; da Org. de Viana — na Biblioteca, 20.30; assembleias das freguesias de Valverde e S. Braz/Évora — Junta de Freguesia, 20.30.

• **FARO**
Reunião da organização das freguesias da cidade de Tavira — CT, 21.30.

• **LEIRIA**
Assembleia plenária da célula dos bancários de Leiria — Centro de Trabalho, 21.30.

• **LISBOA**

Reunião da célula da Cometa/Amadora — CT Amadora, 18.30; da célula dos Bancários — CT Vitória, 17.30; da Org. Local de Aveiras de Cima/Azambuja, 21.00; da célula dos Escritores do Sector de Artes e Letras de Lisboa; da Org. Local de Olival de Basto, 21.30; das células do Bairro Novo, EPUL, Quinta da Luz, Quinta dos Condes/Carnide — Junta de Freguesia de Carnide, 19.00; da célula da Gulbenkian/Lisboa — CT António Serpa, 18.00; das células da EPAC-AGA — CT Vitória, 18.30; da célula da Marconi — CT Alfama, 18 horas; de núcleos de Lisboa da célula da EPAL — CT Vitória, 18.30; dos Secretariados de Células do Sector Público — CT Alfama; células de Hospitais e Serviços de Saúde — CT Vitória, 17.30; da célula do Hospital de Santa Maria — CT Soeiro Pereira Gomes, 17.30; reunião com simpatizantes do Sector da Saúde — CT Vitória, 21.00; reunião da célula de Casal de Cambra, Sintra — CT Belas, 21.30; do núcleo da Carris na Musgueira — CT António Serpa, 18.30; das células de empresas da Castanheira/Vila Franca de Xira — CT da Castanheira, 18.30; das camaradas da célula da Tudor residentes na Camarnal/Alenquer — 21.00; das freguesias de Santa Maria e S. Martinho e da célula da Câmara Municipal Sintra — CT Sintra, 21.30; da Org. da Freguesia da Graça — CT da Graça, 21.30; das células de empresas da Zona de Santos organizadas

na 1.ª Zona — CT Santos, 19.00; dos camaradas da D.G.A.P., P.R., M.N.E. (Função Pública) — CT Alcântara, 18.30; da célula da Câmara Municipal de Lisboa — CT Duque de Loulé, 18.30; da célula do Bairro da Falagueira — Sociedade Filarmónica da Amadora, 21.30; da Org. da Freguesia de Alfragide, da célula dos Cabos Ávila — CT Amadora, 18.30; da célula do Bairro Novo/Mina — CT Amadora, 21.30; da célula da CM do Sobral de Monte Agraço; da célula do Sindicato da Função Pública de Lisboa — CT Vitória, 17.30; da Companhia de Seguros Fidelidade — CT Chiado, 17.30; da Marinha Mercante — CT Vitória, 18.30; do núcleo da RN/Av. Brasil — 18.30; da célula da Mague/V. F. Xira — CT Alhandra, 21.00; da célula da Mecametal/Oeiras — CT Alêg, 17.30; da célula da Soc. Parafusos Fluorescentes — CT Marvila, 18.30; da Metalúrgica Luso-Italiana — 17.30; da org. do Partido em locais de trabalho de Lisboa da EPAL (Sector Público) — CT Vitória, 18.30; da célula ALS do S. Saúde — CT Vitória, 21.00; das células dos trabalhadores do Hospital Júlio de Matos e Miguel Bombarda — CT Vitória, 17.30; do Sector do Comércio da OLL — CT Duque de Loulé, 19.30.

• **CASTELO BRANCO**

Reunião de camaradas das freguesias de Unhais da Serra, Cortes do Meio, Paul, Erada, Peso, Coutada, Vales do Rio e Barco, do concelho de Tortosendo — no CT Tortosendo, 21.00.

• **COIMBRA**

Reunião da organização do Bairro da Relvinha (Eiras/Coimbra) — Salão da Cooperativa, 21.00; da organização local de Vila Pouca (Ameal/Coimbra) — 21.00; da célula do hospital da Universidade de Coimbra (FP) — CT Coimbra, 18.00; das células da Centralcer e Triunfo/Coimbra — CT, 18.00; de militantes do concelho de Miranda do Corvo — CT, 21.00; do organismo de direcção das freguesias Norte do concelho de Figueira da Foz — CT, 21.30; da freguesia de Vila Nova de Anços/Soure — 21.00; do org. sindical do concelho de Coimbra — CT, 18.30; das organizações das freguesias de S. Silvestre e S. Martinho de Arvore/Coimbra — Quimbres, 20.00; do org. dos Médicos de Coimbra — CT, 21.30; da célula dos Professores da Escola Secundária da Quinta das Flores CT Coimbra, 14.30; reunião aberta de professores — CT Coimbra, 21.30.

• **PORTO**

Reunião da organização dos Professores do Ensino Superior do Porto — CT Boavista, 21.30; da organização da Segurança Social do Porto — CT Rua do Almada, 21.30; da comissão de freguesia de Campanhã/Porto — CT Campanhã, 21.30; da comissão de freguesia do Bonfim/Porto — 21.30.

• **SETÚBAL**

Assembleia da organização da freguesia do Laranjeiro — CT Laranjeiro, 21.30; dos trabalhadores da autarquia de Palmeira — Armazéns da autarquia, 18.30; da RN/Setúbal — CT concelho, 21.00; do sector sindical do Barreiro — CT, 10.00.

• **VEISE**

Reunião da organização da freguesia de Mangualde — CT de Mangualde, 21.00.

Sexta 28

• **AVEIRO**

Assembleia plenária das organizações das freguesias de Nogueira da Regedoura e Mozelos — sala do Café do sr. Fernando, 21.00; da organização concelhia de Vale de Cambra — Escola Primária de Vale de Cambra, 21.30.

• **LEIRIA**

Assembleia plenária de militantes das Caldas da Rainha — CT, 21.30; da Organização de Vieira de Leiria — CT, 21.00; dos lugares de Garcia, Pilado, Escoravia/Marinha Grande — 21.00; dos lugares de Pero Neto, Albergaria, Trutas, Amieira e Embra/Marinha

• **BRAGA**

Plenário concelhio de Braga — no CT, 21.30.

• **CASTELO BRANCO**

Reunião de camaradas das freguesias de Unhais da Serra, Cortes do Meio, Paul, Erada, Peso, Coutada, Vales do Rio e Barco, do concelho de Tortosendo — no CT Tortosendo, 21.00.

• **COIMBRA**

Reunião da organização do Bairro da Relvinha (Eiras/Coimbra) — Salão da Cooperativa, 21.00; da organização local de Vila Pouca (Ameal/Coimbra) — 21.00; da célula do hospital da Universidade de Coimbra (FP) — CT Coimbra, 18.00; das células da Centralcer e Triunfo/Coimbra — CT, 18.00; de militantes do concelho de Miranda do Corvo — CT, 21.00; do organismo de direcção das freguesias Norte do concelho de Figueira da Foz — CT, 21.30; da freguesia de Vila Nova de Anços/Soure — 21.00; do org. sindical do concelho de Coimbra — CT, 18.30; das organizações das freguesias de S. Silvestre e S. Martinho de Arvore/Coimbra — Quimbres, 20.00; do org. dos Médicos de Coimbra — CT, 21.30; da célula dos Professores da Escola Secundária da Quinta das Flores CT Coimbra, 14.30; reunião aberta de professores — CT Coimbra, 21.30.

• **ÉVORA**

Reunião de Reformados de Montemor/Novo — Biblioteca, 15.00; da Org. de Santa Vitória do Ameixial/Estremoz — Junta de Freguesia, 20.00; da Org. de Vendinha/Évora — Casa do Povo, 20.30; das Orgs. de Graça-Divor e Guadalupe — Casa do Povo, 20.30; Plenário de militantes de Mora — CT, 20.00; de militantes de Pavia no CT 20.00.

• **FARO**

Assembleia plenária da organização de S. Bárbara de Nexe — CT Faro, 21.30; das células da BP, Petrogal e CP/Faro — 21.30; dos sectores da Saúde e Segurança Social — 21.30; reunião do org. de comerciantes de Faro 21.30; reunião plenária para debate do novo Programa dos sectores Serviços, Construção Civil, Câmara Municipal, Comerciantes, Coopitar e do núcleo da JCP/Olhão — CT, 21.00.

• **LEIRIA**

Assembleia plenária de militantes das Caldas da Rainha — CT, 21.30; da Organização de Vieira de Leiria — CT, 21.00; dos lugares de Garcia, Pilado, Escoravia/Marinha Grande — 21.00; dos lugares de Pero Neto, Albergaria, Trutas, Amieira e Embra/Marinha

Grande — CT, 21.00; da célula dos professores de Leiria — CT, 21.00.

• **LISBOA**

Reunião plenária dos eleitos comunistas nas autarquias do Sobral — CT do Sobral de Monte Agraço, 21.00; da célula de Táxis do Sector Transportes — CT António Serpa, 20.00 plenário de células de empresa de S. Domingos de Rana — CT Tires, 18.30; da Com. de Freguesia de Cascais; dos camaradas de agências noticiosas; da célula do Ensino Primário do Sector dos Professores, 18.30; da Org. da Zona Oriental de Loures — CT Sacavém, 21.00; de camaradas residentes no Prior Velho — salão da Junta de Freguesia, 21.00; da Org. da Póvoa de Santo Adrião — salão da Junta de Freguesia, 21.30; de jovens da Zona Oriental de Loures — CT Sacavém, 21.00; da Org. da Freguesia de Oeiras, 21.30; das células da Citofone — CT Vitória, 19.00; das células dos Bairros da Luz, D. Leonor, Fonsecas Velho, Palma e Palhavã de S. Domingos de Benfica — CT Sete Rios, 21.00; da Org. de Freguesia de Fátima — CT SPG, 21.30; da Célula da Quinta José Alvalade/Lisboa, 21.30; das células de Zona A, B e C do concelho de Sintra — CT Queluz, 21.00; dos camaradas residentes no Morgado%T.º Barroso, 21.00; dos trabalhadores comunistas da Junta de Freguesia de Vialonga CT Vialonga, 21.00; da Org. da Póvoa de Santa Iria — CT Póvoa, 21.00; dos camaradas da Solvay residentes em Santa Iria — CT Santa Iria, 21.00; do núcleo da Carris no Arco Cego — António Serpa, 18.00; da Org. de Bobadela — no CT; 21.00; da Org. de Vila Franca de Xira, 21.30; da Org. Local de Olival de Basto — Centro de Dia da Terceira Idade de Olival de Basto, 21.30.

• **SETÚBAL**

Reunião da organização da freguesia da Costa da Caparica — CT Costa da Caparica, 21.30; da freguesia do Laranjeiro — CT do Laranjeiro, 21.30; de Amieiras/Grândola — 21.00; de Areias/Montijo — Colectividade, 21.00.

• **VEISE**

Reunião da organização de freguesia de Oliveira do Douro/Cinfães — 22.00.

21.30; da organização dos Seguros — CT da Rua do Almada; assembleia plenária da organização de S. Vitor — CT Barão de S. Cosme, 21.30; dos bairros Cerco do Porto e S. Roque CT Campanhã, 21.30.

• **SANTARÉM**

Reunião plenária das freguesias de Alvega e Rio de Moinhos/Abrantes; da célula da Câmara Municipal de Coruche; das freguesias de Val de Figueira e Póvoa de Isenta/Santarém; da freguesia de Palalvo/Tomar; das empresas de Torres Vedras.

• **SETÚBAL**

Reunião da organização da freguesia da Costa da Caparica — CT Costa da Caparica, 21.30; da freguesia do Laranjeiro — CT do Laranjeiro, 21.30; de Amieiras/Grândola — 21.00; de Areias/Montijo — Colectividade, 21.00.

• **VEISE**

Reunião da organização de freguesia de Oliveira do Douro/Cinfães — 22.00.

Sábado 29

• **AVEIRO**

Assembleia plenária da organização concelhia de Castelo de Paiva — Casa do Pessoal das Minas do Pejão, 15.00

• **BEJA**

Reunião da Org. Local de Santa Vitória/Beja — 16.00; de Sobral/Moura — 17.00; de Odemira — CT, 15.00; de Montes Velhos/Aljustrel — no CT, 16.00; de Brinches/Serpa — CT, 16.00; de Vila Verde de Ficalho — Cantina, 20.30; de A. do Pinto/Serpa — CT, 16.00; de S. Luís/Odemira — Sociedade, 17.00; de Vila Nova de Milfontes — Comissão de Moradores, 20.00; de Amareleja e Póvoa/Moura, 16.00.

• **BRAGA**

Reunião da Org. de Barcelos — CT, 21.00; de S. Paio de Merelim — salão da Junta de Freguesia, 21.30; do concelho de Guimarães — Taipas (escola), 21.30; da Zona da Cidade do concelho de Famalicão — Casa da Cultura, 16.00.

• **BRAGANÇA**

Assembleia plenária da organização concelhia de Miranda — CT de Miranda, 21.00

• **CASTELO BRANCO**

Plenário da Org. de Castelo Branco — CT, 16.00; das organizações das freguesias de Telxoso, Aldeia de Carvalho, Ferro, Peraboa, Boi-dobra, Orjais, Val Formoso, Aldeia de Souto, Sarzedo, Verdinhos e da cidade da Covilhã — CT da Covilhã, 15.00.

• **COIMBRA**

Reunião plenária da freguesia de S. Paulo de Frades/Coimbra — 20.00; da organização local de

Bujos/Miranda do Corvo — 20.30; da freguesia de **Penacova** — 15.00; da freguesia de **Pampilhosa da Serra** — 21.00; das células dos **Bancários, Seguros, Comércio e Escritórios, Casino, Hotelaria e Professores** do concelho da Figueira da Foz — CT, 15.30; das organizações das freguesias de **Liceia e Arazede/Montemor-o-Velho** — 21.00.

• **ÉVORA**
Plenário de camaradas comerciantes, industriais, agricul-

tores, empregados, emigrantes, intelectuais e técnicos residentes em Montemor-o-Novo — no CT, 15.00; de camaradas da **Construção Civil, Metalúrgicos, Agrícolas do sector privado e outros operários** — Biblioteca, 20.30; plenário de freguesias da cidade de Évora, 14.30.

• **FARO**
Assembleia plenária da organização dos bairros do **Mata-douro e Horta/V. Real** Santo António — 21.00; dos secto-

res **Construção Civil, Químicos, Rodoviários, Metalúrgicos, Hotelaria, Função Pública, TAP/ANA, Cervisul e Cialbe/Faro** — 15.30.

• **GUARDA**
Assembleia plenária da organização da cidade de **Pinhel** — 15.00; da freguesia de **Souro Pires/Pinhel** — 21.30; da or-

ganização de **Seia** — Centro de Trabalho de Seia.

• **LEIRIA**
Assembleia plenária de **S. Jorge/Porto**

de **Mós** — 21.00; dos lugares de **Ordem, Camargal, Guarda Nova, Portela, Pedra, Amieirinha/Marinha Grande** — 21.30; dos lugares de **Casal**

do **Malta, Estação, Comeira, Picassinos/Marinha Grande** — 21.30; de **Batalha/Leiria** — CT Leiria, 21.00; das freguesias de **Peniche** — 21.00

• **LISBOA**

Reunião de Quadros da ORL sobre o XII Congresso, com a participação do camarada **Alvaro Cunhal** — no salão da Junta de Freguesia de **Alcântara**, das 10.00 às 18.00

Plenário da freguesia da **Parede**, 21.00; de **Azambuja** — CT, 20.00; da **Zona Industrial da Cruz Quebrada** — CT Algés, 10.00; da freguesia de **Santo Condestável/Lisboa** — CT **Pedro Soares**, 15.30; da freguesia de **Alcântara** — CT, 15.30; da célula do **Bairro da Boavista** — CT **Benfica**, 16.00; da célula do **Bairro Padre Cruz/Carnide** — salão da Junta de Freguesia, 16.00; da célula dos **TLP**, das células de **Massamá, 1.º de Maio e Monte Abraão** — CT **Que-luz**, 16.00; de **Jovens de Queluz** — CT, 21.00; da freguesia de **Rio de Mouro** — CT, 16.00; das células **B e Coopdam/Damaia** — CT, 15.00; de camaradas residentes na **Granja/Vialonga**, 21.00; de camaradas residentes em **Cabo/Vialonga**, 21.00; residentes em **Alpiarça e Casal do Freixo/Vialonga**, 21.00; residentes no Parque Residencial de **Vialonga** — CT, 21 horas; de **PMCI's** da 1.ª Zona — CT **Vitória**, 15.00; da Organização de **Caxoeiras**, 21.30; de **S. João dos Montes/Cotovios**, 21.30; da freguesia de **Sacavém** — no CT, 15.00.

XII
congresso
PCP

Dias da URSS em Portugal

Os dias da União Soviética em Portugal, iniciativa tradicional da Associação Portugal-URSS, contam este ano com a participação da República Socialista Soviética da Moldávia.

«Fluerach»

O conjunto estatal de danças, música e canto **Fluerach** (com 40 artistas) tem o seguinte calendário de atuações:

dia 28 (sexta-feira), em Braga, no Teatro-Circo;
dia 29 (sábado), no Porto, no Rivoli;
dia 30 (domingo), em Viana do Castelo, no Teatro Sá de Miranda;
dia 1 de Novembro (feriado), em Vila Real, no Teatro Real;
dia 3 (quinta-feira), em Aveiro, no Teatro Aveirense;
dia 4 (sexta-feira), em Coimbra, no Teatro Gil Vicente;
dia 5 (sábado), em Lisboa, no Coliseu dos Recreios, e
dia 6 (domingo), em Almada, na Academia Almadaense.

Todos os espectáculos se iniciam às 21 e 30 horas.

Arte popular

Na segunda-feira, dia 31, às 18 horas, abre na Amadora (Cinema D. João V, Damaia) uma **exposição de arte popular** da Moldávia (artesanato, pintura, gravura, fotografia e desenho infantil); mantém-se até 13 de Novembro.

Depois, (entrando pelo ano de 1989), passará pelo Montijo, por Portalegre, Nisa, Covilhã, Viseu, Coimbra, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Aveiro e Porto.

Gastronomia

A mestre cozinheira Maia Ukrainskaia apresenta a **gastronomia** moldava em almoços-convívio organizados pelos activistas da Associação Portugal-URSS em Faro (dia 29), Silves (30), Beja (1 de Novembro), Évora (3) e Setúbal (5).

Évora

O debate e a reflexão por um distrito com futuro

Apontada ao futuro, vai realizar-se em Évora no próximo dia 1 de Novembro uma iniciativa aberta a todas as entidades interessadas e na qual este distrito alentejano estará, de princípio ao fim, no centro das atenções, da reflexão, da análise e das propostas que daí resultarem.

Com entrada livre, as jornadas sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Évora terão lugar no Palácio D. Manuel, na cidade do Templo de Diana, entre as 10 e as 18 horas, estando previsto o funcionamento por secções temáticas, assim organizadas:

1. Potencializar e aproveitar os recursos do distrito.

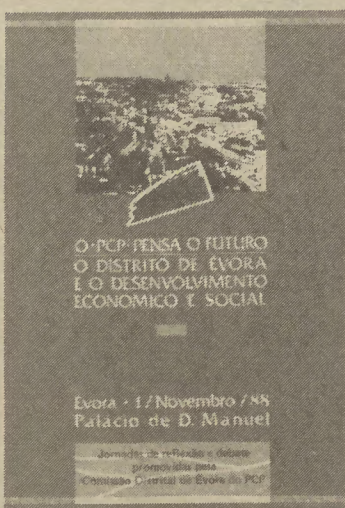
- Recursos humanos/emprego/estrutura social
- Agricultura
- Indústria extractiva
- Indústria transformadora
- Transportes
- Serviços
- Investigação e desenvolvimento

2. Poder Local Democrático e Regionalização

- Ordenamento do Território

3. Desenvolvimento Social, Cultural e Património

- Ensino
- Saúde
- Cultura
- Desporto
- Turismo
- Ambiente
- Património
- Juventude
- Condições de Vida



Funcionamento

10.00 — Plenário de abertura
10.45 — Intervalo
11.00 — Secções
13.00 — Almoço
14.30 — Secções
16.30 — Intervalo
17.00 — Plenário de encerramento

No desdobrável em que apresenta esta sua iniciativa, a Comissão Distrital de Évora do PCP sublinha:

Reflectir sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Évora, debater as diversas alternativas que se abrem ao nosso futuro colectivo, participar na definição de uma estratégia coe-

rente ao serviço do Homem que potencia e aproveite os recursos existentes — eis uma tarefa necessária e urgente.

A evolução recente de vários indicadores, a ausência de uma estratégia integrada de resposta aos condicionamentos resultantes da integração comunitária, a necessidade de canalizar para a região e aplicar com eficiência os recursos financeiros disponíveis, a aceitação passiva de políticas que poderão conduzir à desertificação do Alentejo e do nosso distrito, exigem uma resposta activa das forças políticas, sociais e económicas com intervenção no distrito.

O PCP, força política maioritária, está numa posição privilegiada para promover um processo aberto de reflexão e debate sobre o futuro de Évora.

Estas são as razões destas Jornadas Sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Évora, que a Comissão Distrital de Évora do PCP promove no próximo dia 1 de Novembro.

Jornadas que se pretendem abertas a todas as entidades, públicas e privadas, organizações representativas dos trabalhadores, estruturas de índole económica e social, técnicos e a todos os interessados na busca de soluções que garantam um desenvolvimento do distrito, que tenha como meta o aproveitamento dos seus recursos, a melhoria das condições e de qualidade de vida das suas populações, de onde os alentejanos não sejam obrigados a emigrar.

A Comissão Distrital de Évora do PCP convida desde já todos os interessados a participar nestas jornadas de reflexão e debate, que simultaneamente fazem parte do amplo trabalho de preparação e contribuição dos comunistas do distrito para o XII Congresso do PCP, a realizar de 1 a 4 de Dezembro, no Porto.



TESES

para o
XII Congresso do PCP

XII
congresso
PCP

(Documento proposto pelo Comité Central para deba-



Agenda

Avante!

XII
congresso
PCP

• PORTALEGRE

Reunião plenária em **Maranhão/Avis** — Posto Médico, 20.30; da organização de freguesia de **Castelo de Vide** — 20.00; de **Tolosa/Nisa** — Casa do Povo, 20.00; da freguesia de **Nisa** — CT, 21.00; de **Galveias/Ponte de Sor** — CT, 21.00; da freguesia de **S. Julião/Portalegre**.

• PORTO

Reunião do **Sector Cultural** — CT Boavista, 10.00; assembleia plenária de militantes da freguesia de **Valbom/Gondomar** — Centro de Trabalho de Valbom, 21.30; assembleia plenária das células de **empresas de S. Mamede de Infesta** (Ponte da Pedra, Soc. Portuense de Algodões, Lionesa, Confecções Vaz Ferreira, Tinturaria Vaz Ferreira, FI, Alco, Unicer) — CT S. Mamede de Infesta, 16.30; de militantes das células **Santos e Barreto, Oliveira & Ferreirinha e Facar/Matosinhos** — 21.30; de militantes da **Sepa** — CT Boavista, 15.00; dos **Gráficos e CDL** — CT Rua D. João IV, 15.00; assembleia plenária dos **bairros Pio XII, Nau Vitória e Contumil** — 21.30; de quadros de **Lordelo do Ouro** — CT Boavista, 21.30.

• SANTARÉM

Reunião dos militantes das freguesias de **Rosio e S. Miguel/Abrantes**; de **Espinheiro e Vila Moreira/Alcanena**; da freguesia da **Chamusca**; da organização local da **Volta do Val/Couço**; das freguesias de **Almôster e Arnelas das Milharças/Santarém**; da freguesia de **Riachos/Torres Novas**; assembleia concelhia de **Vila Nova de Ourém**.

• SETÚBAL

Assembleias das organizações do centro de **Alcochete, Fonte/Passil, Bairro Valbom e Pão Salão, Coopabitação** — CT Alcochete, 21.00; dos trabalhadores das autarquias de **Almada** — CT concelhio, 21.30; da freguesia de **Cacilhas** — CT conc. Almada, 21.30; da freguesia do **Feijó** — CT Feijó, 21.30; plenário de quadros de **Almada** — CT concelhio, 14.30; plenário concelhio com **organismos de direcção** — CT concelhio de Almada, 19.30, com a participação de **Domingos Abrantes**; reunião da freguesia do **Alto Seixalinho/Barreiro** — CT concelhio do Barreiro, 15.00; reuniões em **Aldeia do Futuro/Grândola** — 21.00; **Cadoços-Coop. 18 Agosto** — 15.00; **Santa Margarida/Grândola** — 21.00; das freguesias de **Sarilhos Pequenos e Gaio Rosário/Moita** — CT da Moita, 21.00; plenário da freguesia de **Palmela** — CT Palmela; da freguesia de **Pinhal Novo** — CT Pinhal Novo, 15.00; da freguesia da **Amora** — Clube Recreativo da Cruz de Pau, 15.30.

• VILA REAL

Reunião da Org. de **Vila Real** para debate do Programa — CT, 21.30.

• VISEU

Assembleias plenárias das organizações concelhias de **Moiçimenta da Beira e Cernancelhe**; da organização de freguesia de **Abrazeiros/Viseu** — 21.00.

• BRAGA

Reunião da Org. Concelhia de **Guimarães**.

rães — Escola João Meira, 14.30.

• CASTELO BRANCO

Reunião das Organizações das freguesias de **Sobral de S. Miguel, Aldeia de S. Francisco de Assis, S. Jorge da Beira, Ourondo, Casegas** — sala do Cinema da Panasqueira, 14.00.

• COIMBRA

Reunião plenária da organização da freguesia de **Sousela/Coimbra** — 21.00; das organizações locais de **Senhor da Serra e Semide/Miranda do Corvo** — Senhor da Serra, 15.00; das freguesias de **Oliveira do Mondego, Travanca do Mondego e S. Pedro d'Alva** — Travanca do Mondego, 10.00; da freguesia de **Dornelas do Zêzere/Pampilhosa da Serra** — 15.00; da freguesia de **Buarcos** e célula da **Cimpor/Fig. da Foz** — 10.00.

• FARO

Assembleia plenária dos sectores **Conservas, Pescadores, Mariscadores e Pescru/Olhão** para debate do Programa — CT de Olhão, 9.30.

• GUARDA

Reunião dos militantes da freguesia de

Sameiro; do concelho de **Meda**; de **Vila Nova de Foz Coa e Pocinho** — sede da Junta de Freguesia; das freguesias de **Almendra e Castelo Melhor**.

• LEIRIA

Encontro Distrital de Jovens Comunistas, para debate dos problemas da juventude e Congresso do PCP. No Centro Comercial D. Dinis a partir das 10.00.

• LISBOA

Reunião plenária das células de **S. Domingos de Rana, Zambujal e Caparide/Cascais** — Associação de Educação Popular do Zambujal, 15.00; da organização de **Maçussa/Azambuja**; de residentes de **Mogos, Santa Eulália, Santa Cruz e Casalinho** do concelho de Vila Franca de Xira — Mogos, 21.00; de **Jovens do PCP residentes em Oeiras** — CT Algés, 15.00, com a participação de **José Casanova**; da freguesia de **Carcavelos** — Colectividade GIMB da Rebelva, 10.00; da organização do **Catujal** — sala da Junta de Freguesia, 10.00.

• PORTALEGRE

Reunião plenária em **Avis** — CT, 20.30; em **Póvoa**

/Castelo de Vide — 20.00; em **Santo António das Areias/Marvão** — 10.00.

• PORTO

Assembleia plenária de militantes da freguesia da **Foz do Sousa** — Lugar de Quintas, 9.30; da organização do **Bairro de S. João de Deus**.

• SETÚBAL

Reunião plenária de militantes da **Cova da Piedade** — CT conc. Almada, 21.30.

• VISEU

Reunião da organização de freguesia de

Rio de Loba — 10.00; assembleia plenária da organização concelhia de **Tondela** — Campo de Besteiro, 16.00; plenário da freguesia de **Santar/Nelas** — Junta de Freguesia, 15.00.

Segunda

• BEJA

Plenário da célula dos reformados de **Aljustrel** — no CT, às 15.00.

• BRAGA

Reunião dos militantes de **Barcelos**, 21.00.

De Almada à Golegã

A Comissão Concelhia de Almada do PCP tem um convite que dirige a todos os interessados através das colunas do «Avante!»: a participação num convívio que inclui excursão à Golegã por ocasião da Feira de S. Martinho, a 12 de Novembro próximo.

Trata-se de uma iniciativa integrada na campanha de fundos em curso no distrito de Setúbal para o novo CT da DORS. É o seguinte o itinerário da excursão à Golegã: saída às 7.30 h do Centro concelhio (Pombal), seguindo por Lisboa, Vila Franca de Xira, Carregado, Cartaxo, Santarém e Golegã. Preço da viagem: 900 escudos. Não perca a Feira de S. Martinho e prove as castanhas!

• COIMBRA

Reunião plenária da organização local de **Moinhos/Miranda do Corvo** — 20.30; reunião plenária da Com. Concelhia da **Figueira da Foz**.

• ÉVORA

Reunião da célula dos trabalhadores da **Administração Local de Montemor-o-Novo** — no CT, 20.30; reunião da Org. de **Graça do Divo**; do sector de **Serviços de Évora**, no CT da Rua de Aviz, 16.00; Assembleia concelhia de **Reguengos de Monsaraz** — Centro de Trabalho, 21.00.

• GUARDA

Reunião plenária da organização das freguesias de **Freixo e Touça**.

• LISBOA

Assembleia plenária da freguesia de **Vila Nova da Rainha/Azambuja** — 21.00; da célula dos **Músicos, Cineastas, Editores e CIC do Sector Artes e Letras/Lisboa** — CT Vitória, 18.30, com a participação de **José Casanova**.

• PORTALEGRE

Reunião dos militantes da freguesia de **Alcorrego/Avis** — sede da Junta de Fre-

guesia, 20.30; da freguesia de **Benavila/Avis** — Centro de Trabalho, 20.30.

• PORTO

Reunião ampla de **professores de Póvoa de Varzim** — Centro de Trabalho da Póvoa de Varzim, 21.30; reunião plenária dos sectores **Comércio/Escreitório e Serviços do Porto** — CT da Rua do Almada, 21.30; reunião da Com. de **Zona da Lomba/Bonfim** — CT Barão de S. Cosme, 21.30.

• SANTARÉM

Reuniões em **Frades de Baixo, Frades de Cima**, no lugar do **Casalinho**.

• VISEU

Reunião de militantes da freguesia de **Vila da Ponte/Cernancelhe**; da freguesia de **Mesquitela/Mangualde**.

Terça

• COIMBRA

Reunião dos militantes da zona de **Levedas/Lousã** — 15.00.

• ÉVORA

Reunião da org. de **Azaruja** — na Sociedade, 20.30; do **Sector Intelectual de Évora** — no CT, 21.00; do sector **Domésticas de Montemor-o-Novo** — Biblioteca, 15.00.

• LEIRIA

Reunião de militantes em **Monte Real** — 21.00.

• LISBOA

Reunião da organização de **Porto Salvo/Oeiras** — CT, 21.30; da **juventude comunista do concelho de Vila Franca de Xira** — CT Alhandra, 15.00.

• VISEU

Assembleia plenária da organização concelhia de **Resende** — Casa do Povo, 15.00; reunião da organização de freguesia de **Granjal/Cernancelhe**.

Quarta

• COIMBRA

Reunião plenária das células dos **professores das escolas secundárias José Falcão, Brotero e D. Maria/Coimbra** — CT Coimbra, 21.00.

• ÉVORA

Reunião das organizações de **Azaruja e S. Miguel de Machete**, das organizações de **Valverde e S. Brás** — Casa do Povo, 20.30; reunião plenária do **Sector Intelectual de Évora** — CT, 21.00; da célula de **Reformados de Évora** — CT, 15.00.



Projecto de Programa do PCP

Portugal:
uma democracia avançada
no limiar do século XXI

Projecto de Alterações aos Estatutos do PCP

TESES

para o
XII Congresso do PCP



.Participar .Intervir .Propor

• LEIRIA

Plenário da célula da **Segurança Social** — 21.00.

• LISBOA

Reunião da célula do LNEC — no local, 13.00; da célula da RTP — CT Vitória; da Amal e outras empresas da zona — no CT, 19.00; de empresas da Indústria Farmacêutica — da 3.ª Zona da OLL — CT Vitória, 18.30; de empresas do Ramo Automóvel da 3.ª Zona — CT Campolide, 19.00; da célula do Hospital de Santa Marta — CT Vitória, 17.00; do Instituto de Seguros de Portugal — CT António Serpa, 17.30; do Centro Nacional de Pensões — CT António Serpa, 12.00; das células de empresas de Seguros Privadas Norte do S. Seguros de Lisboa — CT António Serpa, 17.30; do núcleo da RN Tours do S. Transportes — 13.00; do núcleo da CP/Rossio — CT Chiado, 13.00; do núcleo da EDP/Fontes Pereira de Melo — CT Duque de Loulé, 12.30; dos núcleos da EDP do Marquês de Pombal, Defensores de Chaves, Rosa Araújo e Casal Ribeiro — CT Duque de Loulé, 18.30; do núcleo da EDP/Amadora — CT Amadora, 18.30; da célula da Icosal/Que-luz — CT Queluz, 18.00; da célula do BBILisboa — CT Chiado, 17.30.

• PORTALEGRE

Reunião da célula do Hospital de Portalegre — CT, 21.00.

• PORTO

Reunião plenária dos camaradas da Função Pública/Porto — CT Boavista, 21.30.

to — CT Rua do Almada, 18.00; da célula da CM do Porto — CT Boavista, 18.30; dos professores do Porto — CT Boavista, 21.30; do sector Quadros Técnicos — CT Boavista, 21.30.

• VISEU

Reunião de militantes da freguesia de Almeida/Mangualde — 21.00.

Quinta

• ÉVORA

Plenário do Sector Industrial — CT da Rua de Aviz, 20.30

• FARO

Plenário da célula dos Bancários/Faro — CT Faro, 17.30; do sector Escritórios, Caixeiros e Vendedores — 21.30; da organização de Mulheres — 21.30; assembleia plenária da organização da freguesia de S. Sebastião/Loulé — 21.00.

• LISBOA

Reunião plenária da organização de Quebradas/Azambuja — 21.00; de células de Torres Vedras: Casa Hipólito, FAS, F.D. Portos, Damião — CT Torres Vedras, 18.15; das células da CM e SM, dos CTT e União/Torres Vedras — CT Torres Vedras, 18.15; dos camaradas da DGAP, PR e MNE — CT Alcântara, 18.30; da célula do Património do S. Artes e Letras ORL; do Subsector do Turismo — CT Duque de Loulé, 19.00; da célula dos trabalhadores da AIL — CT Vitória, 18.30; células de vários hospitais e serviços de Saúde — CT Vitória, 17.30; célula da TAP — 18.00; célula da CM e SMAS de Vila Fran-

ca de Xira — Refeitório da CM/AMAS, 18.00; núcleos da Carris de Miraflores e St.º Amaro — CT Alcântara, 18.30; militantes das freguesias de St.ª Maria e S. Martinho e célula da CM de Sintra — CT Sintra, 21.30; célula do CRSS no Areeiro — CT Vitória, 18.30; célula CRSS na Almada — Centro de Reformados da Almada, 12.00; célula do Bairro da Mina/Amadora — CT Amadora, 21.30; plenário de militantes de Vila Franca de Xira — CT VF Xira, 21.30; militantes célula da Mague residentes em VF Xira — CT VF Xira, 21.30; célula da Hotelaria/Cascais — CT Cascais, 15.30; reunião dos secretários de células do S. Público — CT Alfama, 19.00; militantes do P. na EPAL/Lisboa — CT Vitória, 18.30; célula ARS S. Saúde/Lisboa — CT Vitória, 21.00; célula Hospital Santa Maria — CT Vitória, 21.00; célula da Icosal/Lisboa — CT Chiado, 18.00; militantes da célula da Tudor residentes no Carregado — CT Carregado, 21.00.

• PORTO

Assembleia plenária de militantes da CM e dos Serviços Municipalizados de Gondomar — CT de S. Cosme, 18.00; assembleia plenária da célula dos STCP/Porto — CT Boavista, 18.30.

• SETÚBAL

Reunião da organização da Saúde do concelho de Almada — CT concelho de Almada, 21.30; assembleia da célula da Incrível Almadense — CT concelho, 21.30.

Sexta

• BRAGA

Assembleia plenária de militantes do concelho de Braga — 21.30, CT Braga.

• CASTELO BRANCO

Assembleia plenária das organizações de Tortosendo, Domingos, Vales do Rio, Peso, Coutada, Barco, Paul, Erada, Unhais da Serra e Cortes do Melo — CT Tortosendo, 21.00.

• ÉVORA

Reuniões plenárias das organizações de Glória/Estremoz e Cabeção/Mora — ambas às 20.00; de Alcáçovas/Viana — Junta de Freguesia, 20.30; das células de várias empresas de

Montemor-o-Novo — Biblioteca de Montemor-o-Novo, 20.30.

• FARO

Reunião plenária de professores e quadros técnicos/Faro — 21.30; da organização de freguesia de S. Clemente/Loulé — CT Loulé, 21.00; da organização da cidade de Vila Real de St.º António — CT, 21.00.

• LISBOA

Reunião plenária da organização da Brandoa — Pavilhão dos Reformados da Brandoa, 21.30; das freguesias de Monte Redondo, Matações e Charneca/Torres Vedras — 21.00; das freguesias de A-dos-Cunhados, Silveira e Ponte Rol/Torres Vedras — Santa Cruz, 21.00; da célula do Ensino Primário do S. Professores Lisboa/CT Vitória, 18.30; das células de empresa da freguesia da Brandoa — CT Pontinha, 18.00; dos Comités Locais de Cruz Quebrada, Algés, Queijas e Carnaxide, para eleição de delegados; da freguesia de S. João/Lisboa

— Salão da Junta de Freguesia, 21.00; células de Benfica — CT Benfica, 21.00; células de S. Domingos de Benfica — CT Sete Rios, 21.00; da freguesia de Santo Condestável — 21.00; de Olivais Sul; de Fátima — no CT Soeiro Pereira Gomes, 21.30; da organização de Sobralinho/VF Xira — CT Sobralinho, 21.00; de militantes do P. na Solvay residentes em Alverca, VF Xira e Alhandra — CT Alhandra, 21.00; células de empresa da Póvoa de Santa Iria — CT Póvoa, 18.00; camaradas da Solvay residentes em St.º Antão, Zambujal e S. Julião/VF Xira — CT S. Julião do Tojal, 21.00; organização de S. João dos Montes/Subserra — 21.30; núcleo das Doenças Profissionais — CT António Serpa, 12.00; da or-

Agenda

Avante!

XII
congresso
PCP

ORLEI

A preparação do XII Congresso mobilizará neste próximo fim-de-semana organizações e militantes nos concelhos de **Caldas, Marinha Grande, Porto de Mós, Peniche e Batalha**. No domingo decorrerá no Centro Comercial D. Dinis, na cidade de Leiria, um encontro distrital de jovens comunistas.

ganização da freguesia da Venteira — CT Amadora, 21.00; da célula do Banco Totta & Açores — CT Chiado, 17.30; de militantes da célula da Mague residentes em Alverca — CT Alverca, 21.30; dos militantes de Carregado, Cadafais, Carnota/A-

lenquer — Casa do Povo do Carregado, 21.00; da organização de Abrigada/A-lenquer — 20.00; de S. João das Lampas e Terrugem/Sintra — CT S. João das Lampas, 21.00; de militantes do Partido resi-

centes em A-dos-Bispos/VF Xira — 21.00.

• PORTALEGRE

Reuniões plenárias das organizações de Valongo e Figueira e Barros/Avis — ambas às 20.30; de S. Salvador e St.ª Maria/Marvão; da célula da Câmara Municipal de Portalegre — CT, 21.00

• PORTO

Assembleia plenária de militantes da freguesia de S. Pedro da Cova — salão da Junta de Freguesia, 21.30; do concelho de Póvoa de Varzim — Salão da Filantrópica, 21.30; das células de empresas da Via Rápida e Fapobol — CT Boavista, 18.00; da freguesia da Sé/Porto — 21.30; de Lordelo do Ouro — Junta de Freguesia, 21.30; de militantes da zona das Antas — 21.30; das organizações de Recarei, Aguiar de Sousa e Sobreira/Paredes — Escola Primária da Portela, 21.30.



Projecto de

Programa do PCP

Portugal:
uma democracia avançada
no limiar do século XXI

XII
congresso
PCP

(Documento proposto pelo Comité Central
para debate em todas as organizações)

Projecto de

Alterações aos Estatutos do PCP

TESES

para o
XII Congresso do PCP



TV O Programa

Quinta

27

RTP1

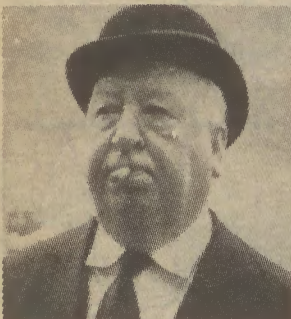
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra» (139.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série: «Ilha da Fantasia» (17.º epis.)
14.15 - O Regresso de Antílope
14.00 - Musical: Alice Cooper
16.00 - A Última Fronteira
17.00 - Ponto Por Ponto
18.30 - Brinca Brincando
18.15 - Tempos Modernos
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela: «Passerelle»



21.15 - Série: «Os Amores de Napoleão e Josefina»
22.10 - Musical: Charles Aznavour
23.20 - 24 Horas
23.55 - Remate.

RTP2

15.00 - Série: «Filhos e Filhas»
15.25 - Série: «Joana»
16.00 - Série: «Quem Sai aos Seus» (18.º epis.)
16.55 - Telenovela: «Helena» (82.º epis.)
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Série: «A Malta de Bronx» (19.º epis.)
19.00 - Music Box
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Série: «Maude»
21.55 - Hora da Verdade



22.50 - Hitchcock Apresenta.

Sexta

28

RTP1

10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série: «A Herança dos Guldenburgs»
14.15 - Fantasia e Realidade
15.00 - Musical: Nick Kershaw
16.00 - A Última Fronteira
16.30 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.15 - Tempos modernos
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela: «Passerelle»
21.05 - Telemundo
21.35 - Teatro Português: «Criada Para Todo o Serviço»
00.05 - 24 Horas
00.35 - Remate
00.50 - Pela Noite Dentro: «Crime Passional». Real. de Larry Elikann (EUA/1986).

RTP2

15.00 - Série: «Filhos e Filhas»
15.25 - Agora Escolha!
16.55 - Telenovela: «Helena»



«Salta-Pocinhas — raposa pintalegre, senhora de muita treta», como a contou Aquilino Ribeiro, agora em desenhos animados, numa adaptação para televisão. Sábado, RTP-1

RTP2

09.00 - Compacto «Totally Live»
12.00 - Série: «A Nossa Turma»
13.05 - Compacto «Selva de Pedra»
16.00 - Estádio
20.00 - Music Box
20.50 - Elogio à Leitura
22.00 - Série: «Hill Street» (9.º epis.)
22.05 - Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

09.50 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70 x 7
12.30 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - Série: «Quanta Água Correu Debaixo da Ponte» (3.º epis.)



14.00 - Série: «O Primeiro Paraíso» (3.º epis.)
15.00 - Primeira Matinée: «A Batalha de Trafalgar». Real. de Alexandre Korda (EUA/1941)
17.10 - Clube Amigos Disney
19.10 - Série: «O Justiciero»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.45 - Série: «Mala de Cartão»
21.55 - Série: «Regresso a Casa»
23.00 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
11.00 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
13.30 - Troféu: Grande Prémio de Japão em Fórmula 1
17.00 - Ideias & Negócios
17.50 - Série: «A Bela e o Monstro» (11.º epis.)
18.40 - Série: «Século XX»
19.35 - Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa
20.05 - Série: «Quem Sai aos Seus...»



20.30 - Artes e Letras: «Documento Pasolini»

22.00 - Cineclube: «Pocilga». Real. de Pier Paolo Pasolini (Itália-França/1969)
00.10 - Magazine Cinema
00.35 - Música n'América.

Segunda

31

RTP1

10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «O Império de Carson»
14.20 - Série «Um Amigo Especial»
15.00 - Musical - Angel Romero
16.00 - A Última Fronteira
16.30 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.15 - Tempos Modernos
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Passerelle»



21.10 - Série «Norte e Sul» (4.º epis.)
23.00 - Os Últimos Baleeiros
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate.

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Telenovela «Helena»
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Série «Damon e Debbie»
19.00 - Music Box
19.55 - Série «O Fugitivo»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Série «Maude»
22.00 - Conta-Corrente (Magazine de Economia)
22.35 - Bailado - Baryshnikov e o American Ballet Theatre dançam coreografias de Balanchine para peças de Stravinsky e Gershwin.

Terça

RTP1

10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «Dallas»
14.10 - Superavozinha
16.00 - Série «Última Fronteira»
16.30 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.15 - Tempos Modernos
19.30 - Telejornal

20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vamos Jogar no Totobola
20.35 - Telenovela «Passerelle»



21.10 - Série «Modelo e Detective»
22.10 - Primeira Página
23.10 - Série «Tribunal de Polícia»
23.40 - 24 Horas
00.10 - Remate.

RTP2

15.00 - Série «Filhos e Filhas»
15.25 - Elogio à Leitura
15.50 - Primeiro Andamento - Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa
16.25 - Lá Em Casa Tudo Bem...



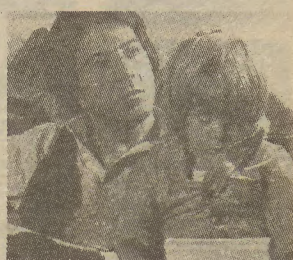
16.55 - Telenovela «Helena»
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Music Box Especial («Via Rápida»)
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Série «Maude»
21.55 - Cinemadols «A Sereia do Mississippi», real. François Truffaut, interp. Catherine Deneuve e Jean-Paul Belmondo (França/1969).

Quarta

2

RTP1

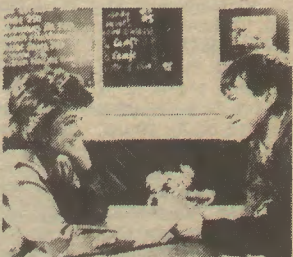
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «Fama»
14.15 - Série «A Viagem do Mimi»
15.00 - Musical - Fats Domino
16.00 - Missões de Paz
16.30 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.15 - Tempos Modernos
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vamos Jogar no Totobola
20.35 - Telenovela «Passerelle»



21.30 - Lotação Esgotada «Kramer Contra Kramer», real. Robert Benton, interp. Dustin Hoffman e Meryl Streep (EUA/1979)
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate.

RTP2

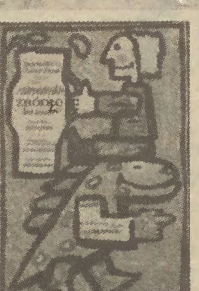
15.00 - Série «Filhos e Filhas»
16.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Telenovela «Helena»
17.30 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Série «A Rota da Seda» (2.º epis.)
19.00 - Music Box
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Série «Maude»



22.00 - Série «Joana»
22.50 - Magazine de Teatro.



Exposições



Cartazes de Teatro Polacos na Costa da Caparica

• LISBOA

Alfredo Luz — Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Amie Yoes — Escultura. Ga. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 30/10).

António Dacosta — Pint. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00. Sáb. das 10.00 às 13.00 (até 10/11).

Ausenda Coelho de Castro/Valente Alves — Fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00 (até 9/11).

Catarina Baleiras e Pedro Campos Rosa — Escultura. Gal. Quadrum, R. Alberto de Oliveira, 52. 2.ª a 6.ª 10-13.00 e 15-19.00. Sáb. 15-19.00 (até 29/10).

Cartazes de Propaganda do Estado Novo 1933-1949. Biblioteca Nacional (Campo Grande) de 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 16.00 (até 12/11).

Colectiva — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

Colectiva — Trabalhos de Victor Belém, Rogério de Freitas, Júlio Quaresma, Isabel Mendes Ferreira e Helena Sá. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51.

Colectiva de Pintura — Obras de Ema Parreira, Mateus Beza, Paula Mendes, Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira (até 30/10).

Colectiva de Pintura — Obras de Armando Alves, Darocha, Domingos Pinho, João Penalva, Júlio Resende, Maria José Aguiar, Mário Américo, Noronha da Costa, Pedro Tudela, Rogério Ribeiro, Zulmira de Carvalho. Gal. DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro — No Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Eduardo Santos Neves — Pintura. Galeria Voz do Operário, R. V. Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 8/11).

Escultura Portuguesa dos Séc. XIII a XVIII, Museu de Arte

13.00 e das 15.00 às 19.30, 2.ª só de tarde (até 5/11).

Imagens no Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga. R. Janelas Verdes (até Março).

José Faria — Pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 29/11).

José Mouga — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às

posições Temporárias da Gulbenkian, R. Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Luís Cruz — Escultura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 30/10).

Margarida Tengarinha — Pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes. R. Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 30/10).

Oskar Pinto Lobo — Retrospectiva de pintura. Museu de Arte Contemporânea da Gulbenkian (até 20/11).

Rocha Pinto — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A (até 30/10).

Ruben Nakian (escultura) — Na Gulbenkian, das 10 às 17 horas, encerra à 2.ª e à 4.ª e sáb. de manhã (abrindo até às 19). (até 13/11).

Susana Barros — Cerâmica. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picos. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00 (até 28/10).

Tomás Henriques — Pintura. Gal. Miron, R. Mirante, 14-r/c E. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/10).

Tonalidades — Exposição sonora. Instituto Franco-Português, Av. Luís Blvar, 91 (até 28/10).

Traje de Ópera — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e 14.30 às 17 (até Novembro).

Vieira da Silva — Livraria Barata, Av. Roma, 11 (até 29/10).

Xana — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 5/11).

• PORTO

Cabrita Reis — Pintura. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb.

das 14.30 às 20.00 (até 29/10).

Noronha da Costa — Pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30 (até 2/11).

• OUTRAS LOCALIDADES

João Cutileiro — Escultura. Centro Cultural S. Lourenço. ALMANSIL. 1.ª Bienal Muni-

pal de Gravura (obras a concurso e artistas convidados), Galeria Municipal/Recreios Desportivos (até 30/11) — AMADORA.

Dario Alvarez (Colômbia) — Pintura e gravura. Biblioteca Municipal do Barreiro. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14.00 às 23.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 30/10) BARREIRO.

Lagoa Henriques — Desenho e escultura. Gal. Vértice, Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 11.00 às 19.00 (até 15/11) CASCAIS.

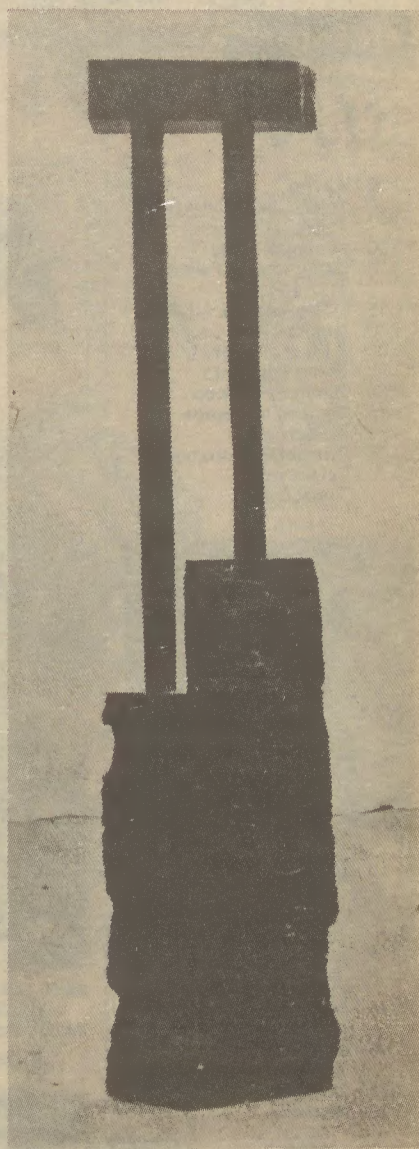
Cartazes de Teatro Polacos. C. Com. «O Pescador», Pr. Liberdade. De 2.ª a 6.ª das 21.00 às 23.00 DOM. DAS 16.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 30/10) — COSTA DA CAPARICA.

Loures em imagens do passado — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — até 10/12, de 3.ª a dom., das 10 às 17 horas, no Museu Municipal/Casa do Adro — LOURES

Caricatura Portuguesa — Colectiva. Museu Municipal de Sintra (até 27/10) SINTRA.

Georges Haefeli (Suíça) — Colagens e guaches. Gal. Spatium, R. Jacques Pessoa, 17 (até 15/11) TAVIRA.

Colectiva de Pintura. Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00, dom. das 16.00 às 19.00. TORRES VEDRAS.



Escultura de Luis Cruz



Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Olhos Negros	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Milho Vermelho	—	—	—	—	★★★★
C	A Última Tentação de Cristo	—	★★★★★	★★★	★★★	—
D	Frenético	—	★★★	★★★	★★	★★★

A — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).

B — Real. Zhang Yimou — em Lisboa: **Quarteto** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).

C — Real. Martin Scorsese — em Lisboa: **Alfa** (15.15, 18.15, 21.30, 00.30), **Apoio 70** (15.15, 18.15, 21.30), **Mundial** (15.15, 18.15, 21.30), **S. Jorge** (14.30, 17.45, 21.00).

D — Real. Roman Polanski — em Lisboa: **Amoreiras** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Fonte Nova** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45).

Classificação de

**
*

Teatro

O Cartaz

...e ainda

Música, debates, etc.



LISBOA

CAM - Sala Polivalente, Gulbenkian, **Erros meus, Má Fortuna, Amor Ardente**, de Natália Correia, enc. Carlos Avilez (estreia hoje)

Casa dos Tabuenes, R. Poais de S. Bento, 75-B, 2.º a 6.º e sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvana Pereira, pelo Teatro Maizum.

Comuna, Praça de Espanha, De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna. - 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Nora**, texto de Gonçalo Mendes Trancoso, dramaturgia e encenação de João Brites, pelo grupo O Bando.

Mãe d'Água das Amoreiras, Rua das Amoreiras, 101. 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. às 17.00 e 21.00, dom. às 15.30 e 17.30. **Um para o Caminho**, de Harold Pinter, enc. Fernando Corte-Real.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., 21.30: **O Baile**. Guião e enc. de Helder

Teatro Nacional D. Maria II, Sala Garrett, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de Francisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **Zerlina**, de Hermann Broch, enc. João Perry, interpr. Eunice Muñoz e Alexandre Melo.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00: **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, e Nuno Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

PORTO

Audatório Carlos Alberto, R. das Oliveiras, 43. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de

Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Sá da Bandeira, R. Sá da Bandeira, 10. 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30: **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira e H. Santana, enc. Paulo César.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. 3.ª a sáb. 21.30, dom. às 16.00: **As Velhacarias de Scapin**, de Molière, enc. Júlio Castronuovo. Pela Companhia de Teatro de Almada.

PARA CRIANÇAS

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb. e dom. às 16.00. **A nuvem que não queria chover**, de Fernando Bento Gomes, encenação Kim Cachopo.

Cinema de Mikhailov

Para reinício das suas actividades, o ABC Cineclube de Lisboa promove no Cinema Quarteto, em cinco sextas-feiras consecutivas, a exibição de outros tantos filmes do cineasta soviético Nikita Mikhailov. A primeira é já amanhã, dia 28, às 18.45, com a projecção da obra «Amigo para os inimigos», inimigo para os amigos» (1974).

Mikhailov, recorda-se, obteve grande aplauso internacional com «Olhos Negros» (Otgli Tchorni), o seu mais recente filme, de produção italiana e agora estreado no nosso país. Possui uma filmologia de mais sete filmes, todos de produção soviética de que apenas dois foram divulgados entre nós: «Escrava do Amor» e «Peça Incompleta para Piano Mecânico».

dos os amigos que queiram aparecer.

Música

No Coliseu, já nos próximos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro, a música de Rui Veloso, depois de longa tournée que o levou a dezenas de localidades um pouco por todo o País. O Porto, mais precisamente o Rivoli, também acolherá Rui Veloso, desta feita dias 5, 6 e 7 de Novembro.

«Música em Diálogo», assim se chama a série de encontros a que estará presente o maestro José Atalaya, todas as quartas-feiras, até final do mês de Dezembro. O primeiro é no dia 2 no Auditório da Sociedade Filarmónica da Amadora, estando os restantes encontros marcados para a Escola Preparatória de Alfragide.

Prosseguindo a

Temporada de Música e Bailado 1988/89 a Fundação Calouste Gulbenkian promove hoje, amanhã e sábado a apresentação de concertos com a orquestra Gulbenkian, dirigida pelo maestro Walter Weller. Serão apresentadas peças de Mozart e Beethoven, tendo como solista a pianista Maria João Pires. No dia 2, na Igreja de S. Roque, apresenta-se o Coro Gulbenkian sob a direcção do maestro Jorge Matta, interpretando composições de Diogo Melgás e João Lourenço Rebelo. Nos dias 3 e 4, no Grande Auditório da Fundação, a Orquestra Gulbenkian dirigida pelo maestro Muhai Tang e tendo como solista ao piano Ju Hee Suh, interpretará obras de Rossini, Mendelssohn, Sibelius e Schubert.

«Fado» no Centro de Trabalho do PCP

na 6.ª Zona, situado no Lumiar, no próximo domingo vai haver fado-amador. Aprazado para as 16 horas, o evento, garantem os organizadores, proporcionará bons momentos de convívio e permitirá recolher fundos que se destinam a preparar o XII Congresso do PCP.

Teatro

No Mercado de Teatro, em Sintra, haverá a partir de hoje um pequeno ciclo de teatro vicentino cujas sessões terão início sempre às 15.00. Prologando-se até ao dia 29, sábado, este ciclo tem o seguinte programa: dia 27, «O Velho da Horta» pelo Teatro da Meia Lua; dia 28, «O Juiz da Beira» pelo Centro Cultural de Évora; dia 29, «O Auto da Índia e a Farsa dos Físicos» pelo Teatro da Rainha.

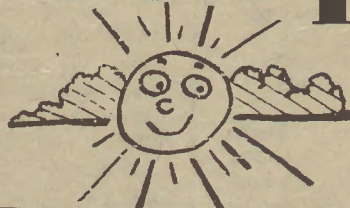
A «Festa do Teatro de Amadores, Carnide 88» termina este fim-de-semana após a apresentação de 23 espectáculos, onde estiveram incluídos dois grupos estrangeiros, um da Venezuela e outro de Espanha. O programa de sexta-feira, é preenchido com a apresentação de «Hamlet» de William Shakespeare, às 21.30, no Teatro do Colégio Militar. No sábado, às 16.00, será a vez do Grupo Meia Lua levar à cena «O Mar» de Miguel Torga e de à noite o Teatro Experimental de Mortágua apresentar a «Forja». No domingo o Grupo de Teatro de Carnide apresenta às 16 horas a sua peça infantil «Tric-Trac/Terra Doce, Amargo Sabor» e à noite será o Grupo de Teatro da SFUAP que apresentará a peça «Restos» de Bernardo Santarém.



Artesanato de Cabo Verde

Promovida pela Associação de Amizade, decorre hoje nas suas instalações a partir das 21 horas uma sessão cultural sobre artesanato caboverdiano. Uma magnífica oportunidade para conhecer mais de perto a vida cultural deste povo através das palavras da Dr.ª Maria Everilde Miranda da Silva, recentemente regressada daquele país, e da obra da artista Maria de Lurdes Vieira. O convite é para todos os sócios da AAP/CV e para to-

Tempo Fim de Semana



Sábado — Céu geralmente muito nublado, vento moderado de Sueste, possibilidade de chuva fraca no litoral do Cabo Carvoeiro.

Domingo — Céu geralmente muito nublado, vento moderado de Sueste, possibilidade de chuva no litoral Oeste.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

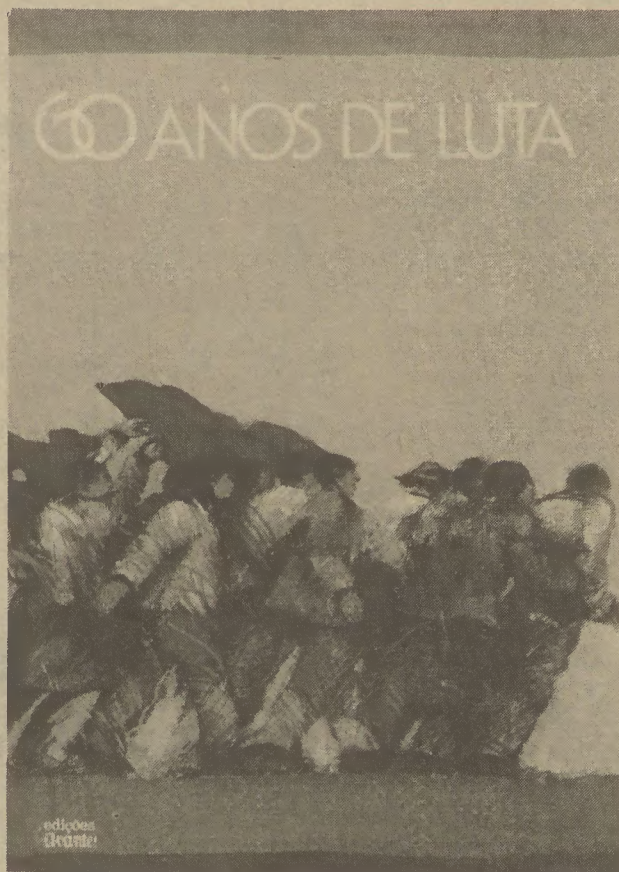
PODER LOCAL PRESENTE E FUTURO

Documentos do Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local 4 de Junho de 1988

Poder Local, Presente e Futuro é mais um oportuno título da colecção «Contribuições para o XII Congresso do PCP», das Edições Avante! Ao longo de 190 páginas encontramos a principal documentação do Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local, realizado em 4 de Junho deste ano.

Índice:

- Intervenção de abertura, **Luís Sá**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Lisboa, **Jorge Cordeiro**
- Juventude e Poder Local, **Luís Guerreiro**
- O PCP e o Poder Local na Região Autónoma dos Açores, **Artur Afonso**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Santarém, **Armindo Pinhão**
- A acção dos comunistas na Assembleia da República em defesa e na construção do Poder Local, **João Amaral**
- O PCP e o Poder Local no Algarve, **José Cruz**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Leiria, **José Luís M. Sousa**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Setúbal, **Maria Emília Sousa**
- O PCP e o Poder Local no distrito do Porto, **António Macedo Varela**
- O PCP e o Poder Local na Beira Litoral, **Jorge Gouveia Monteiro**
- As Mulheres e o Poder Local, **Regina Marques**
- Cooperação intermunicipal, **Eufrázio Filipe**
- O PCP e o Poder Local em Trás-os-Montes, **Serafim Brás da Silva**
- O PCP e o Poder Local na Beira Interior, **João Prata**
- A acção dos eleitos comunistas na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, **Daniel Branco**
- O PCP e o Poder Local no Minho, **António Vieira**
- O PCP e o Poder Local no Alentejo, **Abílio Fernandes**
- Intervenção de encerramento, **Carlos Costa**
- O PCP e o Poder Local. O período de 1984-1988 e as perspectivas futuras de trabalho.



Uma obra fundamental

edições Avante!

aTV

Um cheirinho a debate

Então foi o debate.

Habitualmente, vão lá dois dos presentes: José Miguel Júdice e Cáceres Monteiro. O outro, puxando o máximo pela memória, não me recorde de ver envolvido em nenhum debate na TV. Refiro-me a António Borge de o diário.

A sua presença foi de grande utilidade, não apenas pelo que disse, como pelas pistas que forneceu à audiência, para se orientar no complicado labirinto da política que a RTP contribui para enredar.

Recordo, por exemplo, o seu sorriso, quando C. Monteiro declarou que o PS, com a alteração à Lei Eleitoral, pretendia ajudar os pequenos partidos...

Partiu depois para a discussão dessa tal alternância tão desejada por aquele partido. Não se trata de uma alternativa real, que tem a ver com uma opção de conceitos, enquanto a **alternância** tem a ver com uma opção de clientelas.

De facto, a **alternância** não passa de uma artimanha do capitalismo para, nos momentos de crise, canalizar o descontentamento popular de modo a salvaguardar os interesses do próprio capitalismo.

Verifique-se que, fora das épocas de crise aguda, a alternância não é precisa para nada. Lembremo-nos da senhora Thatcher e do Reagan. Se não há vantagem em mudar, porque é que iam mudar...

A pista lançada pelo director de o diário lança alguma luz sobre certos acontecimentos, aparentemente sem explicação imediata...

Operação em marcha

Vem a propósito sublinhar o estranho mistério da informação da RTP.

Particularmente desde que começou a falar-se com mais insistência na revisão constitucional, tem-se anotado maior presença do PS nos blocos informativos.

Perante qualquer acontecimento de carácter político ou económico, se se pretende apresentar uma oposição ao Governo, é ao PS a que se recorre...

O caso torna-se mais evidente em relação a Vítor Constâncio. É raro, ultimamente, o **telejornal** em que, a propósito de tudo e de nada, não compareça Vítor Constâncio, o único político que pode, agora, competir com Cavaco Silva nas idas ao **telejornal**. Posso mesmo adiantar uma «lei» que resulta da minha experiência: quanto mais o partido de Constâncio se aproxima do Governo de Cavaco, mais Vítor Constâncio aparece na televisão a falar contra o Governo...

Tudo se passa como se a informação na RTP procurasse meter na cabeça dos portugueses a conclusão de que, tirando Cavaco, de um lado, e Constâncio do outro, não há outra solução realista no nosso país. Que não há mais nada. Mais ninguém. É tudo paisagem...

Está pois em marcha, na RTP, uma operação para manipular os votos em próximas eleições.

E o mais incrível de tudo é que, a todo o momento, os responsáveis da RTP fazem gala da sua «independência»...

Benefício da dúvida? Qual dúvida?...

Na rubrica **Parlamento** estiveram dois deputados: Carlos Carvalhas, do PCP, e Gameira Santos, do PS.

Em discussão estava o IVA e, em particular, as cargas que oneram as próteses e outros utensílios dos deficientes, e o material dos bombeiros. Pretendia-se compreender as razões que levaram o PS a abster-se na votação parlamentar.

O deputado Gameira Santos mais não fez do que enterrar ainda mais o seu partido, como Carlos Carvalhas a propósito sublinhou.

De facto, por um lado o Governo é um malandro, não tem uma política própria, muda de posição de um dia para o outro – e apesar disso, na votação, ao abster-se, o PS ter-lhe-á dado o benefício da dúvida...

Carlos Carvalhas venceu bem a comunhão de interesses das camadas sociais mais abrangidas pelo PS e pelo PCP, e daí o apelo à unidade indispensável para a salvaguarda da democracia. Mas o PS devia dar, nesse sentido, passos coerentes em vez de, em várias ocasiões, nas decisões estratégicas, se unir aos adversários da democracia. **Na última revisão** – lembrou Carlos Carvalhas – **o PS dizia:** «cedemos no plano político mas não cedemos no plano económico». **Agora, cedem no plano económico e dizem:** «Ganhámos!, cedemos na parte económica, mas não cedemos nos direitos dos trabalhadores!» **Na próxima revisão, dirão:** «Cedemos nos direitos dos trabalhadores, mas...»

Gameira Santos não gostou da crítica e entrou, lamentavelmente, pelos atalhos da chicana política – que é o argumento de quem não tem outros.

Fixemos a sua afirmação de que o PS entrara na revisão por que é indispensável uma Constituição para todos os portugueses.

Com franqueza ó Gameira, você acha que o vosso acordo visa uma Constituição para todos os portugueses? Acha mesmo?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD continua nas bocas do mundo, pelas razões mais do que óbvias. Esta semana, novas questões se vieram colocar. Todas elas giram em torno de uma palavra bem cara aos dois intervenientes: transparência. E ao que parece, a transparência deles anda bastante opaca...

Afinal quantos são os acordos?

«Na sequência da divulgação do acordo sobre revisão constitucional entre o PS e o PSD, meios políticos começaram a admitir a hipótese de existir um acordo secreto entre os dois partidos, que resolvesse sobretudo as questões ideológicas, sobre as quais nada está contemplado no texto conhecido. A hipótese foi admitida no programa «1.ª Página» da RTP, esta semana, e foi veementemente desmentida por António Vitorino, o principal negociador do PS.

«No entanto, as declarações de Vítor Vonstâncio, na cerimónia de assinatura, pareciam sugerir a existência de acordo deste tipo, visto que expressamente referiu que o texto iria permitir diminuir a carga ideológica da Constituição e no acordo conhecido nenhuma alusão existe à matéria.

«Aliás, segundo meios políticos de Lisboa, se um tipo de acordo secreto não existir sobre essas matérias, a consequência será que em todas as matérias não referidas no texto assinado apenas poderá ser aprovada a versão da proposta dos socialistas».

(«Semanário, de 22/10/88)

Já está tudo feito

«Cerca de 70 artigos da Constituição já têm uma redacção final no âmbito do acordo de revisão concluído entre os social-democratas e os socialistas. A revelação foi feita por Fernando Nogueira, durante a reunião que o ministro da Justiça teve com os deputados do PSD que são membros da Comissão de Revisão Constitucional.

«(...) Durante a citada reunião, que teve com os deputados do PSD, Fernando Nogueira tinha já em seu poder os 70 artigos que viria a referir como já assentes. Segundo informações, recolhidas por «O Independente», é possível que o grau de consenso entre os redactores do PSD e do PS se estenda a todas as normas constitucionais que são objecto de uma revisão formal ou substancial.

«(...) Quanto ao encontro entre Fernando Nogueira e os deputados social-democratas, «O Independente» soube que o acordo geral de revisão constitucional foi francamente elogiado. Costa Andrade chegou a afirmar que, em seu entender, «o acordo não é bom, é ótimo»; por sua vez, Mário Raposo deu claro apoio ao conteúdo da negociação (...).»

(«O Independente, de 21/10/88)

Assim não... e a democracia?

«Porque tem a maioria absoluta, o PSD ignora quase sempre a opinião dos outros partidos – pelo menos quando essa maioria lhe basta, o que não acontece com a revisão da Constituição que o obriga (que o obrigou) a negociar com o PS, ou seja a tentar constituir com o PS uma nova (circunstancial) maioria, de modo a poder apresentar-se no Parlamento sem mais preocupações.

«E, obviamente, não crítico o PSD. O papel dele, desenvolvido pelo hábito, é esse: ter a maioria (na falta dela, constituir maiorias que lhe permitam ignorar as minorias). Mas criticarei o PS?

«Compreendo que o PS deseje ser maioria. Mas desta maneira? Ao constituir com o PSD uma maioria, ao

constitui-la fora do Parlamento, ao assinar um acordo que o solidariza com o PSD contra a minoria da qual o PS deixou de pertencer provisoriamente, o PS comporta-se como habitualmente se comporta o PSD. Aceitou ser uma maioria (bem provisória!) que, à partida, e sobre certos pontos, fará orelhas de mercador às minorias – mesmo que eventualmente elas descubram argumentos convincentes. Mas, acordos, ainda por cima assinados perante milhões de espectadores, são acordos.

«Forma infeliz de desvalorizar o Parlamento. Pode perguntar-se: se grande parte da revisão já está resolvida, para quê as discussões no Parlamento? E se de certo modo o Parlamento não existe (é como se não existisse) para o PSD, é um simples ornamento que as constituições democráticas exigem, do mesmo, não existe para a nova (provisória) maioria. Pelo menos, se esta crítica era justa em relação ao PSD, ela também é justa em relação à maioria PSD/PS e, portanto, ao PS. Mas, não julgo que o PS tenha no futuro grande autoridade para criticar, sob esse aspecto, o comportamento do PSD.

«(...) Por outras palavras, o PS comprometeu-se perante o PSD a não ouvir certas sugestões (por hipótese, absolutamente novas, nunca pensadas antes e duma racionalidade definitiva...). Reduziu a zero uma hipotética argumentação futura, coisa que em democracia parlamentar é, para mim, inadmissível, embora habitual. Insisto: antes do debate definitivo é preciso estar disponível para a hipótese (mesmo que improvável) de surgir um irrefutável argumento contrário.

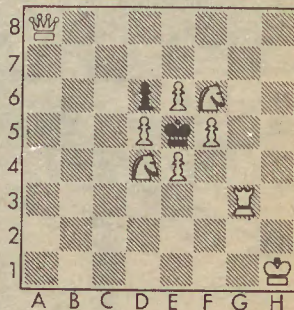
«Digo com franqueza: foi com uma pesada sensação de mal-estar que assisti à cerimónia da assinatura. Sim, para quê aquela cerimónia, por que não nos poupou o PS a semelhante espectáculo? Porque aquele desejo de sublinhar com gládios um facto que, no mínimo, é bastante discutível?»

(Augusto Abelaira, «O Jornal», de 21/10/88)

Xadrez

CLXXVII – 27 de Outubro de 1988
Proposição N.º 177
Por: A.L. Sarkits
— 1963
Pr.: [2]: Pd6-Ré5

Br.: [9]: Ps.d5,é4,é6,f5-Cs.d4,f6-Tg3-Da8-Rh1



Mate em dois lances

Jogo N.º 177

55.º Campeonato da URSS/Moscovo, 1988
Br.: V. Malaniuk
Pr.: V. Ivantchuk

1. d4,Cf6; 2. c4,é6; 3. Cc3,Bb4; 4. f.e4,d5; 5. a3,B67; 6. é4,d.é4; 7. f.é4,é5; 8. d5,Cg4; 9. Cf3,Bé5; 10. b4,Bf2+; 11. Ré2,c5; 12. Cb5,a6; 13. Da4,a.b5; 14. D:a8,Bd4; 15. C:d4,c.d4; 16. D:b8,0-0; 17. Ré1,Dh4+; 18. g3,Df6; 19. Bf4,g5; 20. c5,é.f4; 21. Dd6,Dg7; 22. Bd3,Cé5; 23. Rd2,f3; 24. Dé7,g4; 25. B:b5,Cg6; 26. Dg5,h6; 27. Dh5,d3; 28. B:d3,T.é8; 29. h3,T.é5; 30. h.g4,T.h5; 31. g.h5,Cé5; 32. Táél,Dg5+; 33. Rç2,f2; 34. Td1,Dé3 e 0-1.

.

Solução do N.º 177

Chave: 1. Dall

1.R:f6; 2. Cç6++
1.Rf4; 2. Cé2++

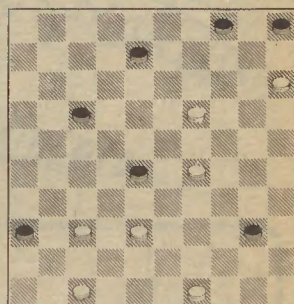
A. de M.M.

Damas

CLXXVII – 27 de Outubro de 1988
Proposição N.º 177
Por.: J. Dienske
— 1936

Pr.: [7]: 4-5-8-17-28-36-40

Br.: [7]: 15-19-29-37-38-47-49



Jogam as Brancas e ganham

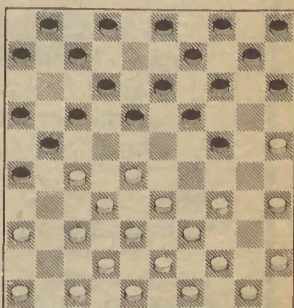
.

Golpe N.º 177

Por: L.T. King
«Reveu Bonnard» N.º 104/VIII-1929

Pr.: [20]: 1-2-3-4-5-6-7-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19-21-24-26

Br.: [20]: 25-27-28-32-33-34-35-36-37-38-39-42-43-44-45-46-47-48-49-50



Jogam as Brancas e ganham um peão

Solução do n.º CLXXVII

Miniatura N.º 177 (J.D.): 37-31 (36x27); 49-44 (40x49=D); 29-23 (49X32); 47-41 (32x46); 23x3...+
Golpe N.º 177 (LTK): 25-20 (14x25); 27-22 (18x27) 28-23 (19x28); 33x11 (6x17); 34-30 (25x34); 39x8 (2x13) 37-31 (26x28); 38-32 e 42x2 (3-8); 2-7 e as Pretas capturam a D. Br., mas as Brancas ficam com mais um peão (B+1).

A. de M.M.

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições **Avante!**

